

Conflito Armado e Construção do Estado: Uma Comparação entre Angola, Moçambique e Guiné-Bissau

Sérgio Manuel Dundão

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais
(Especialização em Ciência Política)**

Março de 2014

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, na especialidade de Ciência Política, realizada sob a orientação científica de Tiago Roma Fernandes

À minha mãe, Elisa Manuel João

AGRADECIMENTOS

Deixo um grande obrigado:

Ao Professor Tiago Roma Fernandes, pela dedicada orientação, pela disponibilidade e pelas sistemáticas e muito pertinentes críticas ao meu trabalho.

À minha namorada Liliana Cruz, pela sua plena dedicação e pela sua inestimável paciência em me ouvir debruçar, repetidamente, sobre a minha tese. Ao ponto de debater sobre assuntos tão distantes do seu campo de estudos.

Às minhas amigas Andreia Cruz, Diana Nukusinha e Rita Lopes, pela dedicação ao meu trabalho e a revisão ao meu texto, sem o vosso contributo, certamente, não seria capaz de levar a bom porto essa hercúlea missão.

Ao meu amigo Ricky Strandberg, pela sua pronta disponibilidade aos meus pedidos, nomeadamente solicitação de textos de extrema utilidade para a realização da tese.

Aos funcionários dos serviços bibliotecários da FCSH e do ICS, pela pronta resposta aos meus pedidos de obras essenciais à realização da tese e pela inestimável cortesia que demonstraram para comigo.

Aos meus pais, pela compreensão da minha ausência que dura, precisamente, dois anos e meio. Tendo faltado, portanto, a eventos de extrema importância, como o casamento da minha irmã Palmira Cristina João.

**Conflito Armado e Construção do Estado: Uma Comparação entre Angola,
Moçambique e Guiné-Bissau**

**Armed Conflict and State Building: A Comparison between Angola, Mozambique
and Guinea-Bissau**

SÉRGIO MANUEL DUNDÃO

RESUMO

A presente dissertação objectiva demonstrar como os conflitos armados influenciaram o processo de unificação nacional em Angola, Moçambique e na Guiné-Bissau. Para esse efeito, analisamos os três casos em perspectiva comparada. Observamos na dissertação que o processo de unidade nacional, nomeadamente no que diz respeito à unidade linguística não resulta da capacidade evidenciada pelas estruturas institucionais ou actores dos políticos do Estado, mas sim, dos efeitos gerados pelos conflitos. Precisamente, quando estes provocam uma situação de forte agregação populacional.

É neste sentido, ainda que possa parecer paradoxal, que a Guiné-Bissau apresenta no estudo uma maior forte e sustentada coesão linguística em torno do crioulo, superando mesmo o caso moçambicano. Este resultado é, sobretudo, produto da dinâmica populacional gerada pela luta de libertação nacional. Angola, por sua vez, e à semelhança da Guiné-Bissau, apresenta uma forte unidade linguística em torno da língua portuguesa, embora a língua portuguesa esteja a sofrer um forte desvio do seu padrão europeu. Assinalamos no estudo que a unidade linguística angolana acaba por ser produto da necessidade comunicacional decorrente da agregação forçada da população nos centros urbanos. Procurando essas pessoas escapar dos efeitos nefastos do conflito armado angolano que afectou, especialmente, o povo do interior.

Por fim, a situação moçambicana caracteriza-se por ser aquela que apresenta uma menor unidade linguística, dado que os seus conflitos têm motivado uma forte dispersão populacional, acabando, assim, por ajudar na fragmentação linguística. Observamos, portanto, que os conflitos que geram um efeito dinâmico de agregação populacional contribuem, decisivamente, para o processo de unidade linguística.

PALAVRAS-CHAVE: Língua(s), Estado-nação, Unidade Nacional, Conflitos

Abstract

The present dissertation's aim is to demonstrate how the armed conflicts influenced the process of national unification in Angola, Mozambique and Guinea-Bissau. With this purpose, we will analyse the three case-studies in comparative perspective. The dissertation observes that the process of national unity, particularly in regards to linguistic unity, is not the result of the capacity evidenced by structural institutions or political state actors, but rather the effects generated by the conflicts. Precisely, as they cause a situation of high level aggregated populations.

It is in this sense, although it may seem a paradox that Guinea-Bissau presents in the study a greater and more sustained linguistic cohesion around the *creole*, even surpassing the Mozambican case. This result is mainly the product of population dynamics generated by the national liberation struggle. Angola, in turn, similarly to Guinea-Bissau, shows a strong linguistic unity around the Portuguese language, although the Portuguese language is diverting from the European standard.

We note in the study that the Angolan language unity turns out to be the product of communication needs arising from forced aggregation of populations in urban centres. These people were looking to escape the adverse effects of the Angolan armed conflict which affected, especially, the people in rural areas.

Finally, the Mozambican case is characterised by a lower linguistic unity, since their conflict has motivated strong population dispersion, thus, reinforcing linguistic fragmentation. We observed, therefore, that the conflicts that generate a dynamic effect of aggregated populations contribute, decisively, to the process of linguistic unity.

Key-words: Language(s), Nation-State, National Unity, Conflict

ÍNDICE

Introdução: Problemática em questão.....	1
Capítulo I: Organização da tese.....	12
I.1. A escolha dos casos e os aspectos semelhantes e divergentes.....	13
I. 2. Da acção colectiva ao neo-institucionalismo.....	19
Capítulo II: Conceptualização do Estado-nação e a sua transposição para África...22	
II.1.1. A Expansão do Estado-nação.....	25
II.1.2. Estado pós-colonial.....	27
Capítulo III: Redefinição dos casos em observação.....	33
III. 1.1. O nosso conceito de Estado.....	40
Capítulo IV: Revisão da Literatura.....	41
IV.1.1. Primeira Literatura.....	41
IV.1.2. Segunda Literatura.....	44
IV.1.3. Terceira Literatura.....	46
IV.1.4. Quarta Literatura.....	48
Capítulo V: Esquema organizativo.....	51
A Dominação Portuguesa e situação da linguística.....	52
V.1.1. Angola.....	52
V.1.2. Moçambique.....	56
V.1.3. Guiné-Bissau.....	60
Capítulo VI: A construção do sistema de ensino na era colonial.....	63
VI.1.1. Angola.....	64
VI.1.2. Moçambique.....	70
VI.1.3. Guiné-Bissau.....	75
Capítulo VII: As Guerras e a Difusão da Língua.....	79
VII.1.1. Angola.....	79
VII.1.2. Moçambique.....	84
VII.1.3. Guiné-Bissau.....	89
Capítulo VIII: Alguns contributos teóricos e conclusões.....	93
Referências Bibliográficas.....	101
Anexo A.....	i

Introdução: Problemática em questão

O presente trabalho visa, no essencial, analisar os efeitos gerados pelos conflitos armados e, como tais efeitos acabam por ajudar no processo construção do Estado-nação em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Para este efeito, decidimos averiguar como os conflitos fomentaram ou não a unidade linguística nos três países. De salientar que a escolha em estudar os conflitos surgiu, porque, nos últimos anos, o continente africano tem sido fustigado por diversos conflitos violentos. Por exemplo, Fearon e Laitin (2002:7) contabilizaram cerca de 33 guerras civis, na África Subsariana, de 1945 a 1999. E Ross (2002:31), por sua vez, somou cerca de 39 guerras civis, a partir de 1970 até 1999 (vide, ainda, Bates 2007, 2008; Collier e Hoeffler, 2002; Fearon, 2004). Ainda assim, este assunto não tem merecido a atenção devida. Como salienta Herbst (1990:117), *“O papel da guerra não foi examinado, porque a grande maioria dos Estados em África, e em outras partes do mundo, ganhou a sua independência sem ter que recorrer ao combate e sem nunca ter enfrentado uma ameaça à sua segurança desde a independência”*¹.

Todavia, convém recordarmos que durante a fase de transição política, com vista à declaração da independência dos países africanos, se observam alguns protestos protagonizados pelos sindicatos africanos. Por exemplo, na Guiné-Conacri assistiu-se a uma acesa luta sindical a favor da independência, fomentada principalmente pelo sindicato liderado por Sékou Touré, que, mais tarde, viria a tornar-se no primeiro Presidente da Guiné-Conacri (Benot, 1969:136). Mesmo esta situação não foi suficiente para originar uma guerra civil, impossibilitando somente o projecto constitucional de Charles de Gaulle, em 1956. Com efeito, importa sublinhar que tal evento acabou por acelerar o processo de descolonização das colónias francesas, excepto o processo de independência da Argélia. Para a retirada das autoridades coloniais francesas e, por conseguinte, o estabelecimento de um Estado independente, houve o desencadear de uma sangrenta guerra civil que envolveu, por um lado, o Estado francês e, do outro lado, a Frente de Libertação Nacional (FLN) (ver, especialmente, Fanon, 1980). Portanto, à semelhança da Argélia, Angola, Moçambique e da Guiné-Bissau, também a Zimbábue e Namíbia tiveram que desencadear um conflito militar para alcançar a independência. Ainda assim, tais conflitos não permitiram a emergência de um Estado-nação, uma vez que, segundo Herbst (2000:128), *“as lutas de libertação*

¹ Todas as traduções contidas no corpo texto foram efectuadas de forma livre.

nacional para a conquista da independência, não passaram pelo trauma da guerra que resultasse num nacionalismo capaz de tornar o Estado-nação realidade.

Um segundo aspecto que, a nosso ver, contribuiu para que o conflito não fosse estudado, como um factor na implementação do Estado-nação, foi o facto de as guerras civis, no contexto africano, terem sido, na sua maioria, intra-estatais, isto é, envolveram forças *endógenas*. Neste sentido, os inúmeros conflitos, no contexto africano, passaram a ser perspectivados como uma das causas da instabilidade política e militar. Neste contexto, Bates (2008:3) sugere que “*África é uma das regiões mais propensas à violência e uma das mais devastadas pela guerra no globo*”.

Contrariamente ao caso africano, as guerras em solo europeu, na sua maioria, foram inter-estatais, servindo, assim, como um *instrumento* para estabelecer a coesão dos povos europeus, isto porque, durante as guerras, se assistiu ao fomento dos sentimentos nacionalistas dos povos europeus. Assim sendo, as guerras, em solo europeu, têm sido analisadas e aceites como um mero *instrumento* político de consolidação do Estado e da nação (ver, especialmente, os estudos de Tilly, 1975, 1990; e, ainda, de Herbst, 1990, 2000). Por exemplo, o chanceler alemão Bismark fez da guerra um *instrumento* político por excelência, para assim consolidar a unificação alemã sob o comando da Prússia, conseguindo, também sedimentar as estruturas do próprio Estado (Herbst, 1990:135). Neste sentido, Smaldon afirma, sobre as guerras europeias desde 1500 até 1800, que “*a guerra foi o principal instrumento para a criação e a extensão da autoridade política sobre as populações e o território, e para a organização, manutenção e reforço da autoridade*” (ibid.:121).

Os estudiosos que se debruçam sobre as guerras civis em solo africano concluíram, portanto, nas suas análises, que as guerras, em solo africano, não apresentam os mesmos os efeitos domésticos que o caso europeu. Como bem salienta, por exemplo, Herbst (1990:118), “*existem muito poucas razões para acreditar que a guerra terá exactamente alguns dos efeitos domésticos hoje em África como aconteceu na Europa há muitos séculos atrás*”. Por isso, os estudiosos têm-se focado muito mais em estudar outras componentes dos conflitos e não os efeitos destes na construção do Estado-nação. Entre as componentes analisadas destacam-se, por exemplo, as estruturas militares (Herbst, 2004; Hutchful, 1992; Macuácuá 2006; Omitoogun, 2006), os movimentos nacionalistas e rebeldes (Reno, 2011; Weinstein 2007; Forrest, 2004), as causas económicas (Collier e Hoeffler, 1998, 2002; Collier, Hoeffler e Sambanis, 2005; Herbst 2000b; Bruijn e Dijk, 2005; Chabal e Daloz, 1999; Ross, 2002, 2004), as causas étnicas (Lake e Rothchild, 1996; Malaquias, 2000, 2007; Sambanis, 2001), as causas geográficas (Billon, 2000;

Herbst, 2000; Azam, 2007), as causas criminosas (Chabal e Daloz, 1999; Mbembe, 2010; Reno 2000), os custos sociais e económicos (Eanes Ferreira², 1999; Hodges, 2002; Trefon, 2005), a instabilidade política (Bates, 2005, 2007, 2008) e a desordem política (Chabal e Daloz, 1999). Assim, termos como senhores da guerra, banditismo e criminalidade internacional passaram a constar, também, em algumas das obras mais referenciadas acerca da realidade social africana (Chabal e Daloz, 1999; Collier e Hoeffler, 1998, 2002; Mbembe, 2010; Reno, 2011). Tais termos servem, por exemplo, para adjectivar alguns actos protagonizados pelos líderes carismáticos como Jonas Savimbi (Angola), Charles Taylor (Serra Leoa) e Mobutu (República Democrática do Congo, doravante RDC).

Porém, este tipo de abordagem sobre os protagonistas africanos, nomeadamente os líderes dos movimentos rebeldes, bem como sobre as causas reais dos conflitos africanos, motivaram uma crítica bastante assertiva por parte de Mkandawire (2002:208): *“compreender as causas da revolta é, portanto, uma tarefa importante e mais trabalhos neste domínio devem ser encorajados. Estes trabalhos serão úteis se evitarem as visões estereotipadas sobre a política africana e as contas, excessivamente, dedutivas das relações entre a economia e a política. O que é necessário é uma análise mais historicamente contextualizada, com base em experiências africanas e não-africanas, e levando a sério a política nacional”*³. De facto, observa-se, em certa medida, uma grande negligência na análise das causas e dos factos históricos que originam os conflitos africanos. Como assinala, também, Cilliers (2000), torna-se necessário proceder a uma análise da *“estrutura social, da cultura e de toda a contextualização da história da qual dá para entender a organização do conflito em África”* (ibid.:15). E, Cilliers (2000) observa, ainda, que *“a “guerra económica” é ainda um campo de pesquisa negligenciado, incluindo as formas pelas quais os grupos insurgentes financiam as suas campanhas”* (ibid.:2).

No entanto, nem todos os analistas examinam somente os movimentos rebeldes africanos *per se*, havendo estudos em perspectiva comparada com os movimentos rebeldes operantes noutros contextos políticos (ver, por exemplo, Weinstein, 2007). De salientar ainda a existência de autores que não atribuem uma excessiva importância aos aspectos económicos ou extractivos dos agentes africanos (ver, a título de exemplo, Forrest, 2004; Reno, 2011; Weinstein, 2007).

² Designamos este autor como o nome de Eanes Ferreira para que não haja confusão com o autor cujo seu apelido é também Ferreira.

³ Esta crítica de Mkandawire acabou por motivar uma polémica académica com Ellis. Neste sentido, Ellis (2003) respondeu à Mkandawire.

Mesmo assim, mantém-se intacta a reputação académica dos estudiosos da escola quantitativa suportados, especialmente, pelos economistas do Banco Mundial, tais como Collier e Hoeffler. Esta escola apresenta uma teoria bastante restritiva sobre as causas da guerra civil, em que os conflitos acabam sempre por reflectir uma luta pelos recursos naturais (Collier e Hoeffler, 1998, 2001, 2002). Daí que Collier e Sambanis tenham editado uma obra, em 2005, intitulada *Understanding Civil War: Evidence and Analysis*, sendo o primeiro volume dedicado, especialmente, às guerras civis africanas. Nesta obra, aplica-se o modelo Collier-Hoeffler, que serve como teoria explicativa dos diversos conflitos como, por exemplo, do conflito moçambicano.

No entanto, muitos autores, como Francisco e Weinstein (2005) que analisam o caso moçambicano, precisamente na obra *Understanding Civil War: Evidence and Analysis*, demonstram, claramente, as fraquezas de tal método explicativo de Collier-Hoeffler. Isto porque, segundo os autores, o factor determinante para o início do conflito moçambicano acabou por ser a questão regional, nomeadamente a ingerência externa por parte das autoridades rodesianas na vida política moçambicana. De facto, o método explicativo de Collier-Hoeffler acaba quase sempre por negligenciar as motivações históricas dos conflitos, preocupando-se, sobretudo, em estabelecer uma correlação positiva entre os recursos naturais e a origem dos conflitos.

Portanto, esta tese visa analisar o modo como o conflito influenciou o curso da política nacional e, principalmente, o processo de construção do Estado-nação, na realidade africana. Para o efeito, escolhemos analisar os efeitos dos conflitos nas realidades angolana, moçambicana e guineense em perspectiva comparada. Analisaremos, assim, quer os conflitos antes da independência, quer os conflitos depois da independência, todos serão tidos, por nós, como conflitos internos destas três realidades. Isto de acordo com a perspectiva de Fearon e Laitin (2002), segundo a qual as guerras coloniais são entendidas ou contabilizadas como guerras internas. Isto porque, tais guerras decorrem numa parte administrativa do Estado colonial e envolvem os cidadãos do mesmo Estado. Por exemplo, alguns nacionalistas angolanos, moçambicanos e guineenses era-lhes reconhecida a cidadania portuguesa, portanto, a nosso ver, tais nacionalistas lutavam contra o seu próprio Estado⁴. São essas as razões que nos levam a

⁴ De destacar, por exemplo, que o regime colonial, mais precisamente o Estado Novo, institucionalizou uma fragmentação jurídico-política que afectou, particularmente, os *colonos* nascidos nas colónias, acabando, de grosso modo, por privilegiar os *colonos* provenientes da metrópole. Por isso, segundo Meneses (2010:81), *a situação colonial em Angola e Moçambique estava repleta de tensões raciais: para além da tensão entre os 'brancos*

considerar ambos os conflitos como eventos internos. Mas, a nossa escolha justifica-se, também, pelo facto de os conflitos antes da independência terem contaminado ou minado os conflitos no pós-colonial. Ou seja, os primeiros conflitos influenciaram, substancialmente, o surgimento dos segundos, dada a militarização das sociedades angolana, moçambicana e guineense (Cann, 1998; Coelho, 2003), a ingerência externa dos Estados vizinhos e não só (Malaquias, 2000, 2007; Minter, 1994; Oliveira, 2002, 2004; Weinstein 2007), exacerbando, ainda mais, as divisões raciais, sociais e étnicas (MacQueen, 2004; Lopes, 1982).

Ao elaborarmos uma tese acerca do Estado-nação como o resultado dos efeitos gerados pelas guerras civis, com especial incidência sobre os conflitos militares, estaremos, certamente, a contrapor conscientemente alguns dos teóricos mais revelantes no estudo da realidade africana. Por exemplo, os estudos quantitativos sustentam que os conflitos aumentam os riscos de destruição do Estado, ao ponto de conduzirem à sua própria falência (Collier e Hoeffler, 1998; Collier, Hoeffler e Sambinas, 2005; Bates, 2005, 2007, 2008). De acordo com o estudo de Bates (2008:3), 60% dos países onde se assistiu à falência do Estado encontrava-se em África, entre 1975 e 1990, devido às guerras civis.

De facto, constatamos que as guerras civis em África têm ajudado no processo de erosão ou do colapso das estruturas internas do Estado, como, por exemplo, na Somália e a RDC. Por outro lado, observamos que o conflito angolano e moçambicano, depois da independência, contrastam, claramente, com a situação política na RDC e na Somália, por se verificar aí um fortalecimento das forças políticas envolvidas nos conflitos. De tal forma foi, assim, que estas se transformaram nas forças políticas dominantes do sistema político ou partidário nas fases subsequentes aos conflitos. Por isso, nem sempre o conflito militar levou ao colapso das instituições que conduzem politicamente o Estado. Torna-se bastante pertinente atender aos ensinamentos de Skocpol (1985) sobre as estruturas internas e como estas possibilitam, ou não, o surgimento de revoluções sociais e, por conseguinte, o colapso institucional (ver, ainda, Goodwin, 2001; Slater, 2010a, 2010b). Por exemplo, Collier e Gunning (2007:213) defendem a tese, segundo a qual *“O fracasso total de freios e contrapesos em África, geralmente, ocorreu apenas no contexto do absolutismo militar, tal como com Mobutu, Abacha, e Amin, todos líderes de golpes do Exército”*.

civilizados’ e os outros grupos sociais, a discriminação racial autorizava a segmentação demográfica da população branca em ‘brancos europeus’ e ‘brancos de segunda’, os nascidos nas colónias.

Posto isto, é chegado o momento de evidenciar a questão central da nossa tese. Como se sabe pela informação difundida através da imprensa e dos estudos académicos, o Estado guineense encontra-se num estado bastante crítico em termos institucionais. Como atesta o relatório da Africa Report (2008:1), “*a Guiné-Bissau precisa de um Estado. As suas estruturas políticas e administrativas são insuficientes para garantir o controlo do seu território*”. De facto, após o golpe de Estado protagonizado por João Bernardo Vieira (Nino Vieira) abriu-se caminho à ascensão dos militares guineenses, ao ponto de esses, mais tarde, liderarem um movimento militar que derrubou o então Presidente Nino Vieira (Forrest, 2003, 2004; Rudebeck, 2001). Ainda assim, a Guiné-Bissau preserva uma forte coesão linguística, contrariando, os estudos que apontam que só os Estados fortes conseguem estabelecer uma coesão linguística nacional.

Considerando esse facto observado na Guiné-Bissau, defendemos a tese segundo a qual a coesão linguística nacional não depende, necessariamente, da capacidade institucional do Estado ou da *vontade ou iniciativa* dos actores centrais do Estado, contrariando, nesse sentido, o estudo de Laitin (1992) sobre a coesão linguística na Tanzânia – mais tarde, analisaremos esse estudo. Assim, em nosso entender, a coesão linguística resulta, sobretudo, do forte *dinamismo* societal gerado, por exemplo, numa fase de uma guerra civil. Veja-se, por exemplo, que a unidade linguística guineense derivou *indirectamente* do processo de luta de libertação nacional (Augel, 2006; Embaló, 2008; Kohl, 2011a). No entanto, esta coesão não contou com nenhum suporte institucional fornecido pelas estruturas do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), visto que Cabral (1990) defendia a utilização da língua portuguesa como a língua da luta anti-colonial. A esse respeito, Cabral (1990:59) precisa que *muitos camaradas, com sentido oportunista, querem ir para a frente com o crioulo. Nós vamos fazer isso, mas depois de estudarmos bem. Agora a nossa língua para escrever é o português*. Porque no entender de Cabral (1990), somente a língua portuguesa garantiria o progresso científico e económico ao povo guineense: *nós, Partido, se queremos levar para a frente o nosso durante muito tempo ainda, para escrevermos, para avançarmos na ciência, a nossa língua tem que ser o português. E isso é uma honra. É a única coisa que podemos agradecer aos “tugas”* (Cabral 1990:60).

Este posicionamento político de Cabral a favor da língua portuguesa acabou por motivar diversas críticas nomeadamente pela voz do pedagogo brasileiro Paulo Freire. Segundo Freire (1977:135), *o processo de libertação de um povo não se dá, em termos profundos e autênticos, se esse povo não reconquista a sua palavra, o direito de dizê-la, de “pronunciar” e de “nomear” o*

mundo. Acresce ainda Freire (1977:135) que não é por acaso que os colonizadores falam de sua língua como língua e da língua dos colonizados como dialecto; da superioridade e riqueza da primeira a que contrapõem a “pobreza” e a “inferioridade” da segunda. Portanto, Freire (1977) opunha-se claramente a ideia avançada por Cabral, segundo a qual a língua é um instrumento que o homem criou através do trabalho, da luta, para comunicar com os outros (Cabral, 1990:60). Por sua vez, Freire (1977) faz uma clara distinção entre a língua e a linguagem, algo que nunca se observa nos textos de Cabral. Neste sentido, Freire (1977) manifestou sempre na correspondência trocada com as autoridades guineenses, nomeadamente com Mário Cabral (Comissário de Educação do Governo da Guiné-Bissau), o seu apoio à utilização da língua crioulo no sistema de ensino.

O apoio manifestado por Paulo Freire nunca foi *suficiente* para alterar a postura das autoridades guineenses. Assim, o crioulo continuou e continua, ainda hoje, a não ter nenhum tipo de apoio institucional nem étnico – visto não ser de pertença de nenhuma etnia guineense (Augel, 2006; Couto, 1990; 1991). No entanto, *é através dele que os diferentes grupos étnicos que compõem a população guineense se comunicam, o que lhe conferiu o estatuto de língua da unidade nacional, ou simplesmente de língua nacional* (Embaló, 2008:101-102). Os dados suportam a tese apresentada por Embaló, como, por exemplo, mostra o estudo de Augel (2006), donde se pode observar que o crioulo, enquanto segunda língua, tem cerca de 90% ou mais, e o português, por sua vez, nem se quer consegue atingir o limiar dos 10% dos falantes (*ibid.*:69).

Tal como na Guiné-Bissau, em Angola tem-se vindo observar a um processo de forte coesão linguística em volta da língua portuguesa. De facto, os dados corroboram a tese apresentada, uma vez que a língua portuguesa tornou-se, actualmente, na segunda língua materna mais importante dos angolanos com cerca de 26% falantes, superando, dessa maneira, o quimbundo com cerca de 16%; o quicongo com 8%; o chokwe com 6%; e outras línguas faladas apenas por 14% dos angolanos (Hodges 2002:48). Ainda assim, o umbundo é a língua materna angolana com maior número de falantes cerca de 30% (*ibid.*:47). No entanto, tem sido, realmente, o facto de *uma língua europeia*, precisamente o português em Angola, ter conseguido *enraizar-se em África, tornando-se numa língua africana, num espaço muitíssimo curto e por acção dos próprios filhos do país* (Agualusa, 2004/5:27), que tem suscitado diversos comentários.

Por exemplo, Agualusa (2004/5:27) comenta que *nos últimos anos da época colonial, apenas pequena percentagem de angolanos falava português como língua materna. Era,*

claramente, a pequena burguesa urbana: brancos, mestiços e negros, descendentes, em muitos casos, das velhas famílias escravocratas que prosperaram em Luanda até ao século XIX⁵. Um quarto século após a independência, esse número cresceu de forma impressionante, devendo o português ser hoje a segunda língua materna mais faladas em Angola, logo depois do umbundo. Para Agualusa (2004/5:27), este crescimento deveu-se, sobretudo, ao facto do português ter transitado, do regime colonial para o novo regime da Angola independente, como língua de poder. [Isto porque] o actual presidente angolano e a maior parte dos homens que o rodeiam, bem como os oficiais mais poderosos das forças armadas, são pessoas de língua materna portuguesa. Também a guerra, ao movimentar grandes massas humanas dentro do território nacional, contribuiu para a expansão do português.

A perspectiva de Agualusa tinha já sido apresentada, pela primeira vez, pelo historiador Mário António⁶. Sustenta, assim, Mário António que *o português era a língua materna da maioria dos elementos [Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA)] e o seu veículo habitual de comunicação* (Mateus, 1999:51). Efectivamente, os elementos que fundaram o MPLA não falavam, na sua grande maioria, nenhuma língua nacional ou *nativa*, como atestam Agualusa e António. Este facto deveu-se, em grande medida, à imposição da política linguística da era colonial que passou a proibir a utilização das línguas *nativas*. Foi por isso que o quimbundo passou a ser *a língua do quintal no centro urbano*, como declarou Mário Pinto de Andrade (Mateus, 1999:52), acabando, assim, por afectar especialmente os elementos afectos ao MPLA, que provinham, maioritariamente, das zonas urbanas, onde essa política se fez sentir com maior austeridade. Ainda assim, não subscrevemos a tese apresentada por Agualusa e Mário António, porque a língua portuguesa teve a mesma posição social quer em Angola, quer em Moçambique e, ainda, na Guiné-Bissau⁷.

Por exemplo, Cabral defendeu o uso exclusivo da língua portuguesa nas escolas do PAIGC, nas zonas libertadas. Ainda hoje, segundo Augel (2006:75), na Guiné-Bissau, *as escolas mantêm, quase que de modo generalizado, a fixação no português como língua primeira de ensino*. Também a elite moçambicana afecta, principalmente, à FRELIMO (Frente de Libertação

⁵ Consultar, precisamente, as tabelas 1 e 2 que se encontram em anexo, que tratam sobre a situação da língua portuguesa em Angola, antes da declaração da independência.

⁶ Optámos por designar este autor com o nome de Mário António, pese embora o seu nome seja, de facto, Mário António Fernandes de Oliveira, porque é este o nome que tem sido atribuído, recorrentemente, para identificar tal personagem histórica do nacionalismo e produção científica angolana.

⁷ Consultar, nomeadamente, a tabela 3 que está em anexo.

de Moçambique) demonstrou um forte apreço à língua portuguesa durante a revolução, como fica patente na declaração de Eduardo Mondlane: *“nós que vivemos em Portugal, conhecemos o povo, que se diferencia dos colonialistas. Nós, moçambicanos, nada temos contra o povo português, nem contra a cultura portuguesa. Ao contrário. O português é a língua que se fala nas nossas escolas do Norte, nas regiões libertadas. É igualmente a língua portuguesa que se ensina nas escolas que temos no estrangeiro”* (Mateus, 1999:156). Depois da declaração da independência de Moçambique, a FRELIMO, gozando do facto de ser a única força que lutou contra o regime colonial português, tornou-se, por conseguinte, na única organização política com o direito de exercer o poder, e esta instituiu o português como a única língua a ser lecionadas nas escolas afectas ao Estado. Como bem testemunha Subuhana (2006:10): *na escola falávamos, apenas, a língua portuguesa, “a única instituição colonial que, além de sobreviver, efetivamente se fortaleceu”*. Era proibido se comunicar em língua materna. O aluno que falasse a língua materna no recinto escolar era punido⁸. Em Angola, segundo Presidente Agostinho Neto, em 1977, *o uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável actualmente na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. E tanto no ensino primário como, provavelmente, no médio será preciso utilizar as nossas línguas* (Muária, 1989:339).

A nosso ver, não foi o facto de o português ter conseguido um lugar de destaque no sistema de ensino, obtendo, por conseguinte, uma posição *hegemónica* que motivou o seu forte crescimento em terras angolanas, visto que a mesma situação se observa quer em Moçambique quer na Guiné-Bissau. Nem se quer foi a sua posição social e política, como língua oficial do Estado em Angola, que motivou o seu forte crescimento em Angola. Pois, se assim fosse, também na Guiné-Bissau, muito mais de 10% da população falaria português (Augel, 2006:69). E, em Moçambique, por seu turno, teria de haver um maior *dinamismo* na difusão da língua, tal como em Angola, uma vez que nesses dois países, a língua portuguesa é, também, língua oficial e tem um enorme prestígio social. Mas, como podemos observar no estudo elaborado por Firmino (2008) sobre a situação da língua portuguesa em Moçambique, em termos estatísticos, apenas 6% dos moçambicanos inqueridos declararam que tinham como sua língua materna o português, sendo que apenas 9% falavam com bastante frequência, e 39% afirmaram que sabiam falar português (Firmino, 2008:3).

⁸ Em 2002, começou a ser ensinada, pela primeira, nas escolas oficiais em Moçambique, às línguas nacionais, mais precisamente no primeiro ciclo do ensino primário (Subuhana, 2006:11).

Posto isto, nós iremos sustentar a tese segundo a qual a coesão linguística nacional, no contexto africano, não resulta, em grande medida, da capacidade institucional das estruturas centrais do Estado ou de um movimento de libertação nacional, mas sim, dos *efeitos dinâmicos* gerados por um determinado conflito que origina uma forte agregação voluntária das pessoas das mais distintas etnias (sem o recurso aos meios coercivos), como, por exemplo, na Guiné-Bissau, onde *o movimento de libertação nacional (...) conseguiu unir tantas etnias numa mesma luta, eliminando totalmente as clivagens regionais ou tribais* (Lopes, 1982:48). Esta situação acabou por ajudar no processo de disseminação do crioulo guineense. No mesmo sentido, a situação revolucionária angolana provocou um *boom* urbanístico, afectando, principalmente, a cidade de Luanda⁹ (Hodges, 2002:44). Foi nesse novo cosmo social que surgiu, no entender da linguista angolana Mingas, *uma nova realidade linguística em Angola, a que chamamos “português de Angola” ou “angolano”, à semelhança do que aconteceu ao brasileiro ou ao crioulo. Embora em estado embrionário, o “angolano” apresenta já especificidades próprias [...] Pensamos que, no nosso país, o “português de Angola” sobrepor-se-á ao “português padrão” como língua segunda dos Angolanos* (Inverno, 2009:69).

Portanto, a *menor* coesão linguística observada em Moçambique, explica-se, sobretudo, pela inexistência de uma forte *dinâmica societal*, fomentando, assim, uma forte concentração populacional, durante os dois conflitos. Observa-se, pelo contrário, uma forte *dispersão social* da população. Para além desse aspecto, atendemos a duas outras *variáveis* de extrema importância, a saber: i) a situação sócio-histórica da língua portuguesa e do crioulo na Guiné-Bissau (papel da língua no processo de missionação; papel da língua nas trocas comerciais; e o papel da língua no ensino); ii) as iniciativas institucionais para promoção de uma língua que sirva como factor de unidade nacional. Face aos factores expostos, não estamos em condições de subscrever enquadramentos teóricos que visam explicar o processo de consolidação e de unidade do Estado-nação, como o resultado apenas das acções dos actores centrais (ver, a esse propósito, os estudos de Laitin (1992, 2007), de Herbst (2000) e de Skocpol (1985)). Por exemplo, Laitin (2007:32) sustenta que “(...) *ao longo das experiências da construção da nação, em França e em muitos outros Estados, surgiu uma língua hegemónica do regime, uma língua que os cidadãos encararam como sendo a sua língua materna*”.

⁹ A cidade de Luanda tinha cerca 480.613 habitantes recenseados em 1970. Em 1983, a população de Luanda cresceu para os 934.881 habitantes. Por fim, em 2000, a população de Luanda tinha crescido para 3.300.000 habitantes (Hodges, 2002:44).

Esta afirmação de Laitin (2007) procura, claramente, demonstrar que a unidade nacional francesa acabou por ser forjada pelas autoridades francesas do novo regime através, por exemplo, [d]a *profissionalização do corpo de oficiais e a criação de um exército nacional* (Skocpol, 1985:211). Para além disso, houve ainda necessidade de essas autoridades exercerem um certo controlo do sistema de educação que estava fortemente centralizado na Igreja (Laitin, 2007; Skocpol 1985), ainda que, na primeira fase, o Estado tenha optado por estabelecer uma aliança com a Igreja. Veja-se, a exemplo, a celebração [d]a *concordata entre Napoleão e a Igreja Católica*, [que incluía] *a concessão à Igreja do controlo sobre quase toda a educação primária* (Skocpol, 1985:216). No entanto, segundo Laitin (2007:34), “*esta aliança acabou, eventualmente, por colapsar dado a cascata de cidadãos que se apresentaram para obter os benefícios de um sistema nacional de educação e do mercado de trabalho*”, possibilitando, consequentemente, o estabelecimento de uma educação de base secular que ajudou no processo de *promoção das línguas nacionais* (ibid.:34).

Esta abordagem de Laitin foi ensaiada, pela primeira vez, num estudo que analisou, precisamente, o processo de implementação do suaíli como língua de unidade nacional na Tanzânia. Nesse estudo, Laitin (1992) enfatiza o papel das instituições do Estado, especialmente do primeiro presidente da Tanzânia, Julius Nyerere. Por outro lado, Topan (2008), que estuda a mesma temática, demonstra, cabalmente, que outros *factores* tiveram um papel de extrema relevância no processo de unificação linguística nacional. Salienta, para o efeito, “*a criação de rotas com caravanas [de comerciantes] que lançou as bases para o suaíli torna-se como uma [espécie de] língua franca; o uso extensivo do suaíli na Administração do país [por iniciativa] dos alemães e dos britânicos; o uso do suaíli pelos missionários nas suas escolas e outras actividades proselitismos*” (ibid.:264). Desta forma, os efeitos *dinâmicos* produzidos durante os conflitos podem servir de *factores explicativos* para o processo de unificação linguística e de construção de um novo sentimento de *pertença*.

Organização da tese

A tese será composta por duas fases distintas. Na primeira fase, a análise incidirá sobre a situação linguística *antes* do deflagrar das revoluções africanas¹⁰. É estudado, neste âmbito, todo o processo de dominação colonial e a situação linguística. Já na segunda parte, serão abordados todos os actos políticos desenvolvidos pelas autoridades coloniais respeitantes ao ensino da língua portuguesa nas escolas oficiais. Como se verá, foi essencial o papel das missões religiosas (católica e protestante) no sistema ensino e, particularmente, na difusão da língua portuguesa, uma vez que o conhecimento correcto da língua portuguesa passou a ser uma condição *sine qua non* para obtenção do estatuto de *assimilado*. Por fim, na segunda fase, a análise incidirá sobre o processo de lutas de libertação nacional, com especial enfoque na alfabetização e construção do sistema escolar. De destacar ainda que o caso mais expressivo de tal situação é a Guiné-Bissau, onde se observa a construção de uma zona libertada sob a gestão administrativa do PAIGC. Foi, precisamente, nessa zona libertada, onde se deu início ao processo de construção de escolas e de hospitais, ainda que tais estruturas apresentassem um aspecto rudimentar. Argumentamos, ainda assim, que a unidade linguística da Guiné-Bissau não resultou da forte capacidade política e militar das estruturas internas do PAIGC, mas sim, *da dinâmica envolvente* do conflito, uma vez que, o PAIGC mobilizou e agrupou diversas pessoas numa *causa comum*, provocando, dessa forma, uma necessidade comunicacional para a *agregação* das mais diversas etnias guineenses. Por não se observar em Angola e em Moçambique o mesmo nível de *agregação* não se assistiu à emergência de uma unidade linguística.

Nesta segunda fase, analisaremos o conflito do pós-independência nos três, onde iremos sustentar que o caso angolano acabou por ser mais *dinâmico* do que o moçambicano e o guineense, uma vez que este forçou a uma reorganização especial de um maior número de etnias angolanas. Como bem observa Hodges (2002:49), *um grande número de ovimbundos¹¹ forçados a fugir dos seus lares pela guerra no planalto central terem procurado refúgio nas cidades controladas pelo Governo*. Provocando, acima de tudo, uma nova realidade societal mais difusa em termos da pertença étnica pura ou genuína das crianças angolanas nascidas nos centros urbanos. Atendendo aos resultados divergentes de um acontecimento de todo semelhante nos três

¹⁰ Mais adiante iremos definir as razões que nos levam a considerar os conflitos antes da independência como revoluções. Normalmente estes eventos são também designados como “guerras coloniais” ou “lutas da independência”, pela historiografia portuguesa e pelos movimentos africanos, respectivamente.

¹¹ O povo ovimbundo é o maior grupo etnolinguístico angolano e os líderes da UNITA são provenientes dessa etnia.

casos, pensamos, assim, ser de todo ajustado aplicar-se a perspectiva de estudo de Stuart Mill sobre o método da diferença em estudos comparativos, que defende que a ausência de uma variável pode explicar a diferença de resultados de um determinado fenómeno (Bedogni, 2008:76).

A escolha dos casos e os aspectos semelhantes e divergentes

A nossa escolha recaiu sobre estes três países, dado que estes foram dos poucos países africanos que experienciaram duas guerras no século XX. Neste sentido, torna-se mais fácil estabelecer um estudo comparativo sobre os *efeitos* produzidos pelos conflitos. Posto isto, é chegado o momento de ser efectuado uma apresentação dos primeiros conflitos, procurando realçar os aspectos comuns. Estes três países apresentam uma realidade sociolinguística semelhante, i.e. países que têm mais do que duas línguas nacionais. Estima-se, por exemplo, que no território angolano haja dez comunidades linguísticas principais (Vilela, 1999:178). Por sua vez, em Moçambique, existirá nove grupos linguísticos mais representativos (*ibid.*:184). E, por último, no território guineense, há quatro grupos étnicos principais, havendo, no entanto, dezasseis línguas africanas, excluindo dessa contabilidade o crioulo e o português (Couto, 1990:49).

Tendo em consideração a situação sociolinguística apresentada pelos três países, torna-se expectável que qualquer tentativa de imposição de uma língua e da respectiva cultura do grupo maioritário ou não-maioritário possa despertar um sentimento de revolta. Tal perspectiva é sustentada, por exemplo, por Lake e Rothchild (1996:41) que “*o conflito étnico é, muitas vezes, causado pelo medo de um futuro colectivo. Quando os grupos começam a temer pela sua segurança, pelos perigosos, e como é difícil a resolução desse dilema estratégico da segurança colectiva, surgem no seio desses grupos um potencial violência elevado*”. Contudo, esta situação de risco ou de perigo iminente nunca se verificou nos três países, porque a língua da unidade nacional é uma língua neutra, i.e. não é de *pertença* de nenhum grupo étnico maioritário, sendo sim, a língua materna de uma classe social, especialmente em Angola e em Moçambique, onde a língua portuguesa é a língua materna da elite dirigente do MPLA e de alguns elementos da elite do sul de Moçambique afecta à FRELIMO. Este aspecto da língua de unidade nacional apresentar um aspecto de neutralidade social não impediu, no entanto, a RENAMO (Resistência Nacional de Moçambique) de associar o português à FRELIMO.

Um outro aspecto comum diz respeito ao facto de os três países terem conseguido às suas independências pela via armada, combatendo o mesmo actor (o regime colonial português). Somente mais dois países africanos tiveram de enfrentar a mesma situação, como já aludido supra. No entanto, notamos que há uma clara diferença nos procedimentos políticos adoptados por cada um dos movimentos revolucionários, ainda que todas as forças proclamassem uma revolução, como se pode constatar nos termos usados no II Congresso da FRELIMO: *para a materialização dos objectivos da Revolução Democrática Nacional [seria necessário] o fim da dominação colonial estrangeira, a liquidação das estruturas de opressão feudais e fascistas e a extensão a todo o país das liberdades democráticas* (Moita, 1979:14). Esta perspectiva revolucionária aplica-se, cabalmente, ao caso angolano e guineense – de facto, a análise de Moita (1979) em perspectiva comparada, contempla, também, um estudo sobre II congresso da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA.

A principal diferença nos três casos foi, sobretudo, a capacidade política manifestada por cada força revolucionária. Nesse aspecto, o PAIGC acabou por ser a única formação revolucionária que instituiu uma zona libertada que, mais tarde, recebeu o reconhecimento internacional aquando da aceitação da sua declaração unilateral de independência. De salientar ainda que foi nessa área que essa força procurou operar uma transformação social e cultural. Como observa Cabral (1973:43), *“a libertação nacional é necessariamente um acto de cultura”*. Por isso, o PAIGC chega considerar que (...) *a principal vitória não foi a luta gloriosa contra os Portugueses, mas antes a capacidade de construir uma nova sociedade, com novas relações, uma outra vida cultural, ao mesmo tempo que se lutava* (Lopes, 1982:30).

Esta perspectiva da luta como uma oportunidade transformativa da realidade sociopolítica encontra ressonância num entendimento de Cabral sobre o sistema colonial, a saber: *“a experiência da dominação colonial provoca e desenvolve a alienação cultural de uma parte da população, quer pela chamada assimilação de algumas pessoas indígenas, ou pela criação de um fosso social entre as elites indígenas e as massas populares”* (Cabral, 1973:45). Este objectivo, no entanto, não se materializa verdadeiramente, tal como é constatado, por exemplo, no estudo de Lopes (1982). De acordo com esse autor, a luta de libertação não se revelou suficiente para *a alteração dos hábitos das etnias da Guiné-Bissau* (ibid.:48). Veja-se, nesse âmbito, que os povos islamizados (fulas e mandingas) tiveram uma menor participação na luta de libertação, porque, no entender de

Cabral¹², estes povos apresentam uma estratificação social e política na vertical e, por conseguinte, os chefes acabam por ter uma maior predominância sobre as classes inferiores. Gozando de imensa autoridade sob o seu povo, muitos chefes fulas e mandingas acabaram mesmo por estabelecer uma aliança político-militar com as autoridades portuguesas, preservando, dessa maneira, uma posição social e política que não seria possível no seio do PAIGC. No entanto, o estudo de Lopes (1982) estabelece uma outra leitura dos factos históricos. Para Lopes (1982: 33-34), a fraca participação, particularmente da etnia fula, deveu-se ao facto de estar *organizada num Estado centralizado e dispunha, portanto, de uma estrutura mais complexa que a das outras etnias*.

Por sua vez, em Angola, onde surgiram três movimentos nacionalistas, a saber: a Frente de Libertação Nacional de Angola (FNLA); o MPLA; e a UNITA (União Nacional para a independência de Angola). Tal situação significou uma reconstituição histórica dos antigos reinos do Bailundo (UNITA), do Ndongo (MPLA) e do Congo (FNLA) (Malaquias, 2000:102). Além disso, de acordo com Malaquias (2000:96-97), “*os maiores movimentos de libertação o MPLA, a UNITA e a FNLA – representaram quase exclusivamente os grupos étnicos quimbundos, ovimbundos e bacongos respectivamente*”. Atendendo à divisão instituída no processo revolucionário angolano tornou-se de todo impossível se observar uma agregação das pessoas das mais diversas. Ainda assim, o MPLA conseguiu estabelecer no território angolano cinco zonas militares, a saber: Dembos; Cabinda; Moxico e grande parte do distrito de Cuando-Cubango, Lunda e Malange, distrito do Bié (Pélissier e Wheeler, 2009:308-309). Entretanto, isto não foi *suficiente* para unificar os mais diversos povos. Desta forma, o processo revolucionário angolano não apresentou um aspecto transformador, tal como o guineense.

Por último, a FRELIMO conseguiu estabelecer, tal como o PAIGC, uma zona libertada, onde estavam, de acordo com Cahen (2005:61), cerca de 350.000 a 400.000 pessoas das mais diversas etnias. Ainda assim, Cahen (2005:61) reconhece que *demograficamente, as zonas libertadas abrangiam, contudo, apenas uma pequena minoria, mesmo se, a partir de 1970, elas se tivessem estendido em direcção ao sudoeste do país*. Mas, as fortes fricções internas no seio da FRELIMO acabaram por condicionar todo o processo de luta armada (MacQueen, 2004). Depois do exposto, continuamos a defender a ideia segundo a qual o PAIGC foi a única força política que apresentou uma forte capacidade política, por isso, conseguiu a sua emancipação. Como bem

¹² Consultar esta posição de Cabral in Chabal (1981:36-37); Forrest (2003:189); Lopes (1982:34).

observa Lopes (1982:29), a Guiné-Bissau é uma “*nação africana forjada na luta*”, dado que a declaração unilateral da independência, no dia 23 de Setembro de 1973, em Madina do Boé, consumou uma vontade ou sonho de um povo de se ver livre do jugo colonial. Por ora, deve ser evidenciado que as estruturas orgânicas do PAIG, nascidas no período revolucionário, serão, mais tarde, as mesmas que vão integrar o Estado Central (Lopes, 1982).

Passaremos de imediato a expor as variáveis similares e as respectivas diferenças dos conflitos do pós-independência. Começamos por notar que estas lutas são sustentadas, claramente, pelas etnias mais próximas de cada força política, as etnias desafiadoras do poder central. Entendemos, nesse sentido, que estas acabam por ser a expressão do sentimento nacionalista. Por outros termos, quer a UNITA quer RENAMO, e também, em certa medida, os militares revoltosos guineenses, basearam as suas acções na defesa de um entendimento nacional, tratando-se, obviamente, de uma visão sobre o entendimento nacional distinta da apresentada pelas autoridades governamentais. No entanto, somente a UNITA e a RENAMO instituíram organizações políticas com a respectiva soberania dentro do território angolano e moçambicano, respectivamente. A UNITA, por exemplo, acabou por classificar esta zona como as “terras livres” (vide, por exemplo, Heywood, 1989).

Assim, que quer a situação angolana, quer a situação moçambicana, evidenciaram, claramente, uma situação revolucionária, visto que os movimentos oposicionistas visavam uma profunda transformação da sociedade e uma ascensão dos povos marginalizados política e socialmente. Com isto ambicionavam uma elevação social dos grupos apoiantes, preferencialmente das suas elites, ao passo que a situação guineense consubstanciou uma revolta política comandada pelos militares descontentes com as autoridades políticas, dirigida essencialmente contra a postura autoritária do então Presidente guineense que concentrava cada vez mais poder.

Observamos que os conflitos militares (angolano e moçambicano no pós-independência) ou não militares de pendor revolucionário (sul-africano) acabam sempre por forçar uma resposta política por parte das autoridades governamentais. Para esta resposta ser, de facto, bem-sucedida, afigura-se como condição necessária a abertura das instituições políticas, de exclusividade das entidades governamentais, às elites desafiadoras, convertendo-se, estas, em elites institucionais, perdendo, desta maneira, o seu pendor revolucionário. Esta atitude adoptada pelas elites governamentais acaba por representar uma medida de contenção política, visto que estas elites

proporcionam uma partilha de poder às elites desafiadoras, mas de forma controlada, acabando, assim, por diminuir os riscos políticos – ver, a título de exemplo, as obras de Huntington (1991)¹³ e de Rothchild (2005). Assim, por exemplo, durante a resolução dos conflitos angolano (1992) e moçambicano (1994), houve necessidade de realizar eleições legislativas e presidenciais, tendo, estas, dois pressupostos: a legitimação democrática do Governo saído das eleições e a partilha de poder, mais precisamente na Assembleia, órgão, por excelência, de representação dos diversos interesses presentes numa sociedade.

O processo de resolução do conflito, nos casos em que conhece um desfecho positivo, tal como no caso moçambicano e contrariamente ao caso angolano, acaba por contribuir para a construção das novas instituições legitimadas pelo processo eleitoral ou para o reforço das instituições políticas já existentes. Tais instituições auxiliam, em grande medida, no processo de integração e de consolidação da unidade nacional, visto que permitem o diálogo institucional, cujo objectivo é a concertação e a demarcação de posições políticas sem envolver, nunca, uma ruptura institucional que colocaria em risco, necessariamente, a reconciliação nacional.

Quer a situação angolana quer a situação moçambicana, expostas anteriormente, contrastam, claramente, com a resolução do conflito alcançada no caso guineense. Neste caso, nunca a mediação política internacional exigiu uma partilha de poder efectiva, talvez porque a revolta política tenha sido encabeçada por militares, não podendo, estes, fazer parte do poder político, uma vez que o sistema democrático se pauta pela subordinação do poder militar ao poder político. Seria, de todo, impossível defender-se uma partilha de poder envolvendo o Exército guineense. No entanto, a comunidade internacional suportou um acordo de paz que previa, claramente, uma partilha de poder camuflada entre o então presidente “Nino” Vieira, reconhecido constitucionalmente, a Junta sob a chefia do brigadeiro Ansumane Mané e o Governo Nacional de Transição (Rudebeck, 2001:12). Esta solução política encontrada revelar-se-á temporária, porque, decorridos onze meses, a guerra volta a eclodir, acabando por dar a vitória militar à Junta chefiada pelo brigadeiro Ansumane Mané.

No entanto, este conflito não introduziu nenhuma alteração substantiva nas estruturas políticas do Estado guineense, acabando, contudo, por consagrar os militares como a instituição mais sólida, forte e capaz politicamente, pois estes conseguiram destituir o Presidente, algo nunca alcançado pelas forças políticas da oposição. Por isso, este conflito não provocou nenhum efeito

¹³ Consultado no âmbito do seminário de Estudos Eleitorais.

no processo de coesão linguística. Observamos, tradicionalmente, que na Guiné-Bissau, o partido que suporta o Governo não perde as eleições, acabando, normalmente, por ser demitido pelos militares. Tal fenómeno foi revelado pelos recentes acontecimentos envolvendo o Governo liderado por Carlos Gomes Júnior, o qual acabou por ser derrubado por via de um golpe militar que mereceu o aplauso da oposição, incapaz de vencer o Governo em funções nas urnas.

Por ora, afigura-se conveniente explicar as razões que forçaram a resoluções políticas distintas nos três casos em análise. Quer no caso moçambicano, quer no caso angolano, assistiu-se ao envolvimento de organizações políticas, mais exactamente da UNITA e da RENAMO, tendo ambas agregado e articulado e, ainda, subordinado os diversos interesses e grupos sociais que se encontravam nas áreas rurais de ambos os territórios. Tornava-se, assim, necessário encontrar uma solução política que incluísse estes movimentos e os seus respectivos interesses e grupos sociais nas instituições políticas centrais, de forma a obstar uma cisão política de fundo que provocaria uma fragmentação territorial do país.

Para ser assegurada esta unidade ou integridade nacional seria necessário o beneplácito ou concordância política prévia das elites militares, que devem ser também envolvidas no processo político, partilhando as soluções alcançadas pelos actores políticos. Só neste sentido estarão dispostas a fazer uma guerra em defesa desta dita nação pensada, inicialmente, e executada, posteriormente. Caso contrário, assistiremos a soluções políticas conciliadoras a serem postas sempre em causa pelas elites militares como acontece, frequentemente, na Guiné-Bissau. Já no caso do conflito guineense, nunca esteve em causa a integridade territorial, mas sim uma disputa política. Por isso, a solução encontrada foi a demissão do Governo por via de um golpe militar e, por conseguinte, a ascensão política dos militares, com o respectivo declínio das elites políticas.

No entanto, não acreditamos que este tipo de unidade seja promotora de um processo de democratização. A nosso ver, uma tal unidade contribuiu, somente, para a abertura política das instituições políticas fixadas na capital política, normalmente o bastião das entidades. No entanto, a democracia moçambicana surgiu no decurso deste processo, embora no caso angolano não se observe nenhuma democratização, de facto. A democratização, no caso moçambicano, explica-se a partir da pressão protagonizada pelos doadores externos (Malbrough e Manning, 2009). No caso angolano, observa-se que a pressão externa nunca foi suficiente para dissuadir ambas as partes envolvidas no conflito. Veja-se, neste sentido, e a título de exemplo, a atitude da UNITA quando esta recusou reconhecer os resultados eleitorais em 1992, acabando, assim, por contrariar as

entidades internacionais envolvidas no processo eleitoral que reconheceram a justiça e a transparência do acto eleitoral angolano. Portanto, a agenda política dos agentes angolanos nunca foi totalmente condicionada pelos seus apoiantes externos e muito menos pela comunidade internacional (Hodges, 2002; Malaquias, 2000, 2007).

Observamos que nos conflitos, quer antes quer depois da independência, houve sempre a necessidade de ser constituída uma organização política, tal como sugere Olson (1998:5), *muita da acção (ainda que, definitivamente, nem toda) levada a cabo por um grupo ou em nome de um grupo de indivíduos é realizada através de organizações*. Por isso, este estudo insere-se, perfeitamente, no âmbito do neo-institucionalismo e da acção colectiva, que serão expostos de seguida.

Da acção colectiva ao neo-institucionalismo

Na fase inicial do estudo será analisado a acção colectiva protagonizada pelos movimentos nacionalistas africanos que forçou, necessariamente, a uma resposta por parte das autoridades portuguesas, as quais também mobilizaram os seus homens (exército) para combaterem tais movimentos africanos. Por sua vez, na segunda fase do mesmo versará sobre os conflitos emergidos no pós-independência, que envolveram, mais uma vez, actores colectivos, precisamente entidades governamentais (Governo angolano, moçambicano e guineense) e forças rebeldes (RENAMO, UNITA). Estas disputas políticas acabariam, inevitavelmente, por produzir um bem colectivo. Por exemplo, a conquista das independências africanas beneficiaria todos os homens africanos subjugados pelo regime colonial, mas para a obtenção deste benefício político não era necessário pegar em armas. Como, também, a preservação da soberania portuguesa em tais territórios seria benéfica para qualquer cidadão português envolvido ou não.

Para evitar este tipo de situações Olson (1998:161) tem sugerido que *é necessária ou a coerção ou qualquer recompensa a atribuir apenas àqueles que contribuam para os esforços do grupo (isto é, um “incentivo selectivo”), para satisfazer a necessidade de um bem colectivo por parte de um grupo latente*. Porque, no entender de Olson (1998:161), *os ganhos que podem advir da organização de um grande grupo com necessidade de um bem colectivo são frequentemente enormes, pois a distância para o nível óptimo é muito grande, bem como é considerável o número de pessoas envolvidas*.

É chegado o momento de ser apresentada a tipologia analítica adoptada no trabalho, servindo essa de suporte analítico para a explicação do processo de unidade linguística. Consideramos que o enquadramento teórico mais ajustado é o neo-institucionalismo, visto que este prisma analítico objectiva estudar como emergem, evoluem e mudam as instituições (Hall, 2010; Hall e Taylor, 2003; Mahoney, 2000; Mahoney e Snyder 1999; Mahoney e Thelen, 2010; North e Weingast, 1989; Olsen, 2007; Olson, 1998; Slater, 2010a, 2010b). O neo-institucionalismo apresenta três perspectivas ou escolas distintas na análise das instituições, conforme expõem Hall e Taylor (2003:193): *pelo menos três métodos de análise diferentes, todos reivindicando o título de “neo-institucionalismo”, apareceram de 1980 em diante. Designaremos essas três escolas de pensamento como institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico*¹⁴. Assim, espera-se que cada uma das escolas procure encetar uma explicação *per se* das instituições.

A escolha racional, por exemplo, procura explicar as alterações institucionais como decorrência natural dos desequilíbrios gerados numa determinada instituição. Ou seja, as novas instituições visam restabelecer o equilíbrio perdido para, assim, estarem aptas e permitirem novas estratégias ou cálculos por parte dos actores. Neste sentido, a análise desse tipo de escola centra-se na actuação dos actores individuais dentro de uma instituição política e não só, tentando, assim, observar quais as estratégias adoptadas por cada actor para maximizarem os seus ganhos úteis (Olsen, 2007:2). Mas, no entender de Hall e de Taylor (2003:216), *o postulado do “equilíbrio” [sustentado pelo institucionalismo da escolha racional] conduz os teóricos a uma contradição. Um dos componentes inerentes a esse enfoque é, com efeito, que a situação inicial a partir da qual uma instituição é criada tem todas as possibilidades de reflectir um equilíbrio de Nash. Desse modo, não é de modo algum evidente que os actores devessem pôr-se de acordo para mudar as instituições existentes.*

Ainda assim, os nossos dois maiores problemas com esta teoria, a saber: i) o facto de estarmos a estudar revoluções ou situações revolucionárias que objectivam destruir as instituições existentes e reconstruir novas instituições políticas, por isso não se espera, à partida, que sejam produzidas novas instituições para restabelecer o equilíbrio perdido. Mesmo que, mais tarde, se possa operar um novo equilíbrio institucional, conforme acabou por acontecer na situação revolucionária angolana e moçambicana. Este novo equilíbrio só foi possível, no entanto, devido à

¹⁴ Todos os textos escritos na variante brasileira serão traduzidos/ajustados para português de Portugal.

persistência das instituições criadas no período do pós-independência, instituições, estas, que sustentaram todo o processo negocial as elites opositoras; ii) a escolha de uma língua não resulta, somente, dos ganhos ou da vontade individual, mas, também, da necessidade comunicacional que pode surgir em novos contextos sociais, como, por exemplo, o que ocorreu com os deslocados de guerra. Algo que ocorreu, precisamente, em Angola, com forte intensidade.

Por conseguinte, subscrevemos na integralidade a observação de Hall e de Taylor (2003:217)¹⁵, segundo a qual *o institucionalismo da escolha racional possa contribuir para explicar por que razão as instituições continuam a existir, a explicação que ele propõe da sua génese não se aplica com êxito senão a um número limitado de contextos. Mais precisamente, o seu alcance teórico é maior em contextos nos quais o consenso, entre os actores dispostos à acção estratégica e de estatuto relativamente idêntico, é indispensável para assegurar uma mudança institucional, como em certas assembleias legislativas ou em arenas internacionais.*

O facto de constatarmos que não se mostra ajustado aplicar a escolha racional aos nossos casos, acabando, consequentemente, por reduzir as possibilidades analíticas dos casos em estudo restando, somente, o institucionalismo histórico e sociológico. Começaremos por expor, em primeira mão, os aspectos referentes ao institucionalismo histórico e, subsequentemente, ao institucionalismo sociológico. O institucionalismo histórico, segundo Mahoney e Thelen (2010:7), “*chama, frequentemente, a atenção para as "conjunturas muitas vezes entendidas como os períodos de contingência durante os quais as restrições usuais de acção são levantadas ou diminuídas"*” (Mahoney e Thelen 2010:7). De realçar ainda que o facto de o institucionalismo histórico considerar, em si, o *path dependence* que, segundo Mahoney (2000:2), “*é definido como pouco mais do que a vaga noção de que a "história importa", ou que "o passado influencia o futuro"*”. Acaba, para nós, por ser de extrema validade, visto que ajuda a explicar qual era a situação linguística nos três países durante a dominação colonial portuguesa. E serve, ainda, para explicar como a escolha da língua portuguesa na Guiné-Bissau tem vindo a revelar-se num verdadeiro fracasso, desde o período da luta libertação até à actualidade. Por isso, consideramos ser bastante pertinente a apreciação efectuada por Mahoney (2000:6): “*os acontecimentos históricos iniciais são importantes para a cisão do resultado. Na sequência deste critério, exclui-se, assim, a possibilidade de se prever um resultado final sem atender às condições iniciais*”.

¹⁵ Vide, ainda, in Hall (2010).

Por sua vez, o institucionalismo sociológico, segundo, Mahoney e Thelen (2010:5), “aponta muitas vezes as transformações institucionais pelas entidades ou forças exógenas”. Por exemplo, Schmitter (1998:188-189) afirma que *o Movimento das Forças Armadas (MFA), que foi o agente manifesto e muito específico do desaparecimento do regime, foi nitidamente um produto dessa circunstância exógena*, mais precisamente na Guiné-Bissau. Neste sentido, esta abordagem acaba, portanto, “por privilegiar de tal modo os processos macro-sociológicos que os actores em jogo parecem desvanecer-se ao longe, tornando o resultado semelhante a uma “acção sem actores” (Hall e Taylor, 2003:218).

De facto, há fenómenos sociais como, por exemplo, o processo de unidade linguística que podem, claramente, derivar de *actores exógenos*. Realçamos, a título de exemplo, o processo de unidade linguística em Cabo Verde, que resultou, sobretudo, da acção desencadeada pelas instituições informais, nomeadamente a família e a Igreja. Como se encontra bem documentado no Boletim Oficial da República de Cabo Verde N° 48 (1998:19), *a partir do séc. XIX, com a oficialização da escola em Cabo Verde e a utilização exclusiva do Português no ensino, o Crioulo foi marginalizado, excluído de todos os domínios de prestígio – Escola, Administração, Tribunais – ficando confinado a uma utilização doméstica*. Esta situação do crioulo ainda se mantém, actualmente, porque *o português é a língua oficial e internacional e o cabo-verdiano (ou o crioulo) é a língua nacional e materna. A primeira está reservada às funções de comunicação formal: administração, ensino, literatura, justiça, média. A segunda, pelo seu lado, está reservada às funções de comunicação informal, particularmente o domínio da oralidade* (o Decreto-Lei n.º 67/98).

Assim sendo, a forte unidade linguística de Cabo Verde depende, exclusivamente, das famílias cabo-verdianas. Por exemplo, as comunidades cabo-verdianas no exterior ensinam o crioulo em detrimento do português, sem contarem para tal com nenhum tipo de apoio das entidades governamentais. Por isto tudo, consideramos que os aspectos salientados pelo neo-institucionalismo sociológico assentam, muito melhor, ao nosso estudo, visto que enfatizam actores menos visíveis nos fenómenos sociais.

Conceptualização do Estado-nação e a sua transposição para África

O Estado-nação é um tipo histórico de Estado que emergiu após a Revolução Francesa, acabando por ser fruto de dois processos políticos que decorreram simultaneamente. O primeiro, a

reconstituição das estruturas internas do Estado revolucionário francês como, por exemplo, *a profissionalização do corpo de oficiais e a criação de um exército nacional* (Skocpol, 1985:211). O segundo, e último, o processo de controlo, por parte do Estado, sobre algumas funções essenciais da sociedade – cuja finalidade era estabelecer um sentimento nacional comum a todos os cidadãos franceses dos mais diversos extractos sociais (ibid.:216).

No entanto, foi no estudo efectuado pelo historiador britânico Hobsbawm (1992) sobre as nações e os nacionalismos, que ficamos a saber que “*as pequenas nacionalidades ou nações-estados aceitaram estar integradas no seio de uma grande nação, [isto foi visto] como algo positivo*” (ibid.:35). Hobsbawm salienta, precisamente, o caso dos escoceses, galeses e irlandeses que constituem, ainda hoje, o Reino Unido. Para Hobsbawm (1992), a realidade histórica só viria a alterar-se substantivamente quando passou a existir uma “*associação histórica com o Estado actual e o passado recente e distante do povo*” (ibid.:37). Passando, assim, a haver uma “*identificação da nação com o Estado, naturalmente, os estrangeiros assumiram que as únicas pessoas pertencentes a um determinado país eram aquelas que pertenciam ao Estado-povo*” (ibid.:35). “*Um hábito que, ainda, irrita os escoceses*” (ibid.:37).

Para além disso, Hobsbawm salienta, ainda, um segundo critério que ajudou no processo de constituição da nação e do seu respectivo Estado. Este critério diz respeito, precisamente, “*à existência de uma longa estabilidade na elite cultural, efectuando [os seus trabalhos] numa única escrita nacional que [foi usada quer] para a literária [quer] para a administração vernacular. Esta foi a base dos italianos e dos germânicos para reivindicarem a sua nacionalidade embora os respectivos “povos” não tivessem nenhum único Estado com o qual eles poderiam identificar-se. Em ambos os casos a identificação foi uma consequência da existência de uma forte identidade linguística*” (ibid.:37). Embora, Hobsbawm (1992) esclarece que, por exemplo, “*em Itália, na altura da unificação, estimava-se que apenas haveria 22% da população que falava italiano, enquanto a restante população falava, muitas vezes, vários idiomas ao mesmo tempo*” (ibid.:37-38).

Tal como Skocpol (1985), Hobsbawm (1990) considera que foi através do processo de consolidação da estrutura do Estado-moderno – engenho francês, *por excelência* – que surgiram as políticas de cariz nacionalista que tinham como finalidade reforçar o sentido de “*lealdade nacional*”. Sendo assim, foram colocados na agenda política todos actos que visavam o fortalecimento desse laço nacional de defesa da nação (ibid.:88). Por isso, no entender de

Hobsbawm (1992), o Estado-nação é um produto directo da acção política dos actores centrais do Estado. Neste sentido, Hobsbawm (1992) e Laitin (2007) defendem que a escolha de uma língua nacional acaba por traduzir à vontade desses actores políticos. Como escreve Hobsbawm (1992:96), “*o nacionalismo linguístico foi e é essencialmente sobre a língua utilizada no sistema escolar público e usada como a língua oficial*”. Aspecto realçado, igualmente, por Laitin (2007:32) que “*(...) ao longo das experiências da construção da nação, em França e em muitos outros Estados, surgiu uma língua hegemónica do regime, uma língua que os cidadãos encararam como sendo a sua língua materna*”.

Segundo tais autores, a língua foi uma imposição dos actores centrais do Estado ao povo que passou a adoptar a língua da elite como sua durante a fase de construção do Estado-nação. Como escreve Hobsbawm (1992:96), “*o Estado foi a máquina que tinha que ser manipulada se uma nacionalidade queria se transformar numa nação, ou mesmo até proteger a existência do seu status [enquanto povo] contra uma erosão histórica ou assimilação*”. Assim sendo, a língua passou a figurar como um dos critérios para caracterizar o tipo ideal de Estado-nação sendo adoptada enquanto, por exemplo, Tilly (1990). Assim, para Tilly (1990:3), o “*tipo ideal de Estado-nação é aquele cujo povo partilha uma língua forte, religião e identidade simbólica*” (ibid.:3). Ainda assim, Tilly (1990:3) reconhece que “*muito poucos Estados Europeus têm o qualitativo do tipo ideal de Estado-nação, de facto*”.

Este teórico, por sua vez, considera que o Estado-nação foi produzido através dos conflitos internos que ocorreram a dada altura no contexto europeu. Este acontecimento provocou uma junção administrativa das estruturas internas que se encontravam fragmentado, isto porque, com a guerra e a preparação dessa passou existir uma necessidade de captação de meios ou de recursos, nomeadamente de “*homens, armas e dinheiro para pagar os militares*” (ibid.:15). Foi, portanto, segundo Tilly (1990:15), “*a extracção e a luta para conseguir os meios de guerra que acabam por criar uma organização estrutural centralizada de Estado*”. Isto significou o fim dos domínios senhoriais e do poder de tais figuras, passando, por conseguinte, haver a necessidade de se constituir um exército regular ao serviço das entidades centrais do Estado – consultar, por exemplo, a obra de Maquiavel, *O Príncipe*, onde tal autor considerava que o príncipe deveria dispor do seu próprio um exército, deixando de estar na dependência de um exército constituído por mercenários que não tinham nenhum laço afectivo com as comunidades por quais combatiam.

De facto, os estudos têm convergido que o Estado-nação resulta, sobretudo, das acções desencadeadas pelos actores centrais do Estado e tal perspectiva tem influenciado, fortemente, diversos autores. Veja-se, por exemplo, que Linz, Stepan e Yadav (2011) no estudo sobre o processo de construção do Estado-nação na Índia, chegam a considerar que *“a criação do Estado-nação envolve o privilegiar de uma só identidade sociocultural em detrimento de outras identidades socioculturais potenciais ou reais que podem ser mobilizadas politicamente, servindo de base para o surgimento de clivagens políticas”* (ibid.:4). Linz, Stepan e Yadav (2011:4) afirmam isto, porque *“as políticas encetadas, historicamente, pelo Estado, visando a unidade nacional baseada numa só cultura, acabam por variar entre a suave e a total brutalidade política”*. Assim, para se diminuir os potenciais riscos políticos inerentes ao Estado moderno, visto que este está, normalmente, organizado como um Estado-unitário, pelo que a partilha de poder se torna efectivamente mais complexa de ser efectuada nesse tipo de Estado. Linz, Stepan e Yadav (2011:255) advogam que *“as federações são uma resposta para os problemas de “unidade” de um Estado unitário, quando este tem de responder às reivindicações de uma nação minoria dentro desse Estado”*.

A Expansão do Estado-nação

A transposição do Estado-nação para fora do contexto europeu, somente, aconteceu, precisamente, após a Segunda Guerra Mundial, passou a perspectivar-se que uma nação deveria corresponder, necessariamente, a um Estado. Foi neste âmbito que se desencadearam os processos de descolonização do chamado “Terceiro Mundo”. Os países desta realidade organizaram-se num bloco que ficou conhecido como o “Movimento dos Não Alinhados” que tinha como uma das suas principais finalidades pressionar os países que possuíam ainda colónias, como por exemplo Portugal e França. Foi, no decurso das lutas pela independência no chamado “Terceiro Mundo”, que surgiu os movimentos políticos conhecidos pelo prefixo de *pan*. Estes movimentos mereceram a seguinte caracterização de Hobsbawm (1992:137): *“cultural ou geopoliticamente, os movimentos como o pan-arabismo, pan-americanismo ou pan-africanismo, não foram nacionalistas até ao limite do senso, mas supra-nacionalistas”*. Estes movimentos, no entender de Hobsbawm (1992:137), *“foram inteiramente construções dos intelectuais que não tinham nada mais perto de um verdadeiro Estado ou nação no qual se concentrar”*.

De facto, com a configuração do direito a autodeterminação dos povos na ordem internacional, passou a ser mais complexo para as potências coloniais preservarem o seu direito a administrarem territórios insulares. Porque à luz do sistema internacional, os povos africanos e asiáticos tinham o pleno direito de reclamar a sua emancipação política. Para além disso, o sistema internacional bipolar dava uma clara vantagem aos movimentos nacionalistas, porque, quer os EUA quer a URSS, apoiavam tais movimentos, como forma de expandirem o seu poder global.

Assim sendo, o nacionalismo confirmou-se como a base ideológica das lutas no sec. XX, isto motivou diversos estudos, realçando-se, por exemplo, o de Laitin (2007) onde se pode observar que diversas guerras civis são levadas a cabo tendo por base este dispositivo. Salienta-se, a esse respeito, “*os argelinos contra os franceses, os biafras contra os nigerianos e os bascos contra os espanhóis*” (*ibid.*:1-2). Para além disso, o autor coloca, ainda, em evidência o papel de diversos grupos de guerrilheiros que designam de “filhos da terra” que são “*movimentos que têm sido violentos e, também, reflectem um conflito de base nacional*” (*ibid.*:6). A este tipo de guerrilheiros reconduzem-se aos Tuaregues no Mali e os Tigres Tâmil no Sri Lanka, por exemplo (*ibid.*:6-7).

Contudo, esta observação de Laitin (2007) acerca dos perigos iminentes do nacionalismo, a nosso ver, pode criar certos equívocos analíticos, porque, muitas lideranças africanas procuram ocultar os seus projectos políticos por detrás do sentimento nacionalista. Por exemplo, segundo (Emizet e Ndikuma, 2005:71), “*Mobutu tentou construir um senso de identidade nacional, como forma de consolidar a unidade nacional*”. Foi ao abrigo desse projecto político que em 1971, mais uma vez, segundo (Emizet e Ndikuma, 2005:71), “*ele iniciou um programa radical conhecido como “autenticidade”, no qual objectivava a promoção da cultura tradicional e a eliminação da influência da cultura ocidental. O nome do país foi mudado para Zaíre e os nomes das províncias (Katanga passou a ser Shaba), bem como as maiores cidades mudaram os nomes para a língua zairense*”. Todavia, o pano de fundo dessa política de Mobutu era sim a criação daquilo que viria a ser conhecido como “*“Mobutuismo”, isto é, um culto de personalidade que visava legitimar o absolutismo de Mobutu. Para consolidar o poder, Mobutu fundiu o partido e as instituições do Estado e os membros de sua etnia foram colocados em cargos importantes nos sectores governamentais*” (*ibid.*:72). Para tal, instaurou um verdadeiro estado de terror contra os seus próprios cidadãos, utilizando, desta maneira, a violência despótica como um meio para atingir um fim, mas este fim nunca passou pela construção da nação ou do Estado-nação (Trefon, 2005).

Concluímos, portanto, que muitos líderes africanos forjaram a ideia de unidade nacional tendo somente em vista a ascensão da sua etnia, confundindo, também, as suas estratégias pessoais com o interesse da nação. É por este motivo que se assiste, na RDC, a uma série de conflitos na era Mobutu e, posteriormente, no período de Kabila (Emizet e Ndikuma; Trefon, 2005); na Nigéria, assistiu-se, também, à cisão da região do Biafra; também na Etiópia se verificou uma cisão territorial que reconheceu a independência à Eritreia (Forrest, 2004; Reno, 2011; Zinn, 2005).

Estado pós-colonial

A figura do Estado-nação em África surgiu, claramente, como o processo de descolonização. Como bem sugere Mbembe (1992:3), “*a noção de Estado pós-colonial identifica uma dada trajectória histórica – as sociedades recentemente emergentes da experiência de colonização*”. De salientar que foi nessa realidade onde esta figura tardou em aparecimento, isto porque os países asiáticos tiveram as suas independências durante e na fase subsequente à Segunda Grande Mundial – da análise de Slater (2010a) se observa, claramente, como decorreram os processos de independência dos países no sudoeste asiáticos. Com a descolonização, pela primeira vez na história, as elites africanas adquiriram total autonomia governativa na tomada de decisões sobre o futuro dos africanos. Como já temos vindo a salientar, a descolonização decorreu sem grandes sobressaltos em termos políticos, excepto, como é óbvio, no caso angolano, moçambicano, guineense, zimbabueano, namibiano e argelino. Em tais territórios desencadeou-se uma acção militar patrocinada pelos movimentos nacionalistas africanos, por um lado, e pelas autoridades coloniais, por outro lado.

Benot (1969) analisa o processo das independências africanas, assim, segundo Benot, a “marcha para as independências” nas colónias francesas resulta, em grande medida, do fracasso constitucional francês motivado, principalmente, pela rejeição do texto constitucional na Guiné-Conacri em 28 de Setembro de 1958 (*ibid.*:96). Este projecto visava, essencialmente, uma descolonização progressiva e que assegurasse, fundamentalmente, os interesses franceses.

Aparentemente, o processo de descolonização nas colónias inglesas não apresentou os mesmos obstáculos constitucionais, isto porque os ingleses não possuem qualquer texto constitucional em sentido formal. Mesmo assim, os ingleses impuseram diversas restrições ao ponto de, por exemplo, instaurarem um Governo misto no Gana, onde no executivo coexistiam ministros tanto ganeses como ingleses. Por isso, Nkrumah chegou a afirmar que (...) *nunca, na*

história do Mundo, a dominação estrangeira ofereceu a independência numa bandeja de prata a um povo vencido (ibid.:159). Assim, os líderes africanos tiveram que ser intransigentes nas suas reivindicações de total independência contra os projectos que propunham uma *solução intermédia*.

A forma como decorreu tal processo de descolonização tem sido interpretada por Young (2004) como a prova, mais do que evidente, da forte capacidade política evidenciada pelo Estado colonial, visto este não ter necessitado de muitos homens armados para assegurar a transferência de poder. Assim, Young revela-se bastante crítico da perspectiva apresentada, principalmente, por Herbst (2000) e por Mamdani (1996). Visto que os dois autores consideram que o Estado colonial foi, extremamente, fraco ou vulnerável, tendo, por isso, recorrido à violência e instrumentalizado as autoridades para conseguir preservar o seu poder.

De salientar ainda que este processo de descolonização tem sido bastante criticado, dado que a grande maioria dos países africanos herdou a estrutura orgânica do Estado colonial que, normalmente, estabelece uma relação política ao estilo burguês, isto é, a relação entre o poder militar e o poder executivo acaba por se assistir à supremacia do último (Hutchful, 1992). Como escreve Hutchful (1992:186), *o órgão de coerção é legalmente obrigado a prestar contas ao Executivo (sem que a sua autonomia de função se veja comprometida por isso)*. Mas esta relação de poder revela ser extremamente problemática em África¹⁶, considerando que as elites políticas não conseguem manipular e, principalmente, subordinar o poder coercivo (Hutchful, 1992). O Exército, nesse contexto, acaba, muitas vezes, a nosso ver, por se autonomizar, dominando, assim, o poder político, tal como aconteceu depois da guerra civil guineense.

Veja-se, por exemplo, que a tentativa mais recente de empreender uma reforma profunda no sector militar na Guiné-Bissau, acabou por motivar, mais uma vez, um golpe militar afectando, precisamente, o Governo liderado por Carlos Gomes Júnior que estava a ser apoiado nessa reforma pelo Governo angolano. Este facto introduz uma nítida diferença entre caso africano e o caso europeu, isto porque, na Europa, o exército foi imbuído de um espírito nacionalista, servindo, cabalmente, os preposítos das elites centrais, por exemplo, no processo de extensão e de reforço da soberania do Estado (Herbst, 1990; Skocpol, 1985; Tilly, 1990)

Ainda assim, o Estado pós era colonial introduziu algumas diferenças como o Estado Colonial. Por exemplo, um aspecto marcante do Estado pós-independência, e de ruptura com o

¹⁶ Vide, especialmente, sobre este assunto o estudo editado por Wuyi Omitoogun e Eboe Hutchful intitulado de *Budgeting for the Military Sector in Africa The Processes and Mechanisms of Control* (2006).

Estado colonial, foi o seu impulso socialista ou socializante. Procurava-se, desta maneira, transformar toda a realidade económica africana que era suportada, essencialmente, pelo sector do primário (agricultura) que representava 40% do PIB¹⁷ e 85% da força de trabalho em África (Ndulu e O’Connell, 2007:23). Para tal, foi adoptado um modelo económico baseado na *planificação económica*, o que acabou por significar a prevalência do sector secundário (indústria). No entanto, a taxa de crescimento médio apresentada pelos países da África Subsariana (SSA), entre 1950 e 2000, foi de 0.7% do PIB, foi bastante decepcionante comparativamente com as taxas de outras regiões do mundo. Por exemplo, 1.7% na América Latina e Caraíbas (LAC); 3.4% na Ásia, o que corresponde à Ásia Oriental; 2.2% no Médio Oriente, Norte de África e Turquia (Menat) (Ndulu e O’Connell, 2007:16). Porém, nos últimos anos, tem-se assistido a uma certa aceleração no crescimento económico em África, na ordem dos 2% do PIB (Grupo do Banco Mundial em África, 2010:4).

A política económica dos países africanos no pós-colonial revelou-se um autêntico fracasso, uma realidade claramente evidenciada pelos dados apresentados supra. Assim, Benot (1969) procurou ensaiar uma justificação para o fracasso do socialismo em África, considerando que *a marcha para o socialismo não é dificultada apenas pela falta de uma ideologia clara – e pela proliferação de ideologias mistificatórias; é igualmente dificultada pelos malogros da unificação africana, que têm consolidado os micro-Estados. É-o também por dificuldades inerentes à natureza do poder de Estado e às suas formas* (Benot, 1969:454). Dado o fracasso desempenhou económico verificado na grande maioria dos países africanos, nada mais restou a estes países do que a subscrição do Plano de Ajustamento Estrutural (PEA) do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Excepto, é claro, Angola que nunca aceitou tal programa económico (Eanes Ferreira, 1999).

Esta opção económica não visava, somente, uma transformação nas relações económicas entre as potências coloniais e as ex-colónias, mesmo que, de facto, se observava uma relação económica de forte dependência dos países africanos face às antigas potências coloniais – tal modalidade económica ficou conhecida como *neocolonialismo*. Tinha, igualmente, em vista uma reconfiguração das relações de poderes, algo salientado por Boone (1994:111): “*a consolidação do regime pós-colonial envolve um esforço para a criação de novas estruturas e relações de poder*”. Boone advoga esta posição, porque entende que o regime colonial inseriu às autoridades

¹⁷ Produto Interno Bruto *per capita* (com base no dólar).

tradicionais africanas nas estruturas do Estado colonial para, assim, explorar economicamente os recursos africanos.

De facto, as autoridades tradicionais africanas passaram a estar integradas nas estruturas do Estado colonial, dando, assim, origem ao sistema colonial que ficou cunhado, historicamente, de *indirect rule* e institucionalizado por Lord Lugard. De salientar ainda que tal inserção das autoridades africanas resultava, por vezes, da manipulação ou da coerção. Mas, segundo Mamdani (1996), muitas lideranças tradicionais africanas colaboraram com vista à obtenção de proveitos. Acabando, este sistema por contribuir para a consolidação do processo de dominação colonial, não se justificando, por parte da potência administrativa, a edificação de um sistema administrativo robusto capaz de administrar *per se* os territórios africanos.

A este propósito Lourenço relata-nos que *os sistemas políticos tradicionais de Moçambique passaram a ser (quando se conseguiu que o fossem) uma “máquina de reprodução” dos interesses coloniais portugueses em vários domínios, tais como o comércio, o trabalho migratório e a cobrança de impostos, face às insuficiências económicas e tecnológicas apresentadas pela administração colonial portuguesa* (Lourenço, 2005b:18). Young acresce ainda que o sistema colonial português sobreviveu em virtude da excelente colaboração com os afro-portugueses, colonos e chefes (Young, 1994:152-153). A nosso ver, esta fraca estrutura administrativa apresentada pelo regime colonial deveu-se, em grande medida, à visão de exploração económica subjacente ao sistema colonial. Como bem salienta Boone (1994:113), *“o Estado colonial foi instrumental na expansão das empresas comerciais europeias que dominavam o comércio de importação e de exportação colonial”*.

Atentando a situação herdada pelos regimes no pós-independência, no que respeita às estruturas institucionais, tornava-se então imperioso, conforme salientou Boone (1994) supra, a reconstrução de novas relações de poder entre as entidades centrais e as autoridades tradicionais e, com isto, o Estado estaria capacitado, no que diz respeito à legitimidade política, para estender a sua soberania para periferia. Para tal tarefa foi adoptada duas posturas políticas distintas, caracterizadas por Mamdani (1996), como a de um Estado de cariz conservador (Nigéria, Senegal e RDC) e radical (Gana, Moçambique e Tanzânia). Por exemplo, segundo Boone (2003:41), *“o regime de Nkrumah¹⁸ estava inclinado para a conversão desmontar as instituições herdadas do governo britânico como a indirect rule e procurando construir um aparato estatal que pudesse*

¹⁸ Regime radical, segundo a tipologia de Boone (2003).

usurpar o poder e a autoridade da velha elite local detentora da produção de cacau”. Porém, este processo acabou por ser abortado em virtude do golpe militar que derrubou Kwame Nkrumah, então Presidente. No mesmo sentido, em Moçambique, a FRELIMO procurou eliminar completamente as autoridades tradicionais das estruturas de poder. Para este efeito, como bem salienta Geffray (1991:18), *os antigos régulos e cabos não podiam candidatar-se a deputados das Assembleias do Povo. A proibição foi alargada a todos os chefes de chefatura, independentemente de terem ocupado um posto na hierarquia colonial*. Este aspecto foi apontado, pela primeira vez, como uma das causas da guerra no pós-independência no estudo de Geffray (1991).

Por seu lado, nos Estados conservadores, as autoridades centrais procuram estabelecer uma aliança com as autoridades tradicionais e, assim, expandirem o poder do Estado central para periferia. Por exemplo, no Senegal (Senghor), a escolha recaiu sobre um processo de re-apropriação do Estado, para isto, segundo Boone (2003:63), *“o partido de Senghor patrocinou a criação de nova cooperativa de produção nas localidades produtoras de amendoim, aproveitando para descentralizar a máquina do Partido-Estado e estendê-lo para todo o território”*. Para tal, como escreve Boone (2003:68), *“o regime de Senghor trabalhou assiduamente para a construção de regras formais e de organizações que pudessem sedimentar e moldar a partilha de poder com os notáveis rurais tanto a nível da aldeia como ao nível das administrações regionais”*. Contudo, esta estratégia não funcionou tão bem em todas as partes do território senegalês. Veja-se, a esse respeito, que, em Casamança, tem persistido um movimento de resistência activo militarmente contra as autoridades de Dakar (Boone, 2003; Forrest, 2004).

Perante esta situação política deveras complexa e que nenhuma estratégia política quer de cariz conservadora quer de cariz radical consegue *per se* resolver. Isto porque, tais autoridades tradicionais têm sabido preservar uma certa influência política nas decisões adoptadas pelas autoridades centrais, invocando, para tal, o papel *“de guardiões dos costumes africanos”* (Lourenço, 2007:55). E, por vezes, ainda, procuram aliar-se com os movimentos rebeldes que contestam o governo central tal como aconteceu, por exemplo, em Moçambique (Geffray, 1991). É, com isto, segundo Lourenço (2007:55), que *as Autoridades Tradicionais tentam defender-se contra as “alianças hegemónicas”, mas inevitavelmente utilizam-no também para os seus próprios interesses políticos e locais*.

De facto, a prevalência de estruturas tradicionais e os seus respectivos agentes dificultam, em grande medida, a implementação de um Estado-nação em África. Uma vez que o Estado-nação

apresenta uma racionalidade própria e um sentido de pertença nacional. Por isso, por exemplo, no Gana, as poderosas elites tradicionais afectas ao sector do cacau no sudoeste, segundo Boone (2003:143), “*não só resistiram à apropriação dos seus excedentes de cacau por parte do Estado [liderado por Kwame Nkrumah], mas também se opuseram ao poder do Estado central*”. Neste sentido, há autores como, por exemplo, Lourenço que tem sugerido que *as relações políticas que se estabelecem no “campo político” em África entre os poderes públicos modernos e as Autoridades Tradicionais têm duas grandes características: concorrência e (inter)dependência mútua. Os agentes têm, por um lado, como objectivo aumentar os padrões da sua dominação política, algo que se fará sempre em detrimento de um dos lados. Assim é a dimensão concorrencial. E no entanto, os agentes necessitam, por outro lado, uns dos outros para o exército legitimado da sua dominação política. Assim é a (inter)dependência* (Lourenço, 2007:74).

Ainda assim, em nosso entender, esta observação de Lourenço não pode ser generalizada para todas as situações políticas. Uma vez que durante a guerra civil angolana e moçambicana no pós-independência se observa uma situação de subjugação das autoridades tradicionais aos interesses dos respectivos governos e movimentos rebeldes. Em Moçambique, por exemplo, os *mambo*¹⁹ tiveram que garantir à subsistência em termos alimentares dos militares da RENAMO, dado que estes tinham o controlo sobre a produção agrícola da população da sua chefatura e, com efeito, estes alimentos deviam ser apresentados aos soldados da RENAMO (Geffray, 1991:91). Isto fez com que Geffray considerasse que a cobrança de alimentos por parte do movimento se tornou um género de imposto pago em *espécie*, acabando, assim, por ser a contrapartida paga pelos populares que desejavam viver fora do Estado da FRELIMO (*ibid.*:91).

Em suma, as tentativas de construção de um Estado-nação em África, com ou sem envolvimento das autoridades tradicionais, têm fracassado em termos políticos, porque muitos os actores políticos procuram, sobretudo, preservar os seus interesses políticos e não se empenham na construção de uma política nacional. Somente, na Tanzânia, como mostra o trabalho desenvolvido por Miguel (2004), é que o Governo tem fornecimento de serviços públicos, como a educação, com vista à constituição de um sentimento nacional, acabando, mais tarde, por auxiliar no surgimento do Estado-nação. Assim, Miguel (2004) descreve-nos o processo tanzaniano nos

¹⁹ Nome que serviu para classificar todas as autoridades tradicionais moçambicanas ao serviço da RENAMO Geffray (1991).

seguintes termos: “as várias componentes das reformas [operadas] na Tanzânia — a promoção de suaíli como língua nacional, educação cívica e política nas escolas, o desmantelamento das autoridades tribais e a relativa igual na distribuição dos recursos em termos regionais dos recursos — contribuíram para forçar uma crescente identidade nacional coerente e o sentimento popular que vincula todos os tanzanianos das diversas linhas étnicas” (Miguel, 2004:338).

Por vezes, tem sido a ausência de uma forte coesão social nos países africanos que origina a violência étnica, isto porque, muitos políticos africanos fazem uso dessa diferença como *instrumento* político contra os adversários, algo que aconteceu no Ruanda, no Burundi e no Quênia. Esta realidade contrasta, claramente, com o caso Europeu, onde, segundo Hobsbawm (1992:88), “o próprio acto de democratização política, transformando o súdito em cidadão, tendem a produzir uma consciência populista que, visto com algumas luzes, é difícil distinguir desde o nacional, até mesmo o chauvinismo e o patriotismo”.

Ainda assim, iremos demonstrar que o processo angolano apresenta uma maior *dinâmica* na produção da nação em relação ao caso moçambicano e ao guineense, isto porque a guerra afectou, particularmente, as zonas rurais. Forçando por isso a um processo de agregação das pessoas nos centros urbanos e tem sido nesse novo *cosmo social* que a memória colectiva tem surgido da troca de experiência de cada família, além do mais, o facto dos jovens nos centros urbanos falarem, exclusivamente, uma língua nacional afasta-os das etnias dos seus progenitores. Ou seja, há uma clara quebra dos vínculos comunicacionais com as autoridades tradicionais situadas nas zonas rurais e se observa, por conseguinte, um esbatimento do sentimento étnico das novas gerações de angolanos. Por isso, subscrevemos a tese avançada por Renan (1990) sobre a nação: “uma nação é uma alma, um princípio espiritual. Duas coisas, que na verdade são apenas uma, constituem esta alma ou princípio espiritual. Uma encontra-se no passado, um outro presente. É uma posse em comum de um rico legado de memórias; o outro é o consentimento actual, o desejo de viver juntos, a vontade de perpetuar o valor do património que um tem sido recebido em uma forma indivisível” (ibid.:19).

Redefinição dos casos em observação

A escolha dos nossos casos visa, por um lado, contrapor, em certa medida, uma perspectiva de análise extremamente negativista e estereotipada dos actores sociais envolvidos no conflito, patente, por exemplo, na análise de Chabal e de Daloz (1999). Visto que, no entender dos dois

autores, a guerra civil origina, somente, a desordem política em África (Chabal e Daloz: 1999:82). Nesse quadro estariam os conflitos em Angola, Libéria, Moçambique, RDC, Ruanda e Serra Leoa. Por sua vez, Tilly (2006:157), numa perspectiva totalmente contrastante sobre o conflito do Ruanda, considera, por exemplo, que “*a revolução, de facto, ocorreu no Ruanda*”. Isto porque, no entender de Tilly (2006:156), qualquer acto que visa uma rápida transformação da sociedade, através de uma mobilização colectiva violenta, é uma situação revolucionária.

A perspectiva apresentada por Tilly tem tanto de interessante como de polémica, é claro, visto que o caso de Ruanda é, normalmente, analisado como sendo um genocídio – como se encontra caracterizado na obra de Chabal e Daloz (1999) e de Reno (2011). A análise de Tilly (2006), mesmo possuindo este aspecto controverso, não deixa de ser bastante interessante, por estabelecer uma ruptura na percepção dos factos e uma quebra, também, com o consenso na interpretação e classificação do evento. Com isto, acaba por forçar, é claro, a uma reinterpretação por parte dos estudiosos africanos que se sustentam, muitas vezes, nas suas visões estereotipadas e seguras.

Posto isto, iremos sustentar, no presente escrito, que as designadas lutas de libertação ou guerras coloniais trataram-se, de facto, de revoluções africanas, como temos vindo a referir. Dado que estas acções foram precedidas de uma mobilização colectiva e tinham ainda como objectivo declarado a rápida transformação das sociedades. Ainda sendo, adoptaremos o conceito de revolução de Skocpol (1985:16) segundo o qual, *as revoluções sociais são transformações rápidas e radicais das estruturas de classe e de Estado de uma sociedade; e são acompanhadas e em parte levadas a cabo, por revoltas das classes inferiores*. [Assim], *as revoluções sociais distinguem-se de outras espécies de conflitos e de processos transformadores, sobretudo devido à combinação de dois aspectos coincidentes: a coincidência da mudança estrutural da sociedade com a sublevação de classe; e a coincidência entre a transformação política e a transformação social*”.

De facto, a classe que encabeçou os processos revolucionários era composta, na sua maioria, por pessoas com formação superior. Por exemplo, numa descrição sobre as origens sociais dos elementos que faziam parte do PAIGC efectuada por Amílcar Cabral, tais pessoas seriam descritas como: (...) *um grupo de pequenos burgueses, (...), eram na sua maioria engenheiros, os médicos e empregados bancários* (Benot, 1969:427). Sendo certo que a classe referida por Cabral, foi construída pelo próprio regime colonial numa tentativa de reduzir a

influência política das tradicionais famílias africanas (crioulas) que tinham uma grande predominância política, principalmente em Angola e Moçambique. Isto porque dominavam o comércio de escravos, passando, inclusivamente, num momento posterior, a ocupar os cargos mais relevantes na administração colonial (Hodges, 2002; Pélissier e Wheeler, 2009; Sumich, 2008).

As famílias crioulas em Angola, por exemplo, foram desalojadas da sua condição de elites com a instauração da República e, consequentemente a constituição de uma administração colonial separada, sendo uma destinada à população branca e outra à população crioula. Por isso, tais famílias foram relegadas para segundo plano perdendo, por conseguinte, o seu *status* social de que tanto se orgulhavam historicamente, sendo que esta subalternização foi iniciada durante a República estendendo-se até ao Estado Novo. Para este facto em Angola, por exemplo, em muito contribuiu a administração de Norton de Matos, visto que esmagou *por completo as associações, jornais e sindicatos de assimilados e a* [deportou] *muitas figuras de proa da sociedade angolana, a fim de salvaguardar o seu programa económico* (Pélissier e Wheeler, 2009:175). Neste âmbito houve um acentuar das restrições políticas e sociais, mas seria com a ascensão do Estado Novo, que a situação tornou-se mais notória. Foi, assim, sob o auspício deste regime que, por exemplo, *o ministro das Colónias, João Belo, redigiu o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas das Colónias de Angola, Guiné e Moçambique*, estatuto que sofre uma alteração parcial em 1929 (Pélissier e Wheeler, 2009:195). Posteriormente, junto a estes dois documentos (o originário e a alteração) foram cunhados, ainda, o Acto Colonial (1930), a Carta Orgânica do Império Colonial Português (1933) e a Lei da Reforma Administrativa Ultramarina, diplomas que estabeleceram os alicerces do sistema bifurcado português.

Este sistema jurídico-político do Estado acabou por instaurar um conjunto de normas restritivas para a obtenção do estatuto de “civilizado”, algo inédito na realidade africana, onde havia uma certa liberdade na ascensão social, principalmente para os negros e os mestiços que viviam nos centros urbanos. Assim, com tal estatuto os negros teriam de prestar inúmeras provas para passarem a ser designados juridicamente *assimilados* e, com isto, poderem trabalhar na administração colonial, por exemplo. Foi, também, com o Estado Novo, precisamente, na década de quarenta do século transacto, que se assistiu a um intensificar da imigração portuguesa (ver, especialmente, o estudo de Castelo, 2007). Por exemplo, em Angola, segundo Pélissier e Wheeler (2009:205), *a população portuguesa residente aumentou perto de 400 por cento entre 1940 e 1960, um desenvolvimento surpreendente à luz da taxa de imigração baixa dos anos anteriores. A*

mesma situação de intensificação da imigração portuguesa se verificou em Moçambique, por isso, de acordo com Sumich (2008:326), *o descontentamento cresceu entre os assimilados, que se uniram na defesa de causas comuns a outros grupos igualmente insatisfeitos com o sistema colonial — brancos radicais, mulatos (miscigenados) e indianos*. Este descontentamento resulta, em grande medida, pelo privilégio que o Estado Novo tinha atribuído aos naturais de Portugal, acabando estes por ocuparem os cargos mais revelantes no seio da administração colonial.

Torna-se, ainda, necessário ser realçado que a natureza do regime colonial português em muito contribuiu para o sucesso da mobilização anti-colonial, isto porque, segundo Goodwin (2001:132), *“o colonialismo repressivo tende claramente a radicalizar e ampliar o potencial da base social dos movimentos de libertação nacional”*. Constatamos, efectivamente, que o regime colonial português exerceu uma forte exploração quer através da mão-de-obra africana e da expropriação dos terrenos agrícolas dos africanos (Meneses, 2010; Paige, 1975; Péliissier e Wheeler, 2009). Isto acabou motivar o surgimento de um *slogan* da União dos Povos de Angola (UPA) que trazia o seguinte conteúdo: *traziam a seguinte mensagem: o homem branco roubou a terra do homem negro; enriquece obrigando o homem negro a trabalhar nas plantações de café; bate-lhe e trata-o como uma criança, mas a Idade Dourada surgirá após a independência, quando tudo aquilo que pertencer aos colonos for parar às mãos da população nativa* (Péliissier e Wheeler, 2009:247).

Esta situação de exploração exercida pelas autoridades coloniais só teve um desfecho após o surgimento dos movimentos nacionalistas, caso contrário, seria, de todo, impossível ter existido uma resposta política ao sistema opressivo e de exploração que acabava por subjugar os africanos. Por isso, defendemos a ideia de Paige apresentada na sua obra acerca das revoluções agrárias (1975), segundo a qual a revolta política do dia 15 de Março de 1961, no norte de Angola, não foi um acto espontâneo motivado pelo descontentamento popular face à opressão e à exploração económica imposta pelo sistema colonial. Tratar-se-ia, sim, de um acto de mobilização de populares, preparado por uma força nacionalista. Também Goodwin (2001), no seu estudo, sustenta uma tese semelhante à de Paige (1975), visto que para Goodwin (2001:1) *“os movimentos revolucionários não respondem simples ou exclusivamente à exploração ou à desigualdade, mas também e, mais directamente, respondem às políticas de opressão e de violência, tipicamente brutal e indiscriminada”*.

Foi no decurso das revoluções africanas que as autoridades portuguesas implementaram um amplo programa social nos três teatros de guerra (Bender, 1972; Cann, 1998), nomeadamente a construção de um sistema escolar que abrangeu às zonas rurais, com isto, pela primeira, muitas crianças africanas tiveram contacto com a língua portuguesa. Por isso, haveremos de analisar o impacto desse sistema escolar português no processo de unidade linguística. Esta política enquadrava-se no plano de contenção política que acabou, necessariamente, por provocar uma alteração no padrão de colonização portuguesa que estava regulamentada pela legislação aprovada entre 1926 e 1933 (Pélissier e Wheeler, 2009:194). Neste sentido colocou-se, por exemplo, um ponto final ao *Estatuto de Indigenato* que detinha sérias restrições à ascensão social da população negra, principalmente (Pélissier e Wheeler, 2009; Meneses, 2010; Sumich, 2008). Mas isto não foi capaz de produzir um Estado-nação, porque as autoridades portuguesas defendiam o mito do império, isto é, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau só existiam, porque existia Portugal antes, acabando, assim, por serem uma extensão de Portugal da portugalidade enquanto conceito nacionalista (ver, especificamente, sobre este mito na análise apresentada por Cahen, 2005). Por sua vez, os movimentos africanos nunca tiveram a capacidade, autonomia e recursos políticos *suficientes* para a implementação de um Estado nacional robusto, conforme almejavam.

Ainda assim, no decurso de tal que se assistiu a criação de uma unidade linguística na Guiné-Bissau, consolidada, na fase subsequente à independência, com o surgimento de um movimento cultural encabeçada pelo músico guineense José Carlos Schwarz. Como bem descreve Augel (2006:77), *a canção urbana em crioulo foi retomada com dinamizadora energia sobretudo por José Carlos Schwarz, o criador da moderna música guineense*. No entanto, José Carlos Schwarz começou a cantar em crioulo, segundo Augel (2006:77), no início da década de 1970, *numa época de muita tensão política e social*. Para além desse movimento musical, o carnaval guineense e o *manjuandadis*²⁰ serviram, igualmente, como *instrumento* de popularização do crioulo (Kohl, 2011a). Contudo, as fortes divisões étnicas persistiram na Guiné-Bissau, tal como em Angola e Moçambique, isto por causa, em grande medida, a postura adoptadas pelas autoridades portuguesa que foi no sentido de instrumentalizar politicamente as diferenças sociopolíticas nos três cenários de guerra conforme salienta, e bem, Cann (1998:23): *Portugal foi capaz de tirar partido destas diferenças em seu proveito, visto os guerrilheiros pertencerem com*

²⁰ *Manjuandadis* são associações que têm bases sociais firmes ou frágeis, baseiam-se no princípio de *mutualidade* e de *sociabilidade* (Kohl, 2011b). Em geral, segundo Kohl (2011b:9), as “*manjuandadis*” *cuidam da solidariedade entre os membros primariamente femininos, através da prestação de ajuda e assistência mútua*.

frequência a grupos que pouco tinham em comum uns com os outros. Por isso, Coelho (2003:17) sugere que *por detrás desse conflito [a guerra de libertação,] se escondia já o germe de um conflito civil.* Perante tais facto, não podemos afirmar que os efeitos das revoluções africanas tenham sido *suficientes* para a formação do Estado-nação. Embora tal acontecimento tenha servido para a construção de uma narrativa histórica e a unidade linguística guineense.

Assim, o segundo conflito acaba por se revelar bastante inflamado pelas divisões sociopolíticas registadas durante as revoluções africanas. Com efeito, estas divisões revelaram-se muito mais exacerbadas, devido à exclusão política que certos segmentos populacionais sofreram na fase subsequente às independências, isto porque os regimes angolano, moçambicano e guineense instalaram um novo despotismo político salientado supra. A situação de conflito, particularmente em Angola e em Moçambique, decorre, paralelamente, com a consolidação das estruturas internas do próprio Estado revolucionário angolano, moçambicano e guineense. E, conforme Foran e Goodwin (1993:210) observam “*a reconsolidação revolucionária do poder do Estado, (...), requer a reforma das instituições do Estado, que normalmente têm sido destruídas com a queda do antigo regime, especialmente o exército e a administração civil.* Sendo que esta consolidação, no caso angolano e moçambicano, acaba por ser fortemente condicionada pela situação revolucionária. Por isso, as estruturas destes dois Estados assistiram a um necessário reforço para estarem aptas a responder aos choques políticos. No sector militar a atenção foi redobrada, obtendo, este, uma parte significativa das verbas afectas ao Orçamento de Estado, com o objectivo de permitir o seu permanente apetrechamento (Eanes Ferreira, 1999; Hodges, 2002; Macuácuá, 2005; Plank, 1993; Sogge, 2009).

Os Governos de Luanda e de Maputo enfrentaram, também, uma forte competição/pressão, em termos regionais. No caso moçambicano, esta pressão foi protagonizada pela Rodésia e pela África do Sul, uma vez que tais países suportaram política, militar e economicamente a RENAMO que se organizava com o intuito de derrubar o Governo da FRELIMO. Ao passo que, no caso de Angola, esta pressão acabou por ser exercida pelo apoio prestado pela África do Sul ao movimento do galo negro (UNITA). Por ora, convém aclarar que consideramos que a consolidação das estruturas do Estado acaba por ser sempre um processo dinâmico de interacção entre as forças internas ou externas, podendo envolver, ou não, actos de violência militar, que causam, necessariamente, diversos constrangimentos a tal processo, como sugerem Migdal (1994) e Skocpol (1985).

Neste instante apresenta-se como uma necessidade esclarecer o enquadramento teórico da situação revolucionária angolana e moçambicana, sendo, posteriormente, analisada a revolta política guineense. Assim, para Tilly (2006:159), estamos sempre em presença de uma situação revolucionária quando verificadas as seguintes ocorrências:

1. *“Candidatos ou coligações de candidatos avançam a título exclusivo para reivindicarem o controlo do Estado ou de um segmento deste”.*
2. *“O compromisso destas reivindicações por um segmento significativo dos cidadãos”.*
3. *“A incapacidade ou falta de vontade dos governantes para suprimir a coligação e/ou compromisso alternativa para suas reivindicações”.*

Neste sentido, segundo Goodwin (2001:12), *“a situação revolucionária, de facto, é caracterizada precisamente pelo “poder dual” ou “soberania múltipla”.* Por isso quer o conflito angolano quer o conflito moçambicano tornaram-se nas típicas situações revolucionárias, visto que quer a UNITA, quer a RENAMO conseguiram, de facto, estabelecer uma base social que ainda, hoje lhes garante um apoio eleitoral, por exemplo. Para além disso, ambas as organizações construíram estruturas políticas nas zonas interiores com a mesma vocação de um Estado (Geffray, 1991; Heywood, 1989, 1998; Malaquias, 2000, 2007; Potgieter, 2000; Reno, 2011; Weinstein, 2007).

O caso guineense contrasta, claramente, com os dois casos anteriores, visto que os revoltosos conseguiram destituir do poder o Presidente, Nino Vieira, sem a construção de uma organização política e dispensando o apoio directo da população (Forrest, 2003). Por isso, consideramos tratar-se muito mais do que uma típica revolta política, visto que, segundo Skocpol (1985:16), *as revoltas, mesmo quando bem sucedidas, podem envolver a sublevação das classes subordinadas – mas não originam uma mudança estrutural.* Para essa acção armada os revoltosos guineenses contaram, também, com a solidariedade étnica dos rebeldes de Casamança, estabelecendo-se, desta forma, uma frente armada contra as forças governamentais guineenses (Boone, 2003; Forrest, 2004; Humphreys e Mohamed, 2005). De facto, após o conflito na Guiné-Bissau não se observa nenhuma alteração de fundo nas instituições políticas. De salientar, no entanto, que as três forças possuíam a mesma capacidade coerciva. Mas nunca o MPLA ou mesmo a FRELIMO perderam o poder, contrariamente ao Governo guineense.

O nosso conceito de Estado

O nosso conceito de Estado baseia-se, especialmente, na visão de Estado formulada por Max Weber, no que concerne ao aspecto coercivo do Estado. Goodwin (2001) observa, segundo a visão weberiana, que “ *O Estado é muitas vezes definido como uma instituição que monopoliza a coerção na sociedade - ou monopoliza o uso legítimo da coerção numa sociedade*” (ibid.:12). Se, este aspecto é essencial, não deixa, ainda assim, de nos causar alguns problemas conceptuais, visto que a análise em desenvolvimento contempla em si os movimentos revolucionários e não somente os Estados de facto. Por outros termos, estas instituições reclamam para si a mesma legitimidade soberana que a de um Estado legítimo. Sendo os casos mais flagrantes, neste estudo, o PAIGC, a UNITA e a RENAMO.

No entanto, o nosso maior obstáculo, a propósito desta concepção, coloca-se quando estão em causa as revoltas políticas, envolvendo directamente os militares, tal como aconteceu na Guiné-Bissau, onde a organização militar possui também uma forte capacidade coerciva. Sendo assim, para tentarmos resolver este problema analítico, subscrevemos a sugestão apresentada por Goodwin (2001) sobre o Estado, segundo a qual “ *o Estado é talvez melhor definido como a organização, ou conjunto de organizações, que tenta, e reclama pelo direito de monopolizar o uso legítimo da violência num território*” (ibid.:12). No entanto, para Goodwin (2001:12), “ *o Estado não deixa de ser Estado, certamente, quando outra organização (...) também possui poderes coercivos significativos dentro de um determinado território*”.

De facto, nas situações revolucionárias estamos em presença de duas organizações que reclamam o mesmo estatuto político, tanto na ordem interna, como na ordem internacional, ou seja, persiste na mesma realidade social a “ *duplicidade de poder*” ou a “ *multiplicidade de soberania*” (ibid.:12). Por isso, mesmo a definição de Goodwin (2001) não consegue, aparentemente, solucionar todos os nossos problemas no estudo do Estado, visto que concebe o Estado como um instrumento essencialmente coercivo. Isto porque, as funções do Estado não se esgota somente na sua complexa organização coerciva, sendo, igualmente, um agente dinâmico em constante interacção numa determinada realidade societal (ver, particularmente, as teses apresentadas por Migdal, 1994 e Skocpol, 1985). Como mostra o estudo de Gellner (1983) sobre a transformação societal, isto é, a passagem de uma sociedade rural para uma sociedade industrial, com vista à construção da nação. Nesta fase, segundo Gellner (1983:34), “ *o monopólio legítimo da educação do Estado torna-se mais importante do que o monopólio legítimo da violência*”.

Revisão da Literatura

Primeira Literatura

No âmbito da literatura sobre as lutas de emancipação nacional há um conjunto de explicações alternativas acerca das origens ou causas dos movimentos nacionalistas. A título de exemplo, Bragança e Wallerstein (1982) explicam que o surgimento dos movimentos nacionalistas acaba por ser uma decorrência histórica do desenvolvimento da economia capitalista à escala mundial. Sendo certo que este sistema económico objectiva reorganizar as estruturas de produção da economia como, também, as estruturas políticas dos Estados, influenciando, assim, a emergência de novas classes e de nações (Bragança e Wallerstein, 1982:IV). Como tal, Bragança e Wallerstein (1982:III) sugerem que *“os movimentos de libertação nacional não surgem num belo dia na mente de algum super-homem ou a pedido de algum poder estrangeiro. Nascem antes, do descontentamento popular”*. De notar que este descontentamento resulta, sobretudo, da exploração económica imposta pelo sistema capitalista aos povos colonizados, uma situação de exploração também promovida pelos Estados colonizadores, como era o caso português. Como se pode constatar na seguinte passagem proferida pela FRELIMO: *“os moçambicanos foram forçados a trabalhar na criação de empresas que pertencem aos portugueses e aos outros (como os ingleses, os franceses, os alemães ocidentais, os suíços e os belgas) que exploram a indústria, o comércio e a agricultura de Moçambique. Ou seja: Portugal domina e explora Moçambique, directamente”* (Bragança e Wallerstein, 1982:4).

Há autores, no entanto, que consideram, pelo contrário, que o surgimento dos movimentos nacionalistas se deveu, sobretudo, a factores *endógenos*. Uma dessas razões é o forte aumento da imigração europeia depois da Segunda Guerra Mundial. De facto, a presença europeia, particularmente a portuguesa, nos territórios africanos intensificou-se no referido período. Em 1960, viviam em Angola 172.000 portugueses, o que contrasta com os 44.083 habitantes em 1940 (Minter, 1994:234; Péliissier e Wheeler, 2009:205). De 1960 até 1970, verificou-se, mais uma vez, um crescimento que se traduziu em valores absolutos em 290.000 portugueses já em Moçambique viviam cerca de 97.000 portugueses passando para, aproximadamente 163.000 portugueses, de 1960 até 1970 (Minter, 1994:234).

Este crescimento do efectivo populacional (português) em África traduziu-se em menores oportunidades para as elites assimiladas que se tornariam menos relevantes e influentes nas

sociedades africanas, gerando, assim, um sentimento de rancor contra as autoridades portuguesas (Hodges, 2002; Sumich, 2008). Este aspecto tem sido apontado como uma das causas do surgimento do conflito angolano e moçambicano, particularmente (vide, a título de exemplo, Hodges, 2002; Pélissier e Wheeler, 2009; Sumich, 2008).

Por sua vez, Benot (1969) defende a ideia de acordo com a qual os africanos foram substancialmente influenciados para o processo de descolonização pelos encontros que tiveram com os marxistas, com os membros dos partidos comunistas e, ainda, com o movimento operário internacional (Benot, 1969: 19-22). Esta perspectiva é igualmente, suportada por Pélissier e Wheeler (2009), que escrevem que *o Partido Comunista Português conseguiu infiltrar-se nas organizações autorizadas que estavam abertas a africanos, particularmente, a Liga Nacional Africana e a Associação Regional dos Naturais de Angola* (Pélissier e Wheeler, 2009:236). Talvez seja essa a razão para o surgimento em Angola, mais tarde, do Partido Comunista de Angola (PCA) que esteve na antecâmara da formação do MPLA.²¹

No âmbito dessa literatura que investiga as causas ou os factores que estiveram na base das revoluções africanas há uma panóplia de explicações alternativas. Encontramos, ainda, o estudo de Paige (1975) sobre as revoluções agrárias, incluindo o caso angolano, no qual se considera que as principais causas da revolução agrária foram a pressão económica (desapropriação das terras dos nativos) e a exploração exercida pela população branca, e suportada pelo Estado colonial, visando os povos nativos, principalmente os camponeses da região central e oriental do antigo Congo, actual província do Zaire, em Angola. Portanto, Paige (1975) rejeita, cabalmente, que tenha sido a pressão populacional em Angola a originar a revolução agrária angolana. Isto porque, a região norte deste país não se encontrava densamente povoada, por outras palavras, não havia uma forte presença de população de origem europeia, essencialmente portuguesa, comparativamente com as zonas urbanas, por exemplo, Luanda (ver, ainda, Pélissier e Wheeler, 2009).

Rudebeck (1974), por seu turno, considera que o carácter repressivo do Estado colonial português foi determinante para o deflagrar das revoluções africanas, neste sentido veja-se, por exemplo, a forma como as autoridades portuguesas reprimiram, brutalmente, os operários do porto de Pidjiguiti em 1959, na Guiné-Bissau. Tal evento demonstra a indisponibilidade deste Estado para dialogar com os movimentos nacionalistas (Lopes, 1982; Rudebeck, 1974). De facto, uma das

²¹Para um conhecimento mais amplo sobre o processo de criação do MPLA e os seus respectivos fundadores consultar, especialmente, o trabalho de Bittencourt (1997).

características mais marcantes do Estado colonial português foi o uso da violência como um mero instrumento político nos processos de pacificação e no restabelecimento da ordem pública, tornando-se, assim, um Estado, extremamente, repressivo (ver, a título de exemplo, Forrest, 2003; Lourenço, 2005a, 2005b; Mamdani, 1996; Meneses, 2010). Este carácter repressivo do Estado colonial alimentará, em grande medida, as mobilizações revolucionárias (ver, especialmente, o estudo de Goodwin, 2001).

Para além do carácter repressivo do Estado colonial, da pressão económica e da pressão populacional salientados, anteriormente, como causas dos conflitos, afigura-se, ainda, conveniente destacar outros factores referenciados pela literatura como fulcrais para o surgimento dos conflitos, a saber: a influência das seitas religiosas africanas (Keese, 2004; Péliissier e Wheeler, 2009) e o trabalho forçado (Keese, 2004; Mamdani, 1996; Meneses, 2010; Péliissier e Wheeler, 2009; Young, 1994). De facto, as seitas religiosas africanas conseguiram atrair para junto de si as populações camponesas, especialmente as populações das regiões do norte de Angola onde se fixou o grupo etnolinguístico Bacongo. Porém, na altura da mobilização da UPA, especificamente, no dia 15 de Março de 1961, este culto de Simão Toco perdeu alguma influência (Keese, 2004) – tal culto ainda persiste na realidade angolana, actualmente.

Por fim, o último aspecto a ser tratado, por ora, é o trabalho forçado que se manteve inalterado até ao surgimento do conflito em Angola (Meneses, 2010; Sumich, 2008). Antes disso, as autoridades portuguesas tiveram que proceder a uma alteração jurídica do diploma que regulamentava o trabalho nas suas colónias, isto devido à forte pressão exercida pelas instâncias internacionais. Assim sendo, em 1928, assistiu-se à aprovação de uma nova legislação que viria substituir a perspectiva do trabalho forçado pela perspectiva do trabalho como sendo um dever moral dos indígenas. Por isso, segundo Meneses (2010:75), os indígenas estavam obrigados a *exercer actividades laborais compulsivas, durante seis meses por ano*. De facto, este aspecto do trabalho forçado foi diversas vezes salientado pelos líderes africanos, quando queriam demonstrar as injustiças (exploração dos negros ou africanos) resultantes do Estado colonial.

Como acabamos de observar, há diversas teorias que versam sobre as raízes ou as causas históricas e sociais dos movimentos nacionalistas africanos. Mas, no presente trabalho, estudaremos, somente, as forças políticas que promoveram uma acção mobilizadora da população nativa, especialmente os camponeses, para a luta contra a opressão imposta pelo Estado colonial português. Como tal, não nos debruçaremos, por exemplo, na realidade moçambicana, sobre os

três movimentos nacionalistas que antecederam à FRELIMO, a saber: a Mozambique African National Union (MANU), União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI). Portanto, só analisaremos as acções do MPLA, fundado em 1956 (Hodges, 2002; Minter, 1994; Malaquias, 2000, 2007), mas, segundo Bittencourt (1997), este movimento terá surgido na década de 60; do PAIGC, instituído em 1956 (Chabal, 1986; Forrest, 2003; Lopes, 1982; Rudebeck, 1974); a FRELIMO, cuja fundação remonta a 1962 (Minter, 1994; Sumich, 2008) e a UPA fundada em 1958, que, mais tarde, se transformará na FNLA (Pélissier e Wheeler, 2009; Paige, 1975). A UNITA somente surgirá em 1966, no decurso do conflito angolano (Heywood, 1989, 1998; Minter, 1994; Malaquias, 2000; Potgieter, 2000).

Segunda literatura

A literatura portuguesa que estuda as revoluções africanas como guerras coloniais, analisa, inicialmente, qual foi a resposta das autoridades portuguesas aos ataques dos nacionalistas africanos até à substituição de Salazar. Num segundo momento, a mesma literatura versa sobre o Governo de Marcelo Caetano. Assim sendo, autores começam por analisar a forma dura e ríspida como o regime salazarista respondeu aos ataques dos africanos, sendo que tal postura só pode ser entendida se tivermos em consideração a importância da questão colonial no processo de consolidação do Estado Novo. Como bem salienta Alexandre (1993:1135), *a questão colonial estava longe de fazer a unanimidade no interior do regime, atravessado, entre 1926 e 1930, por um aceso debate sobre o modelo de relações imperiais a impor*. Por isso, a intervenção de Salazar, ainda na sua condição de ministro das Finanças, na promulgação do Acto Colonial que se encontrava nas mãos do ministro João Belo, viria a revelar-se, segundo Alexandre (1993:1135), *um dos momentos decisivos da sua estratégia de poder, [porque conseguiu estabelecer] uma estratégia que alia a força das convicções nacionalistas a uma forte dose de pragmatismo no alargamento e reforço das bases pessoais de apoio (ibid.:1135)*.

Portanto, até à morte de Salazar esta aliança com os ultras do regime foi preservada, servindo como um garante da estabilidade e da preservação da autoridade política do ditador. Por isso, quando os movimentos nacionalistas angolanos deram início às operações militares tiveram como resposta um aumento da repressão e da violência contra as populações negras, iniciada pela população branca, prosseguida depois pelo exército português. Todavia, esta resposta por parte das entidades portuguesas não sortiu efeito, isto porque não conseguiu impedir as operações militares

dos movimentos nacionalistas angolanos. Servindo, bem pelo contrário, para exacerbar ainda mais o conflito, deixando patente que a única solução para o problema político era a luta armada. A resposta portuguesa revelou-se infrutífera dada a verificação de um conjunto de erros como, por exemplo, o assassinato de *aldeões que nada tinham tido a ver com os comandos e os bandos de guerrilha mais ou menos organizados (...), os massacres de muitos quimbundo, no vale do Cuanza, [e a] perseguição, aprisionamento e, por vezes, desaparecimento de certas elites africanas em várias cidades* (Pélissier e Wheeler, 2009:260). Por isto tudo, Pélissier e Wheeler, (2009:258-260) consideram que *o erro português* [referindo-se ao tipo de resposta] *se voltaria contra eles*.

A conduta política e moral das autoridades portuguesas na condução das guerras mereceu um forte repúdio por parte da comunidade internacional, isto porque, segundo Rodrigues (2006:65), o contexto internacional estava mais favorável ao processo de descolonização. Nota-se, por exemplo, que nessa altura, precisamente, a União Soviética tinha aumentando a sua influência no continente africano (vide, ainda, Alexandre, 2006; MacQueen, 2004; Oliveira, 2002, 2004; Rodrigues, 2006; Silva, 1995).

Ainda assim, contra “ventos” e “marés”, as entidades portuguesas persistiram irredutivelmente na sua política de combate aos movimentos nacionalistas africanos. Esta luta desenrolou-se quer no plano militar, através do envio de um forte contingente militar e do recrutamento de homens africanos para combater nos três teatros de guerra, quer no plano político, especialmente no plano externo onde se tinha constituído uma frente anti-colonial e, por conseguinte, anti-portuguesa. Esta frente ou este grupo ficou historicamente conhecido como o Movimento dos Não-Alinhados, o qual nas Nações Unidas procurou isolar politicamente Portugal, fazendo com que este perdesse, assim, o suporte político e, com efeito, a legitimidade (ver, especialmente, a análise de Silva, 1995).

No entanto, é apenas em Setembro de 1968, com a substituição de Salazar por Caetano, que a solução política para o problema africano começa a ser encarada como uma possibilidade. Este período ficou conhecido como a “primavera marcelista” um período que significou *a abertura política e sindical, a melhoria das condições de vida, a oposta na educação, o desenvolvimento económico e industrial* (Rosas, 2004:14). De facto, esta fase foi de maior abertura política e descompressão, por isso figuras adversas ao regime regressaram ao país como, por exemplo, Mário Soares e D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto (Rosas, 2004:16).

Mas, muitos autores têm-se debatido por que razão o marcelismo não conseguiu encontrar uma solução política e pacífica para as guerras coloniais. Assim, para Rosas (2004:40), o Marcelo Caetano procurou *compatibilizar um reformismo prudente e o desenvolvimento industrial com a continuação da guerra, não tanto para salvaguardar o velho “império”, mas para ganhar tempo visando a realização da “autonomia progressiva e participada das colónias (sobretudo de Angola e Moçambique), cujo destino final era publicamente mantido como algo nebuloso*. Por sua vez, MacQueen (2004), contrariamente a Rosas, entende que a estratégia adoptada por Caetano foi, sobretudo, *pragmática, destinada a resolver problemas no interior do regime sem que o seu carácter fundamental fosse afectado* (MacQueen, 2004:272).

Contudo, a conduta política de Caetano tornou-se extremamente hesitante no que se refere à questão colonial. Por isso, a nossa abordagem fica apenas pela avaliação das suas acções práticas. Notamos, por exemplo, que este adquiriu um conjunto de equipamentos militares de forma a evitar uma guerra militar na Guiné e norte de Moçambique, ao mesmo tempo reforma económica, por isso as constantes hesitações políticas de Caetano nada mais significavam do que uma tentativa de manter várias opções em aberto, escolhendo posteriormente as mais fortes (Oliveira, 2002:111). Mesmo com tantas indecisões uma coisa é certa, é que as guerras continuaram. Pelo que esta posição por parte das autoridades portuguesas acabou por significar a continuação do flagelo da guerra nos três palcos africanos. No entanto, esta decisão viria a se revelar fatal quer para Marcelo Caetano quer para o regime.

Terceira Literatura

A terceira literatura analisa o início do processo de descolonização, sendo que tal processo foi severamente condicionado pela conjuntura política portuguesa, que influenciou substancialmente as decisões políticas das autoridades governamentais portuguesas. Isto porque o general António de Spínola (doravante Spínola) era um acérrimo defensor *de uma solução federativa “materializada na desconcentração e descentralização de poderes”, na “descentralização administrativa e progressiva autonomia dos Estados e Províncias Ultramarinas”, reconhecendo o “direito dos povos à autodeterminação”* (Rezola, 2004:356). Assim, quando Spínola consegue chegar ao poder por via do golpe militar tenta impor esta solução política aos movimentos nacionalistas africanos, que, de imediato, a recusaram. Mas esta solução levantava, também, sérias objecções políticas no plano interno, isto porque entre as cláusulas

contidas no programa político do Movimento das Forças Armadas (MFA) figurava como um dos objectivos era proceder à descolonização, intento claramente contrário à solução política avançada por Spínola.

Esta instabilidade política acabou por se reflectir no processo de descolonização, principalmente em Angola, isto porque em Moçambique e na Guiné-Bissau só havia um interlocutor político reconhecido internacionalmente. Perante o exposto, concluímos que somente a questão da descolonização angolana apresentava sérios problemas políticos. Por isso muitos analistas, a título exemplo, Pélissier e Wheeler (2009), têm apontado a conjuntura política do pós-25 de Abril como uma das causas da guerra angolana na fase subsequente à independência. Isto porque, segundo Pélissier e Wheeler (2009:361), *a potência colonial entregou o poder, não a um governo ou partido específico, mas sim ao “povo de Angola”*.

No entanto, esta visão é muitas vezes, restrita e enganadora, pois a nosso ver, o principal problema foi a descolonização tardia efectuada por Portugal. Isto deveu-se, devido, sobretudo, *ao ultranacionalismo europeu manifestado pelas autoridades portuguesas. E a sua essência era não admitir rivais em Angola, que era parte integrante da nação*, no entender de Pélissier e Wheeler (2009:276). Por sua vez, Alexandre (2006) rejeita a perspectiva do ultranacionalismo, considerando que *o factor mais relevante terá sido antes o peso da ideia imperial, tanto no nacionalismo francês como no português, e mesmo na identidade nacional de ambos os países (ou, dito de outra maneira, na representação que cada um deles fazia de si próprio)* (ibid.:58).

Em nosso entender, foi o facto de Portugal ter adiado o processo de descolonização retirou-lhe, acima de tudo, margem de manobra para impor uma solução política pacífica, especialmente, na descolonização angolana. É certo, também, que a perturbação política na metrópole pode ter condicionado os processos de descolonização que, só por si, representavam uma situação verdadeiramente crítica, mas isto não foi determinante para o resultado final de tal processo. De salientar ainda a propósito da descolonização angolana, que as autoridades portuguesas empreenderam um conjunto de atitudes que se revelaram prejudiciais para o processo descolonizador. Veja-se, a título de exemplo, a simpatia revelada pelo então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, em favor da UNITA (Minter, 1994:100) e a participação do Presidente da Junta de Salvação, Spínola, numa reunião com a FNLA e a UNITA com vista à discussão de uma solução política, com a exclusão do MPLA (Minter, 1994:11; Somerville, 1986:42).

Quarta Literatura

A quarta literatura tem centrado a sua atenção nas causas ou factores que estão por detrás dos conflitos do pós-independência nos três países. Para o conflito angolano, os factores mais vezes realçados como impulsionadores do conflito são os seguintes: o colonialismo português (Hodges, 2002); as rivalidades etno-regionais, exacerbadas, ainda mais, durante o conflito, e a transição política (Fearon e Laitin, 2002; Heywood, 1989; Hodges, 2002; Minter, 1994; Malaquias, 2000, 2007; Somerville, 1986) e a luta pelos recursos naturais (Collier e Hoeffler, 1998, 2002; Ross, 2004). Já no caso moçambicano os factores são os seguintes: as questões étnicas (Geffray, 1991; Fearon e Laitin, 2002); agressão externa (Geffray, 1991; Minter, 1994; Weinstein, 2007; Francisco e Weinstein, 2005); e os recursos naturais (Collier e Hoeffler, 1998; Collier, Hoeffler e Sambanis, 2005). Por fim, o conflito guineense surgiu devido ao tráfico de armas (Rudebeck, 2001).

Analisando, inicialmente, o caso angolano que, segundo Hodges (2002), o colonialismo português foi responsável pelo conflito angolano *sobretudo por não ter preparado uma transição estável para a independência* (*ibid.*:24). Para este autor, o facto de Portugal não ter preparado um processo pacífico de transferência de poder político possibilitou a criação de três movimentos nacionalistas africanos que lutaram pelo poder, fazendo uso da violência uns contra os outros (*ibid.*:24). Malaquias (2000, 2007) tem sustentado, por sua vez, que o conflito angolano deveu-se, particularmente, às questões de etnicidade sedimentadas pelos movimentos nacionalistas durante as lutas pela independência do país. No entanto, quer Rothchild (2005) quer Hodges (2002) rejeitam que os recursos naturais estejam na base do conflito.

No entanto, Collier e Hoeffler (1998, 2002), pelo contrário, consideram que o petróleo e os diamantes estiveram na origem do conflito angolano. A nosso ver, todavia, de todas as perspectivas apresentadas esta é a que tem maiores imprecisões e falhas analíticas, as quais devem ser salientadas. Neste sentido, atente-se ao facto de, na fase inicial do conflito angolano quer a UNITA quer o MPLA e, ainda, a FNLA terem contado com o auxílio externo (Malaquias, 2000, 2007; Minter, 1994). Por exemplo, a FNLA recebeu cerca de \$300,000 dos Estados Unidos da América (doravante EUA), isto segundo Minter (1994:20). Tal assistência externa começou a ser prestada antes e durante as revoluções africanas, mantendo-se, inclusivamente, no decurso da descolonização e, ainda, ao longo do conflito angolano. A título de exemplo, a CIA financiou a

UNITA com cerca de \$30 a \$45 milhões em 1988, e \$50 a \$60 milhões em 1989 (Minter, 1994:51). É, ainda, necessário esclarece que os ataques da UNITA desferidos contra o MPLA começaram quando, em 1972, este encetou conversações com os militares portugueses, conversações, essas, que culminaram num acordo que ficou conhecido como operação “Madeira” (MacQueen, 2004:277).

Portanto, a perspectiva apresentada por Collier e Hoeffler (1998, 2002) não se aplica, de todo, ao caso angolano. Mesmo assim, pode ajudar a explicar a forte capacidade e autonomia política manifestada pela UNITA, visto que esta conseguiu prolongar o conflito mesmo depois de deixar de contar com o suporte financeiro, principalmente, das entidades estrangeiras. Por isso, os recursos naturais têm sido interpretados, e bem, no âmbito dos estudos quantitativos sobre os conflitos, como um factor que influencia a durabilidade dos conflitos (vide, por exemplo, Collier, Hoeffler, e Söderbom, 2001; Ross, 2004).

O factor ao qual se recorre mais frequentemente para se explicar a origem do conflito moçambicano tem sido, sem dúvida, a agressão externa protagonizada inicialmente pela Rodésia e posteriormente pela África do Sul (Geffray, 1991:12; Minter, 1994:7). Uma vez que os serviços secretos da Rodésia criaram uma força militar com vista a destabilizar politicamente Moçambique. Desta forma, o Estado Moçambicano não poderia auxiliar a ZANU. No entanto, numa entrevista concedida em 1999, Afonso Dhlakama afirma que “*o suposto papel da Rodésia no processo de formação da RENAMO é uma mentira e reclamou ainda que nunca tivera dado ouvidos ao chefe dos serviços de inteligência rodesiano, Ken Flower*” (Minter, 1994:231). Estas declarações acabam por contrariar a versão dos factos apresentada pelo chefe dos serviços secretos rodesianos e suportada pelos autores (Geffray, 1991; Minter, 1994; Weinstein, 2007). De facto, os serviços secretos rodesianos auxiliaram técnica e militarmente a RENAMO, sendo que semelhante ajuda passou a ser, posteriormente, prestada pela África do Sul. Por isso, as declarações do líder da RENAMO não são fidedignas, sendo mais uma tentativa de rescrever a história.

Já o estudo do antropólogo de origem francesa, Geffray (1991), avança com outros aspectos que poderão ter influenciado o conflito moçambicano. Assim, segundo Geffray (1991:13), *a guerra alimenta-se das rupturas sociais e políticas internas das sociedades rurais moçambicanas*. Dado que o Estado da FRELIMO ostracizou política e socialmente dos líderes ou figurais tradicionais dos meios rurais (Florêncio, 2002; Geffray, 1991; Lourenço, 2005a, 2005b, 2007; Meneses, 2010; Orre, 2008); e o fraco desempenho da economia socialista da FRELIMO

criou uma elevada taxa de desemprego dos jovens moçambicanos e isto ajudou no recrutamento da RENAMO (Geffray, 1991; Schafer, 2007). Todavia, estes aspectos são rejeitados, principalmente por Minter (1994), porque, segundo este autor (1996:104/105), “*as disparidades étnicas e regionais integradas na guerra afectam muito mais a forma como os indivíduos e as comunidades vivenciaram o conflito*. Portanto, Minter (1994:105) considera que “*o padrão da acção militar [em Moçambique e Angola] reflecte muito mais as exigências logísticas das operações militares do que qualquer padrão étnico*”.

De facto, observa-se um padrão étnico na organização social da RENAMO, por exemplo, os líderes da RENAMO recrutaram junto do seu povo os Ndau (Florêncio, 2002:57; Geffray, 1991:117) e a língua franca foi Chindau de pertença do povo Ndau (Florêncio, 2002:58; Minter, 1994:104). Por isso tratou-se de um conflito com forte implicações étnicas. Todavia, muitos estudiosos têm defendido que o conflito sedimentou uma identidade regional mais do que uma identidade étnica comum (Florêncio, 2002; Chichava, 2008). Sendo que esta identidade regional reflecte-se no comportamento do eleitorado moçambicano, como mostra o académico moçambicano Chichava (2008) que estudou o padrão eleitoral da província da Zambézia, conseguiu observar que a população da Zambézia vota maioritariamente na RENAMO, desde o primeiro acto eleitoral em 1994. Preservando, assim, aliança política que tinha efectuado com a RENAMO durante a guerra civil.

O conflito guineense surgiu devido a forte tensão política que se vivia no país, isto porque o presidente Nino Vieira tinha acusado publicamente o brigadeiro Ansumane Mané de estar envolvido no tráfico de armas para as forças rebeldes de Casamança Movimento das Forças Democráticas de Casamança (MFDC) (Barros, Sangreman, Sousa e Zeverino, 2005:17; Humphreys e Mohamed, 2005:254). Convém desde já esclarecermos que não há um consenso no âmbito da literatura sobre a interpretação objectiva dos factos, que pudesse esclarecer, cabalmente, quem estava ou não implicado directamente no esquema de tráfico de armas para o MFDC. Segundo o estudo de Humphreys e Mohamed (2005), há a ideia que o brigadeiro Ansumane Mané estava envolvido, claramente, no tráfico de armas, por isso quando houve o conflito pode contar com o apoio dos militares do MFDC (Forrest, 2004:123; Humphreys e Mohamed, 2005:254). Rudebeck (2001:18), por seu turno, considera que *há fortes indícios apontam o envolvimento do próprio Presidente*. Assim, para *desviar as atenções e de atenuar a preocupação pública, pelo menos em relação ao Senegal, o Presidente tentou em 1998, sacrificar o seu colaborador mais*

próximo e companheiro de armas desde há trinta anos, o brigadeiro Ansumane Mané. Por último, a análise de Barros, Sangreman, Sousa e Zeverino (2005) que se sustenta nos documentos oficiais há duas versões contraditórias, a saber: o relatório elaborado pela Comissão Inter-Ministerial chegou à conclusão que o brigadeiro estava envolvido no tráfico de armas, mas esta conclusão gerou um celeuma. Então, houve a necessidade de se elaborar um segundo relatório que ficou a cargo da Assembleia Nacional, sendo que as conclusões do segundo relatório acabaram por ilibar o brigadeiro Ansumane Mané das acusações de tráfico de armas (Barros, Sangreman, Sousa e Zeverino, 2005:17).

A nosso ver, a exposição apresentada por Rudebeck (2001) é das três a mais sólida e consistente, porque é pouco credível acreditar-se que o presidente guineense não estive envolvido no tráfico de armas, dado que este ocupou sempre cargos de grande relevância na estrutura militar na Guiné-Bissau, por isso seria estranho não estar a par da quantidade de armas importadas pelo PAIGC durante a luta de libertação. Então, mostrar-se surpreendido com o tráfico de armas foi mais uma estratégia de desculpabilização aos olhos das entidades senegalesas, procurando sair isento das suas responsabilidades políticas, preservando, assim, as boas relações que tinha com o governo de Dakar.

Esquema organizativo

Nesta fase do trabalho iremos mostrar como decorreu o processo de dominação colonial portuguesa e a questão linguística, isto é, qual foi a língua usada em tal processo político em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Para esta dominação foi indispensável o papel das congregações religiosas na área da missionação, como tal, será prestado uma atenção especial a este actor. De seguida, a análise incidirá sobre a difusão da língua através do sistema escolar, cabendo esta tarefa tanto às autoridades coloniais como às missões religiosas, dado que ambas geriam escolas destinadas quer as crianças *nativas*, quer as europeias. De salientar, desde já, que a língua portuguesa só se tornou na língua da administração colonial, visto que o sistema de ensino acabou por ser *insuficiente* para impor uma língua. Por último, iremos observar como os conflitos ajudaram ou não no processo de difusão da língua, tendo em atenção os efeitos gerados por tais conflitos, como, por exemplo, a concentração populacional e a construção de um ensino escolar de cariz revolucionário.

A Dominação Portuguesa e a situação da linguística

Angola

Antes da chegada dos portugueses ao território angolano que aconteceu, precisamente, no ano de 1482, quando o navegador português de nome Diogo Cão chegou ao reino do Congo (Tubi, 1997:27), não havia nenhuma língua franca no território angolano. Isto porque, os reinos angolanos que deram origem ao actual Estado angolano, preservavam *per se* uma certa autonomia política. Esta situação viria a sofrer uma alteração de fundo com a dominação portuguesa, o que passou a significar, claramente, uma agregação territorial dos diversos reinos angolanos sob a regência de uma só autoridade política. Para tal, como salienta Santos (2008:175-6), *desde o final do século XVI (o primeiro exemplo data de 1582) a afirmação da soberania portuguesa, a partir do governo central de Luanda e perante os potentados africanos estabelecidos, socorreu-se do instrumento jurídico, já amplamente experimentado nas relações com os Estados asiáticos, que são os tratados de vassalagem*. Foi, exactamente, nesse âmbito que somos informado por Pélissier e Wheeler (2009) que um *tratado de paz severo foi imposto ao Reino do Congo por volta de 1650 (ibid.:71)*.

A violência foi outro *instrumento* político que serviu o intento português, tornando-se mesmo no mais importante *utensílio* político, acabando por ser usado durante o conhecido processo de nome *guerra preta* (Pélissier e Wheeler, 2009). Com isto, Portugal pôde estender a sua presença em termos territoriais. Esta expansão tratou-se, segundo Venâncio (1993:17), *de uma expansão tripartida entre o exército, comerciante e missionários*. Por exemplo, no que diz respeito ao comércio, foi sem dúvida a comercialização de escravos que se tornou no sector económico mais importante na economia angolana. Como bem relatam Pélissier e Wheeler (2009:76), *os primeiros dois séculos e meio da presença portuguesa em Angola foram a época do comércio de escravos, e qualquer administração tinha como principal objectivo político preservar o monopólio sobre essa actividade*.

Pelo que seria, precisamente, na intensificação²² dessa actividade comercial que o quimbundo²³ se tornaria na língua franca no reino de Angola (Heywood, 2002; Pélissier e Wheeler, 2009). E, manteria esta posição social até ao século XVIII (Heywood, 2002:103), passando a ser usado, segundo Heywood (2002:103), *“por portugueses livres, escravos, afro-*

²² Consular, precisamente, a tabela 4 que se encontra em anexo.

²³ Esta língua é falada maioritariamente na região norte de Angola, com a exclusão das províncias à norte como Cabinda, Zaíre e Uíge.

portugueses e africanos no Reino de Angola”. E, mais tarde, com a constituição do reino de Benguela, a língua umbundo²⁴ tornou-se, igualmente, na língua franca (*ibid.*:93). A utilização de línguas africanas nas colónias portuguesas só viria a ser contestada, politicamente falando, com a publicação do decreto nº 77 no ano de 1921, que passou a proibir o uso de línguas nativas na esfera pública (Laitin, 1992:85).

A necessidade de se encontrar uma língua franca que facilitasse o pleno contacto ou comunicação entre os africanos e os europeus, acabou por se colocar, imediatamente, na primeira viagem de Diogo Cão, em 1482, ao reino do Congo. Por isso mesmo, Tubi (1997) informa-nos que no regresso do navegador português ao seu país, este levou consigo quatro súbditos desse reino, *os primeiros africanos do Congo a pisar as terras de Portugal* (*ibid.*:27). Estes africanos regressaram, mais tarde, na companhia de Diogo Cão, quando este fez a sua segunda viagem ao reino do Congo, e vinham já com profundos conhecimentos da língua portuguesa, uma vez que tinham sido *instruídos no Convento de Santo Eloy em Lisboa para melhor nutrir as suas relações com o rei do Congo* (Tubi, 1997:28).

No entanto, não foi a língua do reino do Congo que se consagrou como uma língua franca, acabando por ser o quimbundo no reino de Angola e o umbundo para o reino de Benguela. Ainda assim, o quimbundo tornou-se, de facto, na língua mais importante até ao século XVIII (Heywood, 2002). Esta escolha acabou por ser influenciada pelo processo de conquista de Angola, que teve o seu início, precisamente, a partir de Luanda, que fazia parte do reino Ndongo e tinha como língua o quimbundo (Pélissier e Wheeler, 2009; Venâncio, 1993). Como salienta Venâncio (1993:16), *Luanda, que havia sido a primeira cidade fundada por europeus no ocidente africano, torna-se a capital da colónia*. Sendo o primeiro obreiro dessa façanha o conquistador Paulo Dias de Novais, que, segundo Pélissier e Wheeler (2009:69), *foi nomeado, em 1571, proprietário sucessório de uma colónia que se estendia da foz do Cuanza para sul ao longo de cerca de 270 quilómetros*.

Contudo, a conquista de Angola só se tornou possível devido, sobretudo, ao processo de *miscigenação*, servindo, esse, para aumentar o número de portugueses a habitar em Angola (Pélissier e Wheeler, 2009). Isto porque, segundo Pélissier e Wheeler (2009:70), *[n]o primeiro século da ocupação portuguesa raramente houve mais de mil europeus a residir em Angola*. Como tal, *os poucos soldados e comerciantes portugueses aí destacados não tinham outra solução de sobrevivência, senão juntarem-se com os africanos dominados, que, aculturados, lhes*

²⁴ Este é um idioma falado maioritariamente na região sul e no planalto central de Angola, pelos ovimbundos.

serviam não só a causa da guerra (...), como também lhes serviam de intermediários comerciais (Venâncio, 1993:17).

Foi, precisamente, no decurso do processo de *miscigenação* que surgiu, segundo Pélissier e Wheeler (2009:70), *uma nova classe e um novo tipo de angolano, o mestiço afro-português*. Esta classe participou *nas guerras angolanas como soldados e comandantes portugueses* (*ibid.*:70). Contudo, esta participação só aconteceu após ter sido publicado *uma lei portuguesa de 1684 [que] decretava que não podia haver distinção entre brancos, mestiços e negros livres no exército angolano; o único critério de promoção seria o mérito* (*ibid.*:70). Portanto, estamos em condições de afirmar que o processo de extensão da soberania portuguesa no território angolano significou, também, uma projecção da língua quimbundo para lá da sua região natural. Como bem observa Heywood (2002:104), *“há um grande crescimento do uso do quimbundo entre a população do plano central sob a regência do governador de Benguela²⁵ em 1800”*.

Foram vários os factores que contribuíram para o crescimento da língua quimbundo, como, por exemplo, o facto de muitos dos chefes da designada *guerra preta* serem de origem quimbundo como Quitendele quiaacababa António João, Quilamba Cangondo Caquiluange Francisco da Costa, Quilaba Gongue a Camucala António Pedro (*ibid.*:103). Para além disso, segundo Heywood (2002:104), *“o uso da língua quimbundo em termos legais foi permitida pelas autoridades oficiais portuguesas, [podendo, nesse sentido], a população usá-la como sua língua franca”*. Foi, neste âmbito, que *“o governador Rodrigo César Menezes fez aprovar uma Directiva de 1737, criando uma posição de intérprete e judicial requerente para lidar com multas e petições de liberdade em nome de escravos, estipulados que é realizada por uma pessoa de elevado carácter moral e que é “conhecedor da língua quimbundo””* (Heywood, 2002:104).

Para além desse facto, outro aspecto foi, claramente, a fraca presença europeia no território angolano, como mostra o censo realizado na colónia (reino de Angola e reino de Benguela), em 1776. Nesse ano apenas 1.700 brancos estavam em Angola. Por sua vez, havia cerca 3.874 africanos não escravos (afro-portugueses ou aculturados) e 637 mestiços. E, a restante população era formada por 435.637 africanos não escravos e 45.510 africanos escravos (Heywood, 2002:93). Esta fraca presença europeia, principalmente a escassez de mulheres de origem europeia, acabou por ter um impacto no processo de educação das crianças de origem europeia, nomeadamente na língua materna dessas crianças. Como bem salienta Vansina, *“muitos dos filhos*

²⁵ Benguela é uma região habitada, na sua grande maioria, ainda hoje, por povos ovimbundos.

dos colonos foram educados pelas suas amas africanas e as mulheres escravas agregadas às suas famílias, então a língua materna dessas crianças passou a ser uma língua africana” (Inverno, 2009:2).

De salientar, em último lugar, o papel extremamente relevante da missionação católica no processo de difusão do quimbundo como língua fraca. Visto que foram, precisamente, os jesuítas que publicaram, pela primeira vez, um catecismo em língua quimbundo decorria o ano de 1642 (Heywood, 2002:103). Além disso, os missionários fizeram sempre questão de usar o quimbundo para comunicar com os africanos (*ibid.*:103). Foi por isso que o padre Pedro Dias, membro da Companhia de Jesus, teve a iniciativa de publicar uma obra intitulada de *Arte da língua de Angola* (Kajibanga, 1999:128). Tratando-se, na opinião do ensaísta angolano Mário Pinto de Andrade, *da primeira tentativa de gramática do Kimbundu, com iniciação às regras de sintaxe curiosa pela insistência de citações da gramática latina (ibid.:128)*²⁶. Esta decisão de evangelizar através da língua quimbundo encaixa-se, plenamente, na estratégia delineada pelos missionários da Companhia de Jesus (Thornton, 2002). Assim, para Thornton (2002:87), “*os missionários jesuítas desenvolveram uma teologia da conversão de Ndongo, parecida com a teologia do Congo, em parte porque eles começaram a trabalhar aí com a assistentes do reino do Congo. [Assim,] a evangelização foi feita com o auxílio do quimbundo*”.

Observamos, portanto, que durante a conquista e extensão da soberania portuguesa em Angola não se observa nenhuma imposição linguística, isto é, a língua portuguesa não se tornou na língua franca, mas sim, uma língua circunscrita à administração colonial. Ainda assim, inicia-se um processo de criouliização ou aculturação por parte dos africanos, nomeadamente da gente da elite, como reis e principies (Venâncio, 1993). Como frisa Heywood (2002:93-4), “*a superioridade demográfica da população africana e a tendência de mudança da cultura bantu acabou por influenciar a absorção de elementos vindo de fora da cultura bantu. [Assim] a cultura que emergiu na colónia foi a afro-lusitânia, mas com os elementos africanos mais dominantes em muitas áreas*”. Foi neste ambiente de grande abertura e de intersecção cultural que se deu início ao processo de formação do português de Angola, porque *muitas palavras quimbundo foram incorporadas no português (ibid.:104)*.

²⁶ Consultar, por exemplo, Berman (2010) sobre a problemática da falsificação da cultura africana, passando, necessariamente, pela estrutura linguística inventada pelos estudiosos, normalmente de ascendência europeia.

Moçambique

A ilha de Moçambique tem sido apontada como o “berço” do actual Estado moçambicano. Como escreve Alexandre Lobato²⁷: *foi da Ilha que o país que hoje conhecemos como Moçambique tomou o nome depois de, na década de 1530, ter sido escolhida como centro das actividades portuguesas na região* (Bastião, 2012:2). Ainda assim, a primeira capitania portuguesa foi instalada, exactamente, em Sofala, no ano de 1505 (Newitt, 1997:104). Acabando esta por ser inserida *no sistema governativo planeado de forma coerente e criado a pensar no recém-formado Estado da Índia* (ibid.:104). Portanto, seria, somente, em 1530, que a Ilha de Moçambique obteria um estatuto político superior ao de Sofala. Tal como precisa Newitt (1997:105), *o capitão de Sofala tornou-se capitão de Moçambique e Sofala, mudança de título esta [que] reconhecia a primazia do primeiro assentamento em relação ao segundo*.

Ainda assim, a Ilha de Moçambique permaneceria dependente do Estado da Índia portuguesa até a segunda metade século XVIII (Bastião, 2012:1). Esta situação só viria a alterar-se com as mudanças administrativas introduzidas em 1752, que concederam a esse território uma relativa autonomia administrativa face ao Estado da Índia, em 1761, que facultaram *a liberdade do comércio nos portos moçambicanos para todos os súbditos do império* (Bastião, 2012:1). Estavam, assim, criadas as condições políticas e administrativas para se dar início ao processo de dominação portuguesa em Moçambique.

A dominação portuguesa do território moçambicano tornou-se num processo mais complexo do que o caso angolano e, por conseguinte, a implementação administrativa e cultural portuguesa teve um impacto diminuto em Moçambique. A nosso ver, o primeiro aspecto diferenciador nos dois casos foi o modelo administrativo, se no caso angolano observamos a constituição de uma administração colonial que geria *por se* os assuntos quer do Reino de Angola quer do Reino de Benguela. Em Moçambique, por sua vez, o modelo de governação adoptado acabou por estar administrativamente dependente do Estado da Índia, acabando, assim, a administração moçambicana por receber fortes influências do modelo de gestão da Índia. Tal modelo indiano foi descrito por Newitt (1997) nos seguintes termos: *uma espécie de governo pessoal típico dos micro-estados medievais. (...). Os que, de facto, detinham o poder eram os*

²⁷ Optamos colocar os dois nomes do autor, porque há dois autores com o mesmo, neste sentido, um será designado de Alexandre Lobato e outro simplesmente de Lobato.

vice-reis, os arcebispos e os funcionários superiores do império, cujas casas eram sustentadas graças aos lucros do exercício das suas funções, aos saques e ao comércio (ibid.:105).

Embora, no caso moçambicano este poder tenha ficado circunscrito a uma só figura que foi, precisamente, o capitão. Este, por sua vez, detinha todo o monopólio comercial de Moçambique, visto que, segundo Newitt (1997:110), *a Coroa concedia-lhe os seus privilégios comerciais que transformavam o seu cargo num lugar que realmente valia a pena ocupar*. Para esta concessão o capitão teria, necessariamente, de pagar anualmente cerca de quarenta mil cruzados (*ibid.:110*). E, atendendo aos avultados valores inscritos no contrato e os benefícios económicos que este cargo trazia, então quer o rei (detentor da Coroa) quer o vice-rei (regente do Estado da Índia) disputavam pelo direito de nomeação da figura que deveria desempenhar tais funções. Com efeito, segundo Newitt (1997:109), *as confusões não demoraram muito para entrar em cena, já que um candidato nomeado em Lisboa passava imediatamente à frente de um outro nomeado em Goa*.

Esta situação política dificultou, em grande medida, a extensão da soberania portuguesa, uma vez que o capitão passou a zelar, acima de tudo, pelos seus interesses, deixando, por conseguinte, de parte os interesses da Coroa. Note-se, por exemplo, que durante o século XVII a Coroa portuguesa defendia uma política baseada na *construção de assentamentos portugueses Zona dos Rios*, actual Zambézia (*ibid.:112*). Em vez disso, os capitães optavam por estabelecer uma política de *colaboração com dois ou três potentados locais, os quais possuíam os exércitos necessários para controlar tanto Carangas como os Tongas e que, para além disso, se encontravam igualmente em condições de controlar as minas e os mercados* (Newitt, 1997:112). Os capitães visavam, portanto, rentabilizar ao máximo a sua posição política e, para tal, aplicavam altos *preços produtos importados* e, caso fosse necessário, recorriam à extorsão, *sendo as vítimas destas medidas, não apenas os camponeses africanos, mas também os chefes e os vulgares mercadores portugueses (ibid.:112)*.

Assim, para ser invertida tal situação política, o capitão deixou de deter *plenos poderes militares e políticos em relação a todas as feitorias e assentamentos*, tornando-se num *simples funcionário executivo que tratava de obedecer ao vice-rei de Goa, sendo que às vezes a sua figura é muito simplesmente referida como o “castellão de Moçambique” (ibid.:117)*. Ainda assim, e em termos legais, este detinha a chefia do governo, mas, *na prática*, segundo Newitt (1997:117), *limitava-se a controlar a Ilha de Moçambique e os assentamentos de Inhambane, Sofala e Cabo*

Delgado e tinha uma espécie de suserania nominal em relação a alguns dos xerifados islâmicos da costa. Estas alterações, contudo, não produziram os efeitos desejados, isto porque, a administração em Moçambique permaneceu como uma entidade bastante residual e sem força para agregar politicamente todos os assentamentos portugueses. Sendo o caso mais flagrante de tal estado de debilidade política, a Zambézia (Rios de Sena) que continuou a funcionar como um governo à parte da administração central estabelecida na Ilha de Moçambique (ibid.:117).

Assim, para Capela (2010:29), *a presença portuguesa em Moçambique até finais do século XIX teve a sua manifestação institucional mais relevante nos Prazos da Coroa. Os Prazos da Coroa acabaram por constituir a estrutura política, administrativa, económica e social que circunscreveu de uma forma hegemónica a actividade e a evolução espiritual e material das sociedades na área colonizada. Se não destruiu as estruturas sociais e políticas localmente pré-existentes, sobrepôs-se-lhes e condicionou-as grandemente.* Para além dos Prazos da Coroa, e tal como em Angola, os afro-Portugueses acabaram, igualmente, por desempenhar um papel fulcral na política de dominação de Moçambique. Como bem salienta Newitt (1997:123), *os afro-portugueses dominam toda a história de Moçambique. Foram eles que permitiram aos portugueses manter os territórios situados na África Oriental mesmo quando todos os outros assentamentos do Estado da Índia lhes fugiram das mãos. Foi graças a eles que Portugal manteve o estatuto de império colonial.* Tal autor acresce ainda que estes *funcionaram como um dos caminhos por meios dos quais a língua e a cultura portuguesas acabaram por ser transmitidas ao resto da população (ibid.:123).*

Ainda assim, os afro-portugueses não tiveram a força política *suficiente* para impor uma língua e a respectiva cultura veiculada por essa língua aos povos africanos, isto porque, à semelhança de Angola, este grupo não era homogéneo socialmente, sendo constituído, por exemplo, por escravos africanos *ou os que fugiam da guerra, do mesmo modo um desertor como um criminoso português no exílio (ibid.:123).* Por isso, no entender de Newitt (1997:122), estes *tinham tanto de africano quanto de português.* Contudo, os aspectos africanos tinham uma maior presença junto desse grupo social. Como sugere, por exemplo, Capela (2010:121), *os luso-africanos falavam as línguas locais e um português estropiado. Isto passava-se na Ilha de Moçambique e era o que acontecia em toda a parte de Moçambique onde se exercia o processo colonizador.* Ao ponto da língua franca da zona de maior intensificação comercial de escravos, precisamente nos Rios de Sena, ser a chisena (ibid.:96). Tal como acontecia no caso angolano,

onde o quimbundo, uma língua africana, foi bastante projectada em termos territoriais através do comércio de escravos.

Um aspecto que serve, certamente, de explicação para esta apropriação dos valores culturais locais por parte dos afro-portugueses é sem dúvida a fraca presença da população europeia. Veja-se, por exemplo, que na região dos Rios de Sena no século XVII se encontravam cerca de 20 europeus, num território com cerca de 30 moradores. *Em 1727 estavam reduzidos a uma dúzia. Em Quilimane, em 1862 havia 18 europeus e em 1863, havia 21* (Capela, 2010:118). Tal situação também foi notada no caso angolano, principalmente no que se refere à inexistência de mulheres europeias, isto acabou por fomentar, claramente, o surgimento da miscigenação. Como bem escreve Capela (2010:118), *não havendo mulheres brancas, o europeu procurou a mulher local. Mas só minoritariamente para casar.*

O segundo aspecto diferenciador, diz respeito ao simples facto de em Moçambique, contrariamente ao caso angolano, os portugueses terem que se envolver numa competição política contra os árabes. Isto porque, de acordo com Charles e Sá (2011:4), *os árabes foram os primeiros povos a chegarem à costa oriental do continente africano, movidos pelo comércio de minerais, marfim, e madeiras raras.* Portanto, quando Vasco da Gama chegou à Costa Oriental de África, deparou-se, certamente, com o domínio comercial por parte dos árabes que *limitaram-se a fazer trocas nos entrepostos*, sem nunca terem penetrando para o interior *dos reinados africanos* (ibid.:4). A presença árabe tornou-se num forte obstáculo para o estabelecimento de uma hegemonia portuguesa, quer a nível político quer a nível religioso (Lobato, 2013; Newitt, 1997).

Por exemplo, no que diz respeito à política de missionação para o território de Moçambique, observa-se que, nos primeiros séculos, os missionários confrontaram-se com a forte presença islâmica e, com efeito, *a evangelização dos gentios não foi então seriamente encarada* (Lobato, 2013:2). E, se atendermos ainda ao relato de Capela (2010), não temos margem para duvidar da fraca ou inexistente missionação. Diz-nos Capela (2010:20): *quando Frei João dos Santos e Frei João Madeira chegaram a Sena, em 22 de Agosto de 1590, só havia um clérigo em Rios que estava muito doente em Tete- Os dois dominicanos estavam a caminho de Moçambique. Não tinham como destino Rios de Sena. Se o número de agentes missionários terá sido sempre insuficiente na perspectiva da missionação, mais relevante foram o isolamento a que cada um deles ficava sujeito e a descontinuidade da acção.* Por isso, até ao século XVII, tornou-se quase impossível falar-se de um processo de missionário em território moçambicano, ainda assim, o

culto cristão conseguiu estabelecer-se junto da comunidade afro-portuguesa (Newitt, 1997:119). Para além disso, os jesuítas, por exemplo, contribuíram, claramente, para um melhor aprofundamento das línguas africanas, nomeadamente ao redigirem dois catecismos em língua chona-caranga (Lobato, 2013:6).

Contudo, segundo Capela (2010:121), *a mensagem cristã, nomeadamente pela morfologia com que se apresentou em Moçambique, com muito pouco ou quase nada pôde contribuir para a colonização cultural*. De facto, nunca em Moçambique houve uma conversão em massa dos nativos e, muito menos, dos reis, tal como ocorreu, por exemplo, no Reino do Congo (Newitt, 1997:97). Os reis converteram-se sim ao islamismo que demonstrava ser mais tolerante aos costumes africanos, contrariamente ao catolicismo. Como bem salienta Lobato (2013:10), *as relações de parentesco construídas sobre a poligamia regulam não apenas a circulação da riqueza, através do sistema de dar e tomar mulheres, mas moldam também o sistema político e as estruturas de poder que se baseiam nas alianças familiares e nos laços consanguíneos. O cristianismo, ao exigir o casamento monogâmico, acabava por implicar na destruição das estruturas de poder em que repousam tais sociedades e, em geral, tornou-se pouco atrativo, excerto (sic) para os escravos e para as franjas e grupos mais empobrecidos da sociedade que já praticavam um casamento dessa natureza*.

Guiné-Bissau

Os portugueses chegaram à costa Ocidental, precisamente à costa da Guiné no decurso do século XV (Lopes, 2003; Forrest, 2003; Couto e Embaló, 2010a, 2000b, 2000c), mais tarde, tal região seria rebaptizado por Álvares de Almeida, a partir do século XV, como “Rios de Guiné do Cabo Verde” (Lopes, 2003:1). Esta designação parece-nos ser bastante feliz, uma vez que procura demarcar, historicamente, a influência cultural quer da gente da Guiné em Cabo Verde quer dos cabo-verdianos na Guiné, isto durante a dominação portuguesa. Tal como observamos em Angola e Moçambique, também a presença portuguesa no território guineense acabou por ser bastante residual quer a nível político-militar, havendo, somente, a construção de *praças* ou *presídios* (Forrest, 2003:46), quer, ainda, no diz respeito à residência da população de origem portuguesa (Forrest, 2003). Foi por isso que o historiador americano George Brooks, defendeu a que *teriam sido os luso-africanos a criar a “Guiné Portuguesa”* (Cardoso, 2002:12).

De acordo com Newitt (1997:39), na Guiné surgiu uma classe designada na história como os *lançados*, estes preferiram, precisamente, *abandonar os limites estreitos da comunidade portuguesa, estabelecendo-se como comerciantes entre a população africana da costa, casando dentro das linhagens locais e participando nas redes de confiança e crédito que estas representavam. A emergência desta classe de afro-portugueses conduziu ao desenvolvimento de dois impérios rivais – um formal e outro informal – onde quer que a Coroa tentasse montar uma estrutura comercial monopolística exclusiva.* A primeira figura em termos históricos a adoptar uma atitude semelhante à de um *lançado* foi, exactamente, João Fernandes, que, em 1445, estabeleceu-se junto das comunidades africanas, ficando-se por lá durante sete meses (Couto e Embaló, 2010a:19-20). Assim, para Couto e Embaló (2010a:20), *esse homem [foi] o primeiro que se lançou, na costa ocidental africana, entre os nativos, e com eles conviveu. Se não pode ser considerado como o primeiro lançado, como o termo passou a ser entendido entre historiadores e crioulistas, ele é com certeza um precursor deste tipo de aventureiro que logo em seguida se tornaria a personagem principal no processo de colonização da África em geral.*

A proeminência histórica dos *lançados* no processo de dominação portuguesa nem sempre foi bem encarada pela Coroa. Por exemplo, em 1508, D. Manuel fez aprovar um documento que decretava que os soberanos africanos podiam, se assim entendessem, apropriar-se dos bens dos *lançados* (Lopes, 2003:57). Posteriormente, o rei de Portugal vai mais longe nas suas intenções de limitar ou anular o poder dos *lançados*, visto que chega mesmo a autorizar os soberanos africanos a matar os *lançados* e os afro-portugueses (*ibid.*:58). Contudo, estas determinações nunca foram realizadas pelos soberanos africanos que, pelo contrário, se aliaram aos *lançados*. Com efeito, os *lançados* colocaram-se ao serviço desses soberanos, prestando essencialmente protecção militar e obtendo, por seu lado, vantagens comerciais junto dessas entidades africanas (Lopes, 2003).

Foi nessa sequência que, segundo Lopes (2003:57), *os “lançados” e os afro-portugueses assumiram papéis de intermediários entre populações locais sob dominação Kaabunke e exploradores europeus não portugueses.* De facto, os *lançados* passaram a dominar o comércio efectuado na região, nomeadamente o comércio junto à costa, acabando mesmo por se envolverem em actividades descritas como sendo *clandestinas e ilegais*. Como sugerem Couto e Embaló (2010a:20), *os lançados eram traficantes clandestinos e ilegais.* O papel dos *lançados* no processo de dominação guineense assemelha-se, em todo sentido, ao papel dos *Prazos da Coroa* em Moçambique, ambos podem ser considerados como os verdadeiros exploradores do interior

africano. Tal como sugere Capela (2010), em relação aos *Prazos da Coroa*, sem estas figuras a presença colonial ficaria, certamente, circunscrita à costa africana quer ocidental quer oriental.

De facto, os *lançados* desempenharam um papel de extrema relevância na extensão comercial para o interior africano. No entanto, coube, por sua vez, aos afro-portugueses a tarefa de conquistar política, militar e culturalmente o território guineense, à semelhança do caso angolano (Forrest, 2003). De salientar que, tal como em Angola e Moçambique, os afro-portugueses, na Guiné-Bissau, resultam, sobretudo, de um cruzamento biológico e cultural entre africanos e europeus (Cardoso, 2002; Lopes, 2003; Mark, 1999). Como bem salienta Mark (1999:173), “*descendentes de imigrantes portugueses, dos habitantes das ilhas de Cabo Verde, e de oeste-africanos, os luso-africanos desenvolveram uma cultura que foi uma síntese de elementos africanos e europeus*”. Seria através da utilização de meio coercivos que os luso-portugueses iriam impor-se, na Guiné-Bissau, contudo, esta tarefa viria a ser, fortemente, obstaculizada pela natureza pretoriana evidenciada pelos povos do interior desse país. Como escreve Forrest (2003:45), “*quando a administração colonial iniciou as campanhas militares contra os africanos, (...), esta sofreu, tipicamente, reveses humilhantes. O meio rural manifestou repetidamente uma capacidade pretoriana que os portugueses não podiam responder*”. De facto, os portugueses só conseguiram quebrar a resistência guineense no período da ocupação efectiva e graças, sobretudo, à aliança estabelecida com Abdul Njai, em 1894, uma espécie de mercenário que se aliou aos portugueses por razões, estritamente, económicas (Bowman, 1986:466).

Foi, assim, no decurso da conquista militar empreendida pelos afro-portugueses que se observaram algumas alterações culturais na realidade guineense, algo que até então não se tinha verificado de fundo, isto porque os *lançados* nunca tiveram esta preocupação na sua agenda política. Por exemplo, segundo (Forrest, 2003:48), “*em Novembro de 1687, o rei de Bissau aceitou a presença de missionários entre o seu povo e prometeu mesmo que defendia os fortes Europeus de Bissau contra os ataques de estrangeiros*”. Além disso, segundo o mesmo autor, “*em 1694, este rei de Bissau escolhe converter-se ao cristianismo através do baptismo*” (ibid.:48). Contudo, nunca os elementos culturais afectos ao cristianismo se impuseram na Guiné-Bissau, tal como mostra o estudo de Dias (1999). Assim, para Dias (1999:309), *a expansão das confissões cristãs ficou, de uma forma geral, confinada às populações do litoral senegambiano e sofreu, ao longo dos séculos XVIII e XIX, vários acidentes de percurso no confronto com o islão e com as religiões locais, que não só os excluíram mais ou menos definitivamente de zonas onde*

anteriormente tinham tido alguma aceitação, como ainda traçaram os limites da penetração para o interior nos finais do século passado e no século XX. A expansão cristã para o interior senegambiano fez-se dificilmente e quase exclusivamente à custa de populações do litoral, resistentes ao proselitismo muçulmano, que acompanharam o movimento de ocupação territorial das potências coloniais.

Esta situação de confronto do cristianismo com o islão já se tinha colocado em Moçambique, e isto acabou por impossibilitar, claramente, a extensão do cristianismo que se mostrou pouco apto aos costumes locais. Além disso, outro factor que pode ter contribuído para a pouca *eficácia* na propagação da fé cristã resulta, em grande medida, da amálgama religiosa dos afro-portugueses, na Guiné-Bissau, visto que muitos deles eram cristãos novos, judeus e praticantes de cultos africanos (Mark, 1999:177). Ou seja, não havia uma forte coesão religiosa. E, também, o facto de muitos afro-portugueses terem sido obrigados ao isolamento fez com que, segundo Mark (1999:177), “*alguns portugueses participassem em rituais religiosos africanos*”.

À semelhança de Angola e Moçambique, também na Guiné-Bissau, os elementos africanos tiveram maior influência do que os elementos europeus, por exemplo, no que diz respeito à língua franca durante a dominação portuguesa, nota-se que surgiu o crioulo como um veículo comunicacional *por excelência*, acabando, assim, por facilitar a comunicação entre os africanos e europeus, principalmente quando estes necessitavam de fazer transações comerciais. Como escreve Mark (1999:175), “*o crioulo conjuga um vocabulário derivada do português com uma estrutura gramatical baseada das línguas do oeste do atlântico, é o resultado de um processo de assimilação cultural. A linguagem dos luso-africanos, portanto, enfatizou o aspecto híbrido da comunidade e definiu a natureza da assimilação da cultura com o qual estava associado*”. Mais uma vez observamos, portanto, que a fraca presença colonial não permitiu a imposição da língua da potência colonial, por isso, no próximo capítulo, haveremos de estudar como o sistema de ensino ajudou ou não no processo de disseminação da língua do poder colonial, sabendo, à partida, que este sistema foi gerido por duas entidades distintas.

A construção do sistema de ensino na era colonial

A presença colonial portuguesa nas suas possessões africanas acabou por ser bastante residual ou quase inexistente, mesmo depois da realização da Conferência de Berlim (1884/5) que consagrou um novo estatuto jurídico das futuras ocupações em África. Com isto, deixou de ser

possível uma ocupação colonial com base no ‘direito histórico’ que dava uma clara hegemonia política quer a Portugal quer a Espanha, passando, assim, a ser necessária uma *ocupação efectiva* (Herbst, 2000; Mamdani, 1996; Young, 1994). Por exemplo, antes desta alteração, Portugal só se mostrou interessado pelas suas possessões africanas *face à crise do império sul-atlântico, iniciada já em 1808 com a abertura dos portos brasileiros aos navios estrangeiros* (Alexandre, 1979:87). Mesmo assim, África mantinha-se como o último recurso, por isso Alexandre (1979:73) argumenta que *à data da independência do Brasil, Angola e Moçambique tinham lugar importante, mas periférico, no império português sul-atlântico, como zonas fornecedoras de mão-de-obra escrava para as plantações brasileiras*.

Contudo, para Alexandre (1979), a ideia segundo a qual a Conferência de Berlim (1884/85) instituiu, de facto, a “*ocupação efectiva*” *não tem fundamento*. Isto porque, segundo Alexandre (1979:189), *a Grã-Bretanha se recusava a reconhecer a Portugal qualquer direito baseado apenas na prioridade da descoberta, por isso se negando a aceitar a soberania portuguesa sobre o litoral do Congo e sobre a parte não ocupada da baía de Lourenço Marques*. Foi, precisamente, neste contexto político, que Portugal viu-se obrigado a negociar o Tratado de Lourenço Marques com a Grã-Bretanha, diploma que nunca viria a ser aprovado pelas Cortes portuguesas (*ibid.*:179-182).

Tal conferência não introduziu modificações de fundo ao processo de ocupação colonial, no entender de Alexandre (1979), ainda assim, no nosso entender, serviu para incentivar a implementação de uma administração colonial cujo objectivo era administrar os territórios africanos e, acima de tudo, preservar os interesses das autoridades das potências coloniais. E, neste ponto, Portugal encontrava-se em clara desvantagem face às outras potências coloniais europeias, visto não ter tido uma Revolução Industrial (*ibid.*:70). Assim sendo, o nosso enfoque será sobre a construção de um sistema de ensino e de que forma serviu para a implementação da língua da potência colonial aos *nativos*. Para tal, estudaremos a origem e a construção do sistema de ensino, e, principalmente, a língua usada para a transmissão do conhecimento.

Angola

Segundo Mário António (1968:191), *desde o século XVII que se registam referências ao ensino nos seminários* em Angola. De facto, a construção de um sistema de ensino em tal território, com vista à educação dos *nativos*, ficou sempre a cargo das missões religiosas e não das

autoridades coloniais. Somente no período pombalino é que as missões católicas não tiveram a seu cargo esta função, dado que o ministro de D. José I tomou a decisão de expulsar todas as congregações religiosas de Portugal e nas suas respectivas colónias, afectando, portanto, o ensino ministrado em tais possessões (Capela, 2010; Mário António, 1968; Venâncio, 1993).

Foi, precisamente, neste âmbito que surgiu o Seminário de Luanda, em 1856. Segundo Mário António (1968:192), *após tentativas várias, sem êxito, foi a iniciativa da Metrópole, (...), que levou à criação de um seminário em Luanda*. Ficando este com a tarefa de *suprir a falta do Liceu e mais aulas públicas na Província*. Estando, também encarregue de ministrar o *ensino secundário a quaisquer alunos externos, que queiram cursar as respectivas disciplinas* (ibid.:192), a saber: i) *a língua latina e portuguesa, uma pela outra*; ii) *a língua bunda por princípios*; iii) *a humanidade* (ibid.:192). Outra instituição de cariz semelhante à de Luanda, foi fundada na região do Lândana²⁸ (actualmente na zona de Cabinda) em 1879 (Tubi, 1997:65). Este Seminário albergou entre 1879 e 1936, cerca de oitenta aspirantes o sacerdote, possibilitando, igualmente, às crianças negras a oportunidade de aprender a ler. Conforme relata o padre Dantas, *no ensino primário, usamos o excelente método de João de Deus. Este sábio método faz com que os pretinhos aprendam a ler correctamente em seis meses. Igualmente, as paredes da nossa escola estão cheias de quadros parietais do mesmo: é nestes quadros que os nossos pretinhos aprendem a conhecer as letras, ligá-las umas às outras para formar as palavras e juntar estas para compor as frases. (...). Em seguida estudam gramática, história da Santa Sé, de Portugal* (ibid.:68-69). Tal como no Seminário em Luanda que ensinava uma língua dos *indígenas*, também no Lândana se aprendia a língua fiote, igualmente uma língua dos *indígenas*. Como escreve Tubi (1997:63), *aos domingos pregavam em francês, português e iote. (...). O padre António Carrie é o professor desta língua, que estudou em Portugal*. Consagrando-se mesmo como o *primeiro professor da língua fiote* (ibid.:63).

Contudo, o objectivo primordial dos seminários era a formação de sacerdotes africanos e não propriamente a educação dos *nativos*. Conforme atesta Tubi (1997:86), *os últimos anos de Pio IX e os primeiros de Leão XII foram de um intenso apostolado em África. (...). [Era] neste ambiente político-religioso tendo em consideração as orientações dos Pontífices, as directrizes da Propaganda Fide e o carisma, acentuadamente, missionário da congregação, que era colocada a*

²⁸ A data da fundação do Seminário não se encontra sob a soberania portuguesa, sendo a soberania portuguesa reconhecida após à Conferência de Berlim, 1884-5 (Tubi, 1997:86).

pertinente questão da formação do clero autóctone. Contudo, nem sempre esta meta acabou por ser alcançada. Visto que, por exemplo, entre 1879 e 1883, altura em que o Seminário de Luanda foi transferido para a Huíla, após uma epidemia que dizimou vários sacerdotes e bispos em Luanda, somente cinco sacerdotes foram ordenados (Mário António, 1968:193). Acabando este por servir como uma fonte valiosa para a formação de quadros para a administração colonial (*ibid.*:193).

Para além das missões católicas, também as missões protestantes tiveram um papel fulcral na constituição de um sistema de ensino que beneficiou, essencialmente, os *nativos*, sendo que a Sociedade Missionária Baptista Inglesa acabou por ser a primeira missão desse cariz a fixar-se em solo angolano, mais precisamente em São Salvador do Congo (1878). Abrindo, deste modo, o caminho para o Conselho Americano de Comissário para as Missões Estrangeiras (Congregacionista) no Bailundo (1880), a Sociedade Missionária Baptista Americana no Estrangeiro (1882) e a Igreja Episcopal Metodista em Luanda (1885) (Pélissier e Wheeler, 2009:126)²⁹. Segundo Pélissier e Wheeler (2009:129-30), *os missionários protestantes desempenhavam as funções de educadores, pastores, médicos, figuras paternais, fornecendo mesmo armazéns ou oficinas. A maior parte das missões fazia o ensino da religião e a educação em geral nas línguas vernáculas. Depois de aprenderem quimbundo ou quicongo, os missionários traduziam a bíblica para estas línguas e compilavam dicionários para uso generalizado. Os missionários protestantes eram por vezes capazes de conversar numa língua africana de um qualquer distrito remoto, ao passo que o chefe de posto português local mal sabia pronunciar uma palavra.* Esta situação de grande liberdade no uso de línguas africanas acabou por sofrer um duro golpe em 1903, isto porque, segundo Pélissier e Wheeler (2009:130), *as missões de certas regiões foram obrigadas a ensinar a língua portuguesa.*

Foi, de facto, a débil ou, de acordo com Pélissier e Wheeler (2009), *expansão estéril da soberania portuguesa* que permitiu ser possível o uso de línguas nativas no processo de ensino dos africanos em Angola. De salientar ainda que as escolas criadas, a partir de 1906, pela administração *colonial portuguesa* em Angola, incluíram *o estudo de línguas africanas* (*ibid.*:130). Seria, contudo, com a implementação primeira República Portuguesa (1910) que se observaria uma transformação no processo de ensinamento da língua portuguesa. Como salienta

²⁹ Fizemos, somente, referência às missões mais importante no que respeita ao processo de formação da elite nacionalista angolana, assim, para um conhecimento completo da lista das missões protestantes que operaram em Angola, consultar *in* Pélissier e Wheeler (2009:126).

Adão e Noré (2003:108), [n]o início da 1.^a República (1910) em toda Angola existiam 241 escolas rurais ou de mato onde 7734³⁰ alunos “indígenas” aprendiam os rudimentos da língua portuguesa. Precisamente nesta altura, o sistema colonial português começou a privilegiar à Igreja católica em detrimento das missões protestantes, ao ponto de em 1919, por exemplo, as missões católicas passarem a receber pequenas subvenções por parte do Estado (Pélissier e Wheeler, 2009:130).

Somente, no entanto, com a aprovação do Decreto de 77 por Norton de Matos em 1921, é que passou a ser proibido *o ensino de línguas estrangeiras nas missões e a impressão em línguas nativas de livros que não se destinassem a incentivar o estudo do português* (ibid.:184). Tal decisão não deixou de ser contestada, principalmente pelos protestantes, que se viram, assim, forçados a traduzir os livros para a língua portuguesa. Por sua vez, *os portugueses acreditavam, segundo Pélissier e Wheeler (2009:130), que ajudaria a controlar as actividades estrangeiras e que desempenharia um papel crucial no programa de civilização e “nacionalização” dos africanos em Angola. Era o desenvolvimento lógico da convicção de que a língua portuguesa era a expressão mais vital da soberania e da cultura portuguesas em África. De facto, o conhecimento da língua espalhou-se mais rapidamente entre o povo africano, graças, sobretudo, ao trabalho das missões religiosas que à asseguraram a maior parte das classes de língua portuguesa* (ibid.:199). Observa-se, a esse propósito, que a Igreja Metodista, *no início da década de 60, dirigia “292 missões, com 42 missionários residentes, 124 pastores africanos e 140 professores, 10 000 alunos em 125 escolas, um hospital em Késsua e uma clínica em Luanda”* (Mateus, 1999:35).

O ensino oficial ministrado pelas autoridades coloniais só começou, verdadeiramente, a ser uma preocupação de fundo já no decurso do povoamento branco de Angola e de Moçambique, respectivamente (Castelo, 2007). Isto porque, tornou-se necessário instruir-se as crianças brancas e mestiças nascidas em tais territórios. Foi por isso que, segundo Ferreira (1997:241), *os estabelecimentos de ensino encontram-se preferencialmente nas cidades ou nas zonas habitadas pelos brancos. Para os africanos que vivem em outros lugares o acesso à educação torna-se difícil*. De facto, o levantamento estatístico efectuado 1969-70 em Angola, chegou à conclusão que 48,5% dos filhos de pastores e 20% dos filhos de agricultores não tinham de frequentar a escola (ibid.:242). Para além da localização das escolas que favorecia, claramente, a população branca e

³⁰ O número apresentado pode conter um certo exagero, uma vez que, segundo Adão e Noré (2003:123), *era prática abrir cursos anexos nestas escolas para crianças e assimilados*.

mestiça, dificultando, por sua vez, o acesso à educação dos africanos localizados nas zonas rurais, havia ainda o condicionamento económico, isto é, de acordo com Samora Machel, *os “indígenas” não podiam praticar nenhuma forma de comércio. Apenas podiam produzir para os comerciantes europeus* (Mateus, 1999:24). Como tal, os africanos ficavam limitados *a manter a agricultura tradicional (...), fundamentalmente, forneciam mão-de-obra barata* (ibid.:24). Considerando estes dois aspectos, precisamente, facilmente chegamos à conclusão que poucos africanos/negros tinham possibilidade estudar.

Ainda assim, os dados fornecidos pelas autoridades coloniais objectivavam, claramente, demonstrar uma evolução bastante positiva nos vários níveis de ensino em Angola. Veja-se, por exemplo, que o ensino primário (1955-56) era frequentado por acerca de 68.759 estudantes, subindo para 105.781 (1960-61); já na secundária académica havia, aproximadamente, 3.729 (1955-56), passando para 7.486 (1960-61); e, por sua vez, na secundária técnica estava cerca de 2.1614 (1955-56), crescendo para 4.501 (1960-61) (Pélissier e Wheeler, 2009:199). No entanto, estes dados escondem, objectivamente, a situação real da educação em Angola, isto porque, segundo a UNESCO em 1958, *a taxa de analfabetismo entre os negros africanos* era de 97%. Assim, somente cerca de 2% da população negra frequentava a escola (ibid.:199).

Já numa análise sobre a qualidade de ensino fornecido aos alunos africanos em Angola elaborada por Ferreira (1977). Ficamos a saber, segundo Ferreira (1977:243), *de todos os alunos matriculados em Angola entre 1967 e 1970, apenas 4,4% terminaram o curso primário, isto é, passaram no exame final da quarta série. A percentagem mais alta (9, 58%) correspondeu a Luanda, a mais baixa (1, 96%) ao Cuando-Cubango. Este facto motivou os responsáveis pela educação a declararem, o seguinte: os resultados não falam em favor do sistema. A maior parte da população escolar (e a quase totalidade da população rural) não ia além das duas ou três primeiras classes de instrução primária, abandonando a escola com conhecimentos tão rudimentares e superficiais que, ao fim de algum tempo, recaíam no analfabetismo* (ibid.:244).

Um factor que, certamente, contribuiu para o insucesso escolar dos alunos africanos foi o facto *de a partir do curso pré-primário as crianças africanas* verem-se obrigadas a *aprender*, exclusivamente, em português na escola oficial (ibid.:243). Situação essa que não se observava, por exemplo, nas escolas protestantes, por isso mesmo o nacionalista angolano António Tomás Medeiros considera que *“uma das vantagens das escolas protestantes relativamente às portuguesas”* seria *“o facto de não existir a preocupação de “aportuguesar”* ou de

“americanizar”, de se preservarem “os hábitos e costumes nacionais” (Mateus, 1999:36). No mesmo sentido de análise sobre o sucesso da *Igreja Metodista em Luanda* (*ibid.*:36), Mário António (1968:296) adianta que *um dos aspectos determinantes foi a nova pedagogia utilizada – na senda dos “common schols” americanas – e, sem dúvida, o uso da língua materna no ensino e na formação dos catequistas negros.*

Convém, no entanto, que fique claro que o sistema colonial português, nomeadamente no período do Estado Novo, que estabeleceu a categoria de *assimilado*³¹ através da aprovação do *Estatuto do Indigenato* de 1929 (Meneses, 2010:85), a quem cumprisse os seguintes requisitos, de acordo com o art.º 56.º: a) ter mais de 18 anos; b) falar correctamente a língua portuguesa; c) exercer profissão, arte ou ofício em que aufera rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim; d) ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses; e) não ter sido notado como refractário ao serviço militar nem dado como desertor (*ibid.*:85; Mateus, 1999:22). Também, abriu à porta ao ensino bilingue dos *indígenas*, conforme consta, por exemplo, no *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique* aprovado por Decreto-lei de 20 de Maio de 1954: i) o ensino a que este artigo se refere procurará sempre difundir a língua portuguesa, mas, como instrumento dele, poderá ser autorizado o emprego de idiomas nativos (art.º6º, n.1º). Mas, como bem comenta Mateus (1999:29), tal *indicação* [foi] *difícil de cumprir* [porque] *professores não conhecessem tais idiomas.*

De salientar, e em último lugar, que o factor que mais contribuiu para a expansão da escola governada pelas autoridades portuguesas em território angolano foi, de facto, a guerra, como se pode comprovar nos dados contidos na obra de Cann (1998): Em 1961/62 estavam cerca de 103.781 alunos no ensino básico, este número passou para os 420.410 entre 1969 e 1970, e o número de professores de 2.890 passou para os 10.117 em igual período (*ibid.*:197). No caso da educação das crianças acabou sempre por ser ministrada, exclusivamente, português no período da guerra, contrariamente em Moçambique e na Guiné-Bissau, onde numa jogada estratégica em termos militares foi concedida maior liberdade aos grupos étnicos que se colocaram à margem dos

³¹ Consultar, precisamente, a Tabela 5 sobre a destruição estratificada social da população em consonância com o *Estatuto de Indigenato* em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau na década de 50.

movimentos de libertação nacional, procurando, claramente, aumentar a fragmentação política em tais territórios (Cann, 1998).

Moçambique³²

O sistema de educação colonial moçambicano esteve quase sempre a cargo das missões religiosas cristãs quer pelos dominicanos quer ainda pelos jesuítas, tal como sucedeu precisamente com o caso angolano. Este facto é, muito bem, observado por Capela (2010:142): *a escola chegou a Moçambique pelas mãos da Missão. Logo no século XVI, os jesuítas criaram escolas nas sedes das suas missões onde, além da catequese, administravam artes e as primeiras letras.* A esse prepósito, Lobato (2013:6) informa-nos que *o jesuíta Manuel Mendonça teria percorrido por volta de 1624 mais de cem aldeias indígenas e instruído diariamente cerca de 40 crianças, que cantavam a doutrina em língua chona-caranga.* Notamos, tal como no caso angolano, que o ensino ministrado pelas missões religiosas, particularmente os jesuítas, privilegiava as línguas nativas, neste caso as línguas bantas. Conforme sustenta Capela (2010:142), *é de realçar o facto de os jesuítas se terem socorrido das línguas bantas para o ensino.* De facto, as missões religiosas não tinham como objectivo principal a difusão da língua portuguesa, mas sim, o ensino das crianças tendo em vista uma possível doutrinação religiosa das mesmas e para a realização dessa meta política tornava-se necessário deterem o controlo do sistema de ensino. Como bem escreve Capela (2010:142), *quando [os jesuítas] regressaram para a Missão da Zambézia, em 1881, um dos objectivos a que se dedicaram com êxito foi o da escolarização. Seria no colégio do Bom Jesus que criaram em 1882, em Quelimane, que se formou literalmente o “cronista” José Fernandes Junior. Este remete-nos de novo para a escola missionária que foi, até muito tarde, em Moçambique, a escola pública.*

Em Moçambique, a primeira escola pública surgiu, precisamente, em 1799, na capital (Ilha de Moçambique). Mais tarde, foram criadas as escolas de Quelimane e do Ibo, em 1818. Sendo que todo o ensino acabou por ser *confiado às missões católicas pois o Estado não dispunha de agentes para isso (ibid.:142-143).* Por isso, a legislação que previu a fundação da escola pública tardou em aparecer, surgindo, somente, a 14 de Agosto de 1845. E esta destinava-se a

³² O sistema de ensino moçambicano que aqui será alvo de uma observação, somente, diz respeito ao sistema implementado pelo regime colonial português. Excluindo, portanto, o ensino ministrado pelos árabes. Salientamos, ainda assim, que as escolas corânicas foram implementadas antes das escolas das missões católicas. Como escreve Lobato (2013:7-8) que *uma escola corânica gerida por cinco banianes e ministrando ensino em árabe fora já encerrada em Inhambane, em 1758, por ordem do capitão-mor desse porto.*

regulamentar o modo como os *assimilados e os indígenas eram instruídos* (ibid.:143). O que, segundo Capela (2010:143), *implicava um ensino apropriado à “elevação” do indígena a assimilado*. Da análise de Capela (2010), ficamos a saber ainda que *o ensino ministrado nas escolas moçambicanas* era, extramente, débil, talvez por isso, muita da elite moçambicana e mesmo *indígenas* viram-se obrigados a estudar fora do país, normalmente em Goa (ibid.:142; Newitt, 1997:32). Deste modo, segundo Newitt (1997:382), *Moçambique nunca desenvolveu grandes instituições de ensino. Não existia um seminário para a formação de padres, sendo todos eles recrutados do estrangeiro, e nem mesmo depois da expulsão dos jesuítas, em 1759, se vislumbrou a criação de um colégio*. Esta situação diverge, objectivamente, com o caso angolano, onde a criação de seminários foi um dos aspectos mais importantes para a formação de um clero nacional, ainda que tal meta não tivesse sido atingida, como salientou anteriormente Mário António (1968).

Tal como a história da formação da elite nacionalista angolana, também muitos dos elementos que viriam a fazer parte da futura elite moçambicana acabaram por estudar nas escolas das missões protestantes (Capela, 2010; Harries, 1998; Ngoenha, 1999; Cruz e Silva, 1998, 2012). Estas missões começaram a *instalar-se em áreas do sudeste africano cuja soberania era reivindicada por Portugal, isto na sequência da Conferência de Berlim (1885)* (Capela, 2010:143). De facto, as missões protestantes tiveram um papel de extrema importância no processo de formação dos quadros moçambicanos e acabaram, também, por contribuir para a *escolarização ao atingir áreas remotas aonde as missões católicas jamais haviam chegado, como foi o caso das missões escocesas a oeste do Lago Niassa* (ibid.:143). Segundo Harries (1998:324), por exemplo, *“Robert Ndevu Mashaba, [ministro da igreja metodista], estabeleceu uma escola em Maio de 1888 e, rapidamente, atraiu sessenta e seis crianças”*.

Neste âmbito não se pode estranhar que, por exemplo, Eduardo Mondlane tenha recebido a sua educação no seio da Missão Suíça (Cruz e Silva, 2012:115), que começou a sua missão *no Sul de Moçambique no limiar do século XIX* (ibid.:104; Cruz e Silva, 1998:397). Ainda assim, segundo Harries (1998:318), *os missionários suíços não foram os primeiros cristãos protestantes a evangelizar a região [Moçambique]. Os luteranos e os calvinistas reformistas holandeses trabalharam isolados nos postos avançados para o norte, oeste e sul*. Voltando ao caso de Eduardo Mondlane, este acaba por ser em tudo semelhante ao dos líderes dos movimentos nacionalistas angolanos. Veja-se, a título ilustrativo, que Agostinho Neto (MPLA) foi educado

pelos metodistas (Paredes, 2011), Jonas Savimbi instruído pelos missionários americanos da Igreja Evangélica (Heywood, 1989) e Holden Roberto formado no seio da Igreja baptista (Pélissier e Wheeler, 2009).

Notamos, igualmente como no caso angolano, que os protestantes privilegiaram sempre o uso das línguas nativas no processo de educação. Segundo Harries (1998:324), por exemplo, Mashaba “*produziu duas cartilhas de leitura e uma colecção de hinos sob a forma da língua local, que fixou o rótulo de “Ronga”*”³³. Foram, igualmente, os membros da Igreja anglicana que ajudaram no processo da língua shona (*ibid.*:326). No mesmo sentido, os missionários suíços foram bastante importantes no *processo de estudo e disseminação da escrita da língua* (Cruz e Silva, 2012:106). Este facto motivou mesmo alguns autores a avançarem com a tese segundo a qual a “*nação tsonga*” foi uma invenção dos missionários suíços (*ibid.*:107). Pese embora esta polémica analítica, é reconhecido pelos autores mais dotados nesta matéria, como é o caso de Cruz e Silva, que os missionários suíços tiveram um papel fulcral de emergência do sentimento nacionalista do povo tsonga, porque, segundo Cruz e Silva (2012:106), *o desenvolvimento da escrita levou à definição de limites entre o Eu e o Outro, estimulando a demarcação de fronteiras espaciais e temporais que ajudaram a diferenciar a sua comunidade (tsonga), das outras comunidades*.

Excluindo esta polémica, devemos reconhecer que de facto o sistema de ensino bilingue instituído nas missões protestantes revelou-se ser mais “feliz” e eficaz face aos das missões católicas e do Estado colonial. Conforme sustenta o missionário anglicano John Paul que trabalhou em Moçambique, *noventa por cento dos seus alunos passavam nos exames todos os anos e que tinha conseguido enviar alguns alunos para a Escola Técnica* (Mateus, 1999:36). No entanto, este sistema de ensino começou a ser posto em causa a partir de 1907, à semelhança da situação angolana. Como escreve Harries (1998:331), “*os portugueses restringiram a instrução por recurso às línguas indígenas nos primeiros três anos de escola. Os professores foram obrigados por lei a ser proficientes em português e obrigados a usar apenas livros aprovados oficialmente*”. Por conseguinte, passou a ser proibido o uso da língua Zulu e o inglês nas escolas moçambicanas, com isto, os portugueses pretendiam travar um processo de “*desnacionalização*” do país. Contudo, como já tinha ocorrido em Angola com os protestantes, em Moçambique, esta

³³ Ronga é uma língua fala, essencialmente, pelos povos do sul de Moçambique, nomeadamente na capital Maputo.

medida acabou por ser analisada como um processo de “*desnacionalização*”, visto que os povos estavam proibidos de usar as suas próprias línguas (*ibid.*:331).

Seria, contudo, o Estado Novo que daria um novo rumo ao sistema de ensino e da língua em Moçambique, nomeadamente com a assinatura da Concordata, a 7 de Maio de 1940, entre o Estado português e a Santa Sé. Ficou determinada na Concordata, segundo Brandão (2004:59), *que, apesar de ser obrigatório o ensino da língua portuguesa nas escolas indígenas, a Igreja Católica tinha liberdade de utilizar as línguas autóctones no ensino da religião católica. Era estabelecida, ainda, a obrigatoriedade de anualmente o Governo ser informado da actividade missionária.* Foi precisamente nesta fase que se observaram vários problemas nas escolas oficiais, em primeiro lugar, o facto de *nas escolas “básicas”* ser expressamente proibido falar as línguas nativas, este aspecto foi salientado como uma das razões do insucesso escolar das crianças moçambicanas (Ferreira, 1997). Por isso, segundo Ferreira (1977:243), *os índices mais altos de fracasso escolar correspondem às primeiras séries, (...), as que se referem a Moçambique demonstram um índice de fracasso de 67, 1% no ensino preparatório, sendo o índice geral médio de fracassos de 57, 8%.* Por exemplo, também, dos 212428 alunos matriculados nas “escolas” católicas, apenas 2761 alunos passaram o exame dos terceiros (Brandão, 2004:76). Assim, *de acordo com os Censos de 1950, cerca de 99 por cento da população de Moçambique era analfabeta (ibid.:76).*

O segundo aspecto crítico do estado da educação básica moçambicana diz respeito, precisamente, ao facto das crianças inseridas escolas básicas rurais passarem *a maior parte tempo a trabalhar nos campos*, ao invés de se dedicarem, exclusivamente, aos estudos (*ibid.*:75). Isto acontecia precisamente, porque, segundo Brandão (2004:75), *muitas destas quintas eram uma das principais fontes de rendimentos dos clérigos e missionários.* De facto, os missionários católicos, à luz da Concordata e do Acordo Missionários, passaram a ser uma espécie de funcionários do Estado, com efeito, tornaram-se dependente dos subsídios fornecidos pelo Estado (Brandão, 2004). Facto este que é bem documentado por Brandão (2004:77): *o sistema de subsídios que o Estado concedia ao clero em Moçambique e às missões, ao abrigo da Concordata e do Acordo Missionários, criou um espírito contrário à auto-suficiência do clero em Moçambique. Facto que provocou, com o passar dos anos, uma dependência estrutural do dinheiro do Estado, ou seja, os subsídios à Igreja em Moçambique criaram uma Igreja subsidiada e assim devedora de favores e por obrigação totalmente subserviente.*

Ainda assim, convém que sejam salientados, e em forma de justiça e rigor na análise, os nomes de algumas figuras afectas à Igreja que se opuseram política e publicamente aos intentos da política preconizada por Salazar, que era, segundo Brandão (2004:124), *levar os indígenas [das colónias portuguesas] a falar português em detrimento das suas línguas nativas. Mas o Estado não estava interessado em proporcionar grandes estudos à população indígena*. Um desses nomes foi o do bispo da Beira, D. Sebastião Soares de Resende que considerou que *o conhecimento da língua indígena é um meio poderoso para a acção missionária* (ibid.:127). Por isso, incentivou *os novos missionários que [chegaram] à Diocese [a tomarem] como preceito o estudo da língua portuguesa* (ibid.:127). Por iniciativa de D. Sebastião Soares de Resende foi instituído *o ensino secundário na Beira, começando pela fundação do Instituto Liceal D. Gonçalo da Silveira e posteriormente os Colégios Vila Pery e Tete, e fundou ainda a escola para formação de professores vocacionadas e dirigidas especialmente aos nativos de Moçambique* (ibid.:124).

O terceiro aspecto e último, foi o condicionamento geográfico e económico, ambos os aspectos também presentes na realidade angolana, que podem servir, em grande medida, para explicar a distribuição étnica e racial dos alunos no sistema de ensino moçambicano, com clara vantagem para os alunos brancos e os mestiços em detrimento, portanto, dos negros, como se pode constatar com os seguintes dados: em 1954, havia *5177 crianças negras registadas nas escolas primárias, comparadas com as 4412 crianças brancas. No ensino secundário, estavam 808 alunos brancos inscritos nos liceus e escolas comerciais, e cerca de 73 alunos africanos, 305 alunos brancos tinham cursos industriais e só 42 africanos tinham a mesma habilitação* (ibid.:76). Por isso, não se estranha que até ao ano de 1955 *nenhum aluno africano havia completado os setes anos do programa do Liceu* (Capela, 2010:168). Por último, no que diz respeito ao ensino superior, ficamos a saber através do estudo de Mateus (1999:40) que *no ano lectivo de 1967/68, em Moçambique, entre 748 estudantes só havia oito negros na Universidade, 1,1% do total (dos quais cinco estudavam Medicina e três economia)*. Para termos uma noção objectiva do nível de desproporcionalidade escolar em termos raciais, afigura-se necessário ser referido o facto da população africana moçambicana em 1954, por exemplo, *ser cem vezes mais numerosa do que a população branca* (Brandão, 2004:76).

Por fim, realçamos o facto da guerra, tal como em Angola, ter sido um catalisador da propagação da escolaridade em todo o território moçambicano. De acordo com Cann (1998:198), *a guarnição de Nangade, na fronteira de Moçambique com a Tanzânia, um batalhão utilizava as*

capacidades dos seus soldados para dirigir a escola. Aqui, em Novembro de 1972, o pessoal do Exército ensina 312 crianças durante o dia e 130 adultos à noite. Com isto, o autor conclui, portanto, que o ensino de tipo europeu tornou-se cada vez mais acessível a quase toda a população (Cann, 1998:198). Pois, se de facto este ensino se tornou mais acessível, como mostram os dados fornecidos por Cann (1998:197) sobre Moçambique: 388.328 crianças estavam inscritas em 1961/62, e passado sensivelmente sete ou oito anos encontravam-se já 578.410. Igualmente, o número de professores registou um forte crescimento de 4.361 em 1961/62, subiu para os 8.549 em 1969/70 (ibid.:197). Isto não significou uma melhoria da qualidade de ensino nem da qualidade de vida dos africanos, visto que a grande maioria dos africanos só frequentava o ensino primário. Conforme ilustra o estudo de Mateus (1999:29), em 1972-73, em Angola, dos 600 000 alunos existentes 87,5% frequentavam o ensino primário, em Moçambique, 93% dos 560 000 alunos estavam no ensino primário, (...), e finalmente na Guiné-Bissau, em 1971-72, 91% dos 36257 alunos estavam no ensino primário. Por isso mesmo, Ferreira (1977:244) chega a considerar que há um tal processo de selecção [que] impede à maior parte dos africanos o acesso a um nível de educação superior ao da escola primária.

No caso moçambicano, observamos ainda o facto da política de alianças levada a cabo pelas autoridades portuguesas permitiu que os macondes, principalmente de Cabo Delgado, fortalecessem as suas identidades regionais (Cahen, 2005), com isto, passou a existir uma maior liberdade de ensino nas escolas islâmicas, ou seja, maior pluralidade de línguas no território moçambicano. Esta estratégia visava a já clássica fórmula “*dividir para reinar*”.

Guiné-Bissau

O sistema colonial escolar guineense acabou por ser influenciado, sobretudo, pela realidade socioeconómica do país e pela ausência de um sistema de povoamento branco (Ferreira, 1977; Forrest, 2003). A esse propósito escreve Ferreira (1977:299): *a Guiné-Bissau (ao contrário de Angola e Moçambique, colónias de povoamento) é uma colónia de intercâmbio comercial³⁴ e por isso os camponeses não foram expoliados das suas terras. Com isto, a Guiné-Bissau preservou uma sólida estrutura social rural. Como bem explicita Cabral, a classe camponesa é, na Guiné, uma força poderosa. Representa a quase totalidade da população; controla a riqueza da*

³⁴ Consultar acerca do intercâmbio comercial entre a Guiné-Bissau e Portugal, mais precisamente a Tabela 1 (“*destino das exportações da Guiné-Bissau, os valores em percentagem*”) in Rudebeck (1974:15).

nação, onde os camponeses são produtores (ibid.:300). Seria, contudo, o próprio Cabral a reconhecer que o campesinato da Guiné-Bissau também não era espontaneamente revolucionário foi necessário conquistá-lo ferozmente antes de se tornar a principal força da luta armada (Benot, 1969:427). Para além dos dois aspectos salientados acima, há ainda a referir que a excelente relação entre as autoridades portuguesas e as comunidades islâmicas, nomeadamente com os fulas e os mandingas (Cardoso, 2003; Ferreira, 1997; Forrest, 2003), ajudou no processo de dominação portuguesa e, acabou, igualmente, por preservar, de certa forma, a educação tradicional dos povos, educação essa descrita por Cá (2000:5): antes da dominação colonial, na sociedade africana tradicional, não havia instituição escolar tal como existe hoje. Porém, a educação consistia na aquisição de certos conhecimentos e normas de comportamento como em qualquer sociedade.

Ainda assim, segundo Baldé (2010:1), *durante muito tempo, a educação “formal” da população africana esteve entregue às Missões Católicas que, como se sabe, tinham como principal objectivo Evangelizar, “civilizar” e “portugalizar”.* Foi, de facto, o ensino missionário que formou os primeiros quadros *assimilados* guineenses, *transmitindo-lhes*, segundo Cardoso (2002:16), *não só os conhecimentos científicos básicos, mas igualmente uma moral e normas de conduta compatíveis com as do colonizador.* Porém, nunca a Guiné-Bissau conseguiu apresentar o mesmo nível de desenvolvimento escolar que Angola e Moçambique, ainda que os valores apresentados quer no caso angolano, quer no caso moçambicano, fossem relativamente baixos face às outras colónias, nomeadamente as colónias inglesas (Cann, 1998; Ferreira, 1977). De acordo com Có (2010:11-12), *na Guiné-Bissau não existia nenhuma escola secundária das missões católicas/franciscanas, à semelhança do que existia em Cabo Verde.* E, apenas no ano de 1958 surgiu na Guiné (Mateus, 1999:22; Rudebeck, 1974:29), afigurando-se como a única escola secundária oficial ou pública, passando a ser frequentada por cerca de 60% de alunos de origem europeia (Có, 2010:12).

Com efeito, não se pode estranhar que até ao ano de 1960, apenas 11 alunos africanos guineenses tivessem concluído o ensino superior (*ibid.*:12). E, ainda, como nos dá conta Cabral (1976:33), *na Guiné, 99% da população não podia ir à escola. A escola era só para os assimilados, ou filhos dos assimilados.* Mesmo no que diz respeito ao número de *assimilados*

guineenses, este não deixou de ser, extremamente, insignificante³⁵, isto é, existiam cerca de 0.3% de guineenses com o estatuto de *assimilado* (Cabral, 1973:60). Por isto tudo, a Guiné-Bissau apresentou um baixo nível educacional guineense em relação a Angola e Moçambique, isto deveu-se, sobretudo, segundo a interpretação de Baldé (2010:14), *a tardia ocupação e consolidação efectiva da paz em toda a extensão do território que, para uns, só foi conseguido em 1915 e, para os mais pessimistas, em 1936. [E], a fraca capacidade e pouca vontade do colonizador em implementar um sistema educativo que correspondesse ao atraso e às necessidades que a província exigia.*

Este facto acabou mesmo por motivar a estudiosa portuguesa, Dalila Mateus (1999), a estudar a política de educação em Cabo Verde no processo de formação da elite nacionalista guineense, isto porque muita da elite guineense recebeu a sua instrução escolar nas ilhas de Cabo Verde, como aconteceu, exactamente, com Amílcar Cabral. Realmente, os cabo-verdianos sempre tiveram uma forte proeminência política no seio da administração colonial, por exemplo, *entre 1920 e 1940, mais de 70% dos funcionários públicos eram cabo-verdianos ou seus descendentes, nascidos na Guiné* (Couto e Embaló, 2010a:22). Posto isto, e antes de apresentamos alguns dados relativos ao estado da educação na Guiné na era do Estado Novo, afirmamos, categoricamente, que foi este atraso na instrução dos *indígenas* que possibilitou a expansão do crioulo, isto porque, segundo Baldé (2010:14), *os missionários estavam mais preocupados em evangelizar do que em educar.* E, como bem sabemos para evangelizar torna-se muito mais fácil e prático recorrer-se à língua franca, por isso, segundo Embaló e Couto (2010:56), *os padres optaram por traduzir a bíblia para o crioulo e apresentam parte dos cultos nessa língua. As missas, por exemplo, dão-se quase inteiramente em crioulo. Na hora do sermão, o padre pode virar-se para os fiéis e falar num escoreito português, mesmo quando estrangeiro.* É, precisamente neste sentido, que Laitin (1992:89) afirma que *“muitas das escolas das missões reflectem um forte compromisso para ensinar e pregar nas línguas dos indígenas, independentemente da preferência do governo colonial”*.

O aumento do nível de escolaridade primária na Guiné-Bissau³⁶ começou, precisamente, após a celebração da Concordata e o Acordo Missionário (Cardoso, 2002). Assim, de acordo com

³⁵ Consultar a Tabela 5 para se ter uma noção mais aclarada da desproporcionalidade no estatuto de *assimilados* existente entre as três realidades angolana, moçambicana e guineense.

³⁶ Consultar, exactamente, a tabela 6 que se encontra em anexo, que contém, precisamente, o número de alunos e instituições existentes, em 1950.

as entidades oficiais portuguesas, antes do deflagrar do conflito, mais exactamente no ano lectivo de 1961-62, estavam inscritos cerca de 71.451 alunos, e no ano de 1962 a 1963, aproximadamente, 72.166 alunos ensino primário³⁷ (Rudebeck, 1974:27). Mas, segundo Rudebeck (1974:28), com base no relatório da ONU, estes dados continham um certo exagero, por isso, no entender do autor, estima-se que só se encontravam inscritos cerca de 20.579 alunos (*ibid.*:28). O PAIGC, por sua vez, chegou mesmo a contestar os números avançados pelas entidades oficiais, assim sendo, considera que, em 1962, só havia 800 alunos a frequentar o ensino primário (*ibid.*:28).

Já no que diz respeito ao ensino secundário, este só foi introduzido na Guiné-Bissau, precisamente com a criação do Liceu Honório Barreto em 1958 (*ibid.*:29). Com isto, cerca de 200 alunos guineense tiveram a oportunidade de frequentar este nível de ensino (*ibid.*:29), ainda assim, não podemos deixar de realçar que se inscreveram 283. De facto, o número de inscrições acabou sempre, no período de 1959 a 1966, por ser superior ao número de alunos que frequentavam o ensino³⁸. Estes números não deixaram de ser questionados pelo PAIGC, visto que, somente, os *assimilados* podiam frequentar o sistema de ensino oficial. E, como 99% população guineense não detinha este estatuto, acabava, por conseguinte, por ser excluída da escola oficial (*ibid.*:29). Notamos, ainda, que o facto de não ter existido nenhum sistema escolar patrocinado pelos protestantes na Guiné-Bissau, tal como aconteceu em Angola e em Moçambique, acabou por ter contribuído para a diminuição de oportunidades escolares para os africanos, assim muitos guineenses não conseguiram ascender ao estatuto de *assimilados* e, com isto, não puderam frequentar quer a escola básica e secundária quer, sobretudo, a superior. Por isso, não estranhamos a chamada de atenção de Amílcar Cabral para o [seguinte] facto: *só existirem dez guineenses a frequentar as universidades e, durante toda a dominação portuguesa, só 14 guineenses terem concluído o ensino superior* (Mateus, 1999:40).

À semelhança de Angola e Moçambique, também foi na fase do conflito que houve um investimento mais significativo no sector da educação na Guiné-Bissau, como se pode observar com dados difundidos pelas entidades oficiais e reproduzidos na obra de Cann (1998). Ficamos, assim, a saber que o número de alunos no ensino primário quase que duplicou, passando de 13.534 (1961-62) para 26.401 (1969-70) (*ibid.*:197). Foi, precisamente, no período entre 1969 e 1970 que

³⁷ Consultar, precisamente, a tabela 7 que está em anexo, que mostra o processo evolutivo do sistema primário na década de setenta no século transacto, segundo as entidades oficiais portuguesas.

³⁸ Consultar, precisamente, a tabela 8 que se encontra em anexo, que contém o número de inscrições e alunos no secundário.

passou a estar em funcionamento cerca de 298 escolas primárias (*ibid.*:197). Escolas essas, nomeadamente 127, eram administradas pelo exército nas zonas rurais, procurando, dessa forma, diminuir a influência política do PAIGC (*ibid.*:197). Devemos salientar, contudo, que na Guiné-Bissau, segundo Cann (1998:198), *para além da língua portuguesa, os alunos de áreas islâmicas eram ensinados a ler e a escrever árabe, ou, mais exactamente, uma corruptela do árabe, chamada marabout*. Esta opção política portuguesa visou fomentar, ainda mais, a divisão étnica existente na realidade guineense, por isso, o General Spínola reforçou a já velha aliança com os líderes fulas e mandigas, deixando, assim, estas etnias tratarem *per se* da educação das suas crianças. Portanto, o ensino do guineense implementado pelas entidades portuguesas, quer antes da guerra, quer durante a guerra, nunca se mostrou capaz de impor uma língua hegemónica ou colonial que pudesse reforçar o número de falantes do português em tal território, assim sendo, veremos de seguida como os movimentos nacionalistas construíram os seus sistemas de ensino com base na língua portuguesa.

As Guerras e a Difusão da Língua

Angola

O sistema escolar angolano nasceu no decurso da revolução angolana, ou, melhor precisando, o sistema escolar angolano acabou ser por uma obra do MPLA, começando a ser institucionalizado durante a revolução. Isto porque, como sabemos, alongo de tal evento, surgiram três forças nacionalistas que disputaram poder numa luta que se estendeu de 1975 a 2002. Contudo, das três forças nacionalistas, somente o MPLA ousou construir um sistema escolar nas zonas libertadas, cuja principal prioridade foi, precisamente, a alfabetização dos seus membros. Assim, o primeiro acto do MPLA, no intuito de edificar um sistema escolar, passou, objectivamente, pela elaboração de um *manual de alfabetização* em português da autoria do guerrilheiro Carlos Rocha Dilolwa, usado tanto *durante o período da primeira guerra de libertação nacional*, como *durante a segunda guerra* (Neto, 2005:79). Para além disso, o MPLA produziu *manuals e cartilhas de alfabetização em línguas nacionais*, pretendendo, com isto, chamar a atenção para *a luta de libertação nacional, unidade do território e combate ao tribalismo* (Neto, 2005:79). De salientar que, ainda assim, que a língua veicular durante todo o processo de alfabetização nas matas acabou por ser o português. Facto que acaba por não ser estranho, considerando que a grande maioria dos elementos do MPLA tinha como língua materna

o português. E, foram estes que desempenharam a função de professores nas zonas libertadas, destacamos, por exemplo, os casos de Lúcio Lara e Pepetela (*ibid.*:86).

Para ser prosseguida uma melhor política em termos educativos, com vista à alfabetização dos seus membros, o MPLA criou o Centro de Instrução Revolucionário (CIRs), tendo este duas funções essenciais: *tirar os nacionalistas do MPLA da situação de baixa instrução e escolaridade* [e, simultaneamente,] *construir militantes revolucionários conscientes* (*ibid.*:80). O primeiro CIR acabou por ser instituído, precisamente em Cabinda, no ano de 1965, tendo como director Fernando Brica e, posteriormente, o segundo CIR surgiu na Segunda Região político-militar (Bengo), sob comando e direcção do Monstro Imortal (*ibid.*:86).

O MPLA foi, também, capaz de implementar escolas nas zonas libertadas, ambicionando, com isto, a instrução académica e ideológica das crianças. Sem nunca se descuidar dos aspectos militares. Por exemplo, os professores e os alunos mais crescidos eram obrigados a obter um treino militar, ficando, assim, preparado para uma eventual batalha (Neto, 2005). Desta forma, segundo Neto (2005:88), *o aluno devia desenvolver um espírito guerrilheiro, participando em várias tarefas ao lado dos guerrilheiros*.

Houve, ainda assim, por parte do MPLA uma manifesta preocupação com os estudos, por isso, segundo Neto (2005:88/89), *o tempo do aluno estava distribuído em 6 aulas diárias de 45 minutos cada uma e na produção agrícola e artesanal (2 horas), actividades desportivas (1 hora)*. E, os alunos mais velhos estavam, ainda, obrigados a participarem no processo de *construção de abrigos e da alfabetização de adultos, praticando-se, assim, a ligação escola/comunidade, escola/produção* (*ibid.*:89). Este aspecto último acabou por estar, igualmente, presente no sistema escolar moçambicano e guineense, onde existiu uma espécie de combinação teórico-prática em constante intersecção. De acordo com Neto (2005:89), *pretendia-se moldar, deste modo, a figura do Homem novo, que devia ser, ao mesmo tempo, produtor, combatente e mestre*.

Observamos, de acordo com o estudo elaborado por Neto (2005), que havia uma *superlotação das classes, que atingia a relação de 80 a 100 alunos por professor* (*ibid.*:89). Como, também, os professores tinham um nível de instrução muito baixo, passou, por isso, a ser obrigatória a realização de reuniões colectivas de professores uma vez por mês, de forma a serem preparadas as *lições para as três semanas seguintes* (Neto, 2005:89). Foi no decurso desses mesmos encontros pedagógicos que os professores aprenderam a utilizar, por exemplo, *os pedaços de mandioca secos para escrever no quadro, a desenhar o mapa geográfico no chão* [e onde se]

organizavam as “salas de aula” debaixo das copas das árvores (ibid.:89). Apesar disso, nunca o sistema escolar do MPLA *per se* foi capaz de responder às necessidades dos jovens angolanos, principalmente no diz respeito ao ensino superior, por isso, como forma de resolução dessa situação, os jovens angolanos que militavam pela emancipação eram agraciados com bolsas de estudo para o estrangeiro, nomeadamente para os países do bloco socialista, como foi o caso do Presidente José Eduardo dos Santos. De salientar que, ainda hoje, há muitos jovens angolanos que fazem os seus estudos superiores no exterior.

Posto isto, não estamos em condições de afirmar, categoricamente, que o sistema de ensino implementado pelo MPLA nas zonas libertadas foi capaz de difundir a língua portuguesa. Porque, de acordo com os dados oficiais, em 1976, ano que se deu início ao processo de alfabetização, registava-se uma taxa de analfabetos na ordem dos 85% *num universo populacional estimado em cerca de 5 milhões angolanos* (Neto, 2005:3). Para além do número de analfabetos, constata-se, ainda, que a taxa bruta de escolarização do sistema de ensino do MPLA era bastante baixa, uma vez que só em duas zonas libertadas foram criadas escolas ou espaços que serviram de escolas para as crianças.

Além disso, a existência de dois movimentos nacionalistas com uma forte componente étnica, precisamente a FNLA e UNITA (Heywood,1998; Péliissier e Wheeler, 2009; Malaquias, 2000), acabou por permitir que a maioria dos membros afectos à FNLA e à UNITA pudessem comunicar perfeitamente nas suas respectivas línguas maternas. Bem como, a presença militar portuguesa que significou a criação de um sistema de reagrupamento populacional em Angola (Bender, 1972). Este programa chegou a afectar, de acordo com Bender (1972:337), *“mais de um milhão de africanos – aproximadamente 20% da população africana. Enquanto tentativas de reassentamento antes da guerra afectaram apenas alguns milhares de africanos em Angola”*. Acabaram, portanto, por gerar um fenómeno de forte dispersão populacional nas zonas rurais. Por exemplo, segundo Péliissier e Wheeler (2009:410), estima-se que este evento tenha causado entre 200 mil e 500 mil refugiados angolanos na RDC. Por sua vez, Bender (1972:338) estima que só na região norte de Angola terá havido um êxodo populacional situado entre 400 mil e 500 mil refugiados. Desta forma, este acontecimento não chegou a produzir nenhum um fenómeno de necessidade comunicacional como no conflito do pós-independência, onde de facto a agregação populacional serviu para projectar a língua portuguesa.

O sistema escolar angolano do pós-independência continuou a ser, fortemente, constrangido pela situação político-militar presente em Angola. Por isso, os recursos naturais angolanos, principalmente o petróleo e os diamantes, passaram a ser, sistematicamente, consumidos pelo sector da defesa. Como se pode observar nas despesas governamentais de 1997 a 2000, em 1997, foi outorgada como despesa para o sector da defesa cerca de 640 milhões de dólares, enquanto que o sector da educação recebeu cerca de 289 milhões. Em 1998, a defesa recebeu 934 e a educação, por sua vez, 167. Em 1999, a defesa teve como verba cerca de 1.572, por sua conta, a educação 92 milhões. E, por último, o Estado angolano despendeu com a defesa cerca de 793 e a educação 169 (Hodges, 2002:297). Ficamos ainda a saber, de acordo com Sogge, que o Estado angolano teve que incorrer numa despesa *para apoiar directamente o sector da Defesa ou derivadas da existência do conflito*, [um valor ordem] *dos 22 mil milhões dólares entre 1975 e 1991* (Ferreira, 1997:317).

Perante tal retrato só podemos aceitar as conclusões contempladas no relatório governamental intitulado de *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação: o acesso ao ensino é muito limitado por carência de infra-estruturas, muitas crianças não frequentaram nem concluíram a educação regular, tendo por consequência transitado para o Subsistema da Educação de Adultos. Assim, a frequência é maioritariamente de adolescentes e jovens representando 56%* (2001:18). Ficamos a saber, ainda, do mesmo documento que *desde 22 de Novembro de 1976 (início da Campanha Nacional da Alfabetização) até 31 de Dezembro de 2000, foram alfabetizados em todo o País, 2.827.279 cidadãos, dos quais cerca de 48% são mulheres. Desse efectivo alfabetizado, estima-se que cerca de 45% terá regressado ao analfabetismo, dos quais maioritariamente mulheres e raparigas.*

Para além do desvio de verbas para o sector de defesa, este conflito produziu diversos efeitos sociais, nomeadamente a mobilização forçada da população rural ou do interior. Gerando-se, com isto, dois fenómenos populacionais distintos, a saber: i) os refugiados, pessoas que procuraram abrigo nos países vizinhos, foram cerca de 425.000 (1991), 300.000 (1994); ii) os deslocados, pessoas que abandonam os locais de residência, foram, aproximadamente, 800.000 (1991), 1.25 milhões (1994), e 3.1 milhões (2001) (Hodges, 2002:42-43). De acordo com Instituto Nacional de Estatística, *estimava-se que, em meados de 2001, quase um terço da população do país tinha sido deslocado, num universo populacional estimado em 13, 8 milhões de habitantes* (Hodges, 2002:43). Segundo Hodges (2002:43), *um grande número das pessoas deslocadas nunca*

voltou às suas povoações rurais durante os breves períodos de paz e fixou-se a título permanente nas cidades, muitas vezes com o apoio de familiares que aí já se encontravam. Este facto acabou por originar um forte desequilíbrio na distribuição espacial da população angolana, assim, se, em 1960, apenas 11% da população vivia em zonas urbanas, atingindo 14% em 1970 (ibid.:44), em 1996, por sua vez, 42% vivia já na cidade.

Desta forma, houve uma decomposição das estruturas tradicionais ou étnicas dos povos rurais, “absorvidos no contexto urbanos”, passando, assim, a criança a aprender a língua do meio urbano e não do rural, facilitando, portanto, a penetração português nas crianças. Como descreve Hodges (2002:47), *actualmente, é comum encontrar jovens angolanos, sobretudo em Luanda, que não falam nenhuma língua africana – uma situação sem paralelo na África Subsariana.* E, como os estudos sobre o processo de difusão linguística no contexto africano têm, objectivamente, evidenciado que o urbanismo acaba por exercer um forte incentivo para a difusão de uma língua e da respectiva identidade nacional. Por exemplo, McLaughlin (2008), na obra intitulada de *Language and National Identity in Africa*, que analisa a situação linguística no Senegal, país multilinguístico, tal como acontece com os casos aqui estudados, considera que “*actualmente, no contexto urbano, as crianças de famílias multilinguística se consideram ser wolof, isto porque é a língua que eles falam. A wolofização linguística implica, assim, de certa forma a wolofização étnica*” (McLaughlin, 2008:90).

De salientar, em último lugar, que as próprias elites da UNITA sempre encaram a língua portuguesa de forma pragmática, por exemplo, tornaram essa língua como uma das suas línguas francas, ensinando-a, por isso, nas suas escolas às crianças ovimbundos (Minter, 1994) e os discursos proferidos pelo líder máximo, Jonas Savimbi, eram efectuados em português. Esta estratégia política deveu-se, sobretudo, a dois aspectos essenciais: i) os recursos petrolíferos angolanos encontram-se concentrados no Noroeste entre o litoral de Luanda (região quimbundo) e o de Cabinda (bacongo), enquanto os recursos diamantíferos estão localizados na região dos Lunda-Chokwe (Hodges, 2002:49); ii) a UNITA projectava-se como um movimento nacionalista e não tribalista ou étnico, e a sua legitimidade política decorria da anti-colonial, por isso, reclamava ser uma parte essencial do projecto de angolanidade ou da cidadania angolana. Como fica patente na seguinte declaração de Jonas Savimbi: *a definição de cidadão que a própria constituição do MPLA tem foi escrita por mim e entregue pelo nosso secretário dos negócios estrangeiros Toni da Costa ao doutor Mário Soares, em 1975, no Alvor. Não definia o angolano como o mulato, o*

branco, o preto. Definia o angolano como aquele que ama Angola e luta por Angola. Portanto, foram as necessidades políticas da UNITA que ditaram esta relação política com a língua portuguesa, ajudando, consequentemente, no processo de unidade nacional através da língua portuguesa.

Moçambique

A revolução moçambicana, tal qual a angolana, permitiu a constituição do sistema escolar moçambicano. De acordo com Macagno (2009:19), *[foi] nas zonas libertadas [que] nasceu o primeiro sistema de educação nacional, que já em 1972-1973 compreendia mais de duzentas escolas primárias (para uma população de cerca de um milhão de habitantes e com dez mil alunos só na província de Cabo Delgado), um ensino secundário até a 8ª classe, um curso de enfermagem, curso de formação de professores primários, além de infantários, bem como as chamadas escolas de treino político-militar em Nachingwea e Tunduru, na Tanzânia. Posteriormente, na altura subsequente à independência, este sistema acabou por ser alargado para todo o território moçambicano (Macagno, 2009). A instrução das crianças, como no sistema angolano, foi efectuada em português, consagrando-se mesmo na única língua de ensino. Porque, no entender dos porta-vozes da FRELIMO, esta era uma maneira de neutralizar as ameaças divisionistas do “tribalismo” e, assim, poder da “moçambicanidade” (Macagno, 2009:20).*

De facto, durante a revolução moçambicana ocorreram diversos episódios de conflitualidade política no seio da FRELIMO motivados, principalmente, pelas questões étnicas. Por exemplo, no II Congresso da FRELIMO em Julho de 1968, na região do Niassa, que tinha como finalidade a reafirmação política da liderança de Eduardo Mondlane à frente do movimento. No entanto, durante toda a reunião magna da FRELIMO às divergências políticas acabaram por sobressair, sendo estas alimentadas pela etnia maconde de Cabo Delgado encabeçados, sobretudo, por Kavandame que tinha começado a criticar o movimento muito antes do Congresso e aumentado o tom das suas críticas no decurso de 1968 (MacQueen, 2004:269). Foi, precisamente, no enalço desta situação política que, em 1969, Eduardo Mondlane sofreu um atentado na sua residência na Tanzânia, que acabou por lhe retirar vida (MacQueen, 2004; Reno, 2011; Sumich, 2008). Por isso, a nova liderança da FRELIMO, encabeçada por Samora Machel, combateu de forma cerrada o tribalismo interno e, na fase da pos-independência, surgiu um lema da FRELIMO: *“Matar a tribo para construir a nação” (Meneses, 2009:24).*

Para a consumação dessa visão ideológica o projecto educacional da FRELIMO nas zonas libertadas, acabou por desempenhar um papel fulcral, visto que foi através deste meio que o programa ideológico da FRELIMO chegou às crianças moçambicanas e aos militantes do movimento, à semelhança do caso angolano. Como observa Gasperini (1989:22), [foi pedido à] *educação que acelerasse a transformação das consciências de maneira a pôr em acção o projecto da Frelimo*. Por isso, o sistema escolar da FRELIMO, à semelhança do sistema do MPLA, estabeleceu uma estreita ligação entre o plano teórico e o prático ou, nas palavras de Samora Machel: *uma contradição entre objectividade e subjectividade* (Gasperini, 1989:23). Neste contexto, os alunos e os professores passaram a ser simultaneamente *produtores, combatentes e militantes empenhados na concretização da democracia no ensino* (ibid.:22). Posteriormente, surgiram escolas mais vocacionadas para este feito que receberam o nome de “Escola Piloto” (PAICG) ou de “Centro Piloto” (FRELIMO). Segundo Gasperini (1989:26/7), *nestas escolas, para além do estudo, os alunos dedicavam várias horas do dia à produção agrícola e artesanal, à construção de abrigos anti-aéreos (sic), à alfabetização de adultos*. Este aspecto acaba por dar razão ao postulado defendido por Gellner (1983), de acordo com o qual o monopólio do sistema escolar é um aspecto essencial das sociedades modernas, acabando por ser mais importante que o monopólio da violência. Por isso, segundo Gasperini (1989:26), *a abertura de novas escolas primárias e a organização da alfabetização e da educação de adultos eram duas das primeiras acções da Frelimo quando libertava uma nova zona do país*.

Contudo, ficamos a saber através do estudo de Gasperini (1989:31) que *a experiência escolar das zonas libertadas não tinha atingido até à altura da sua máxima expansão mais de 10% da população*. Foi, principalmente, *por essa razão que na altura da independência a taxa de analfabetismo rondava os 94%* (ibid.:12). Por isso, o facto da FRELIMO ter conseguido, contrariamente ao MPLA, estabelecer uma ampla zona libertada em Moçambique, onde chegaram a estar, de acordo com Cahen (2005:61), cerca de 350.000 a 400.000 pessoas das mais diversas etnias do país. Os serviços de informações militares, por sua vez, estimavam que a FRELIMO influenciava *cerca de 1.5 milhões de pessoas* (Cahen, 2005:61). Acabou por não ser suficiente para projectar a língua portuguesa, principalmente, no meio rural. Neste sentido, o conflito moçambicano, tal como o angolano, não serviu para difundir a língua portuguesa, o que significou, na prática, que muitos africanos preservaram as suas línguas maternas ou *nativas*.

De realçarmos, em último lugar, que a fraca cobertura resultou, em grande medida, da situação militar que se tornou no mais sério obstáculo político para a extensão do sistema escolar da FRELIMO, algo observado também na situação angolana. Por isso mesmo, *algumas centenas de escolas* [foram construídas ou localizadas] *debaixo de árvores* (Gasperini, 1998:26). E, segundo Gasperini (1989:26), *esta característica era a consequência da falta de meios e da necessidade de adaptar-se à situação de guerra, onde as construções fixas seriam um alvo fácil para o inimigo*.

O processo de extensão do sistema escolar moçambicano, contrariamente ao caso angolano, não ficou marcado na sua fase inicial por nenhuma conturbação político-militar, dado que, somente, a FRELIMO poderia reclamar o poder na fase da transição política. Assim, as negociações entre a FRELIMO e as autoridades portuguesas representadas pela pessoa de Mário Soares, então ministro dos Negócios Estrangeiros, culminaram num entendimento, no dia 20 de Setembro de 1974, que determinou que a transição teria que estar concluída, precisamente, no dia 25 de Junho de 1975 (Miller, 1975:137). Após a declaração de independência de Moçambique, abriu-se uma nova fase, onde se tornava imperioso consolidar-se a revolução nacional. Para tal, a FRELIMO implementou uma ampla transformação societal no país que, na avaliação de Mamdani (1996:132) “[foi mais] *uma reforma política do que administrativa, alcançada uma uniformização das estruturas judiciais na aplicação uniforme de um conjunto de normas legais*”. Foi neste âmbito que se observa, por exemplo, a construção do chamado Estado “aldeão” designado dessa forma pois as aldeias comunais tornaram-se, no entender de Geffray (1991:21), *[n]um instrumento político extremamente eficaz, não para o “desenvolvimento” das regiões rurais, mas para a edificação no campo de um aparelho administrativo do Estado (nacional)*.

De facto, este processo permitiu que o Estado moçambicano do pós-independência conseguisse, efectivamente, controlar, cerca de 80% da população do país, principalmente a população rural (Geffray, 1991). Com isto, observa-se por parte da população rural, segundo Geffray (1991:21), *[a uma situação de] submissão ao novo aparelho de Estado moçambicano*. Este processo, contudo, acabou por ser implementado através de uma direcção política ao estilo *top-down*, com isto, as elites centrais procuram proceder a uma unificação nacional ao “gosto” da FRELIMO. Como no dizer de Cahen (2005:59): *“do Rovuma a Maputo, um só povo, uma só nação”*. Para isto, o Conselho de Ministros de Moçambique, em 1975, aprovou um decreto que

dizia: “a destruição das estruturas do passado não é uma tarefa secundária, nem um luxo ideológico. É uma condição para o triunfo da Revolução” (Meneses, 2010:25).

Foi, precisamente, neste contexto político, fortemente, marcado por uma forte conflitualidade que envolveu, por um lado, as populações rurais e, outro lado, a FRELIMO, que surgiu o conflito armado. Porque, a RENAMO soube, muito bem, tirar proveito da situação de rejeição do projecto político da FRELIMO, nomeadamente, nas zonas rurais (Geffray, 1991), visto que, segundo escreve Geffray (1991:113), *os grupos outrora marginalizados na sociedade colonial continuaram marginais no Moçambique, sendo-lhes ainda mais difícil que aos outros o acesso ao mercado, aos serviços sociais, à educação, à saúde, à vida urbana, aos empregos do próprio aparelho de Estado. Foram estas populações que mais tarde foram mais sensíveis às notícias da guerra promovida pela Renamo.* Por isso mesmo, Geffray (1991:114) sustenta que *a Renamo transformou um conflito que, sem ela, nunca teria tomado uma forma violenta.*

A guerra moçambicana tornou-se, como no caso angolano, num factor condicionar da extensão da rede escolar, porque muitas crianças moçambicanas das zonas rurais deixaram de ter a oportunidade de frequentar a escola. Por exemplo, de acordo com o ministério da educação de Moçambique *só 3.828 das 5.682 escolas primárias em actividade em 1981 ainda funcionavam em 1987, e cerca de meio milhão de alunos e 5 mil professores abandonaram a escola, em êxodo quer no interior quer no exterior do país. Foram [ainda] fechadas 25% das escolas secundárias, atingindo 20% dos alunos e 12% dos professores* (Gasperini, 1989:4). Para além disso, Ficamos ainda a saber através do estudo de Minter (1994) que a RENAMO recrutou muitas crianças, iniciando-as em actos de violência contra os civis (*ibid.*:182). Por isso, de acordo com o estudo efectuado por Weinstein (2011), dos cerca de 21979 soldados recrutados pela RENAMO, 8945 (40,7%) tinham menos de 18 anos de idade (*ibid.*:114). Este aspecto contrasta, claramente, com o caso da UNITA, visto que nas entrevistas realizadas por Minter (1994) aos membros desse movimento, somente uma pessoa afirmou ter estado envolvida nos treinos enquanto criança, precisamente em 1986, ao passo que os restantes entrevistados disseram que não foram enviados para o treino militar até à idade adulta – a idade mínima mencionada ronda entre os 17 e os 19 anos (*ibid.*:182).

Para além de a guerra ter causada a destruição de muitas escolas e a RENAMO ter recrutados muitas crianças, a RENAMO consagrou como sua língua franca, precisamente, o Chindau de pertença do povo Ndau (Florêncio, 2002:58; Minter, 1994:104). No entanto, esta

opção política não foi suficiente para dar uma coesão étnica e social ao projecto político. Conforme bem esclarece Weinstein (2011:112), *a estrutura de liderança abrangeu uma ampla gama de grupos étnicos, incluindo os macua, lomwe, tribos ndau, Manyika, Sena, shangaan, chope, yao e ronga. Muitos dos principais líderes eram da região centro do país, mas faltavam muitos laços que pudessem fortalecer uma única identidade étnica e não existia uma só língua no seio do movimento*". Se compararmos o caso angolano com o caso moçambicano, notamos, por exemplo, que a UNITA apresentou uma liderança mais homogênea etnicamente, isto é, a cúpula dirigente do movimento rebelde era composta, exclusivamente, por indivíduos umbundos, sendo que este grupo representa cerca de 30% da população angolana (Hodges, 2002:47). Este facto, no entanto, não foi capaz de inibir a UNITA e de consagrar a língua portuguesa como uma das suas línguas francas (Minter, 1994).

Esta diferença entre a RENAMO e a UNITA pode ser explicada pelo grau de penetração da língua portuguesa nas elites e o processo de coesão social e étnica dos respectivos movimentos. Como bem observa Weinstein (2011:112), *"as estratégias de recrutamento renderam uma adesão sem preexistência de laços sociais ou étnicos. Pode-se ter uma ideia da diversidade da base social da Renamo, olhando para o seu primeiro Conselho Nacional, criado em 1981³⁹, e composto em grande parte por mercenários precoces. A maioria destes primeiros marceneiros não tinha nenhuma educação além da primária escola"*. Por sua vez, os elementos da UNITA tinham um profundo domínio da língua portuguesa, uma vez que muitos deles estudaram em Lisboa, como aconteceu, precisamente, com Jorge Valentim e Jonas Savimbi (Mateus, 1999).

Outro aspecto que contribuiu, certamente, para o fraco desenvolvimento da língua portuguesa na fase do conflito moçambicano foi o facto da RENAMO ter contribuído política e militarmente para libertar às populações rurais das aldeias estratégicas implementadas pela FRELIMO (Geffray, 1991). Com isto, a chefatura e a sua respectiva população puderam recorrer às suas velhas práticas tradicionais, entre às quais a língua. Por conseguinte, reforçaram o seu sentimento étnico, contrariamente ao caso angolano. Porque, os cerca de 3.482.626 deslocados moçambicanos, em 1986, e 4.563.449 em 1989 (Brück, 1998:1030), se encontravam, muitas vezes, a fugir do aprisionamento imposto pelas autoridades governamentais nas suas aldeias

³⁹ Consular a tabela 9 que se encontra em anexo, contendo essa a origem dos elementos mais importante da RENAMO.

estratégicas. Como bem salienta Geffray (1991:25), *a motivação da dissidência está sempre ligada ao conflito com o Estado, mas a polarização das populações na guerra resulta de oposições históricas, por vezes muito antigas, que as dividiam muito antes da intervenção da Frelimo e da edificação do seu Estado no campo*. Com efeito, devido a uma forte dispersão da população na realidade moçambicana, não se observa o mesmo grau de desenvolvimento da língua portuguesa em Moçambique, como aconteceu em Angola. Por isso no estudo sobre o *Português no Ensino Primário: Estratégias e Exercícios* (2004) organizado por Maria João Diniz e Perpétua Gonçalves, chega-se à conclusão que *a quase totalidade das nossas crianças, quando entra para a escola, não fala Português e, naturalmente, não lê e não escreve. Esta é a situação típica do meio rural, onde prevalece o uso das línguas locais, as línguas bantu, e onde o português é praticamente uma língua “estrangeira”* (ibid.:1).

Guiné-Bissau

O sistema de ensino guineense, por sua vez, começou a ser implementado no decurso da revolução guineense sob o auspício do PAIGC, que protagonizou a mais avançada das lutas anti-coloniais em África, suplantando, por conseguinte, os casos angolano e moçambicano. A educação tornou-se, de facto, nas zonas libertadas guineenses num *instrumento* político para a mobilização na luta de emancipação nacional contra o imperialismo, além disso, serviu, também, para aumentar os níveis socioeconómicos da população guineense, nomeadamente no interior do país. Não esqueçamos, por exemplo, que, de acordo com Cabral, 99% dos guineenses estavam excluídos do sistema escolar português colonial.

Em 1965-66, começou a funcionar o sistema de ensino do PAIC com 127 escolas frequentadas por 13.361 alunos (9.821 homens e 3.540 mulheres) e com 191 professores. Decorridos seis ou sete anos havia já 164 escolas, onde estudavam cerca de 14.531 alunos (10.898 homens e 3.633 mulheres) e lecionavam, possivelmente, 258 professores (Rudebeck, 1974:206)⁴⁰. De acordo com o estudo de Rudebeck (1974), a maior parte das escolas nas zonas libertadas estavam localizadas no norte. Por exemplo, em 1971-72, das cerca de 164 escolas em pleno funcionamento nas áreas libertadas, 128 encontravam-se localizadas na região norte

⁴⁰ Consultar, precisamente, a tabela 10 que se encontra em anexo, que mostra o processo evolutivo do sistema de ensino do PAIGC durante todo o período de guerra.

(*ibid.*:204). Este facto, segundo Rudebeck (1974:204), “*reflecte a grande densidade de escolas no norte mais que nas outras áreas libertadas*”.

De acordo com Rudebeck (1974:204), “*as escolas do PAIGC eram simples e de construção funcional, fáceis para serem movidas e reconstruídas, bem adaptáveis ao clima [de guerra]*”. Para além do evidente condicionamento imposto pelo ambiente de guerra, notava-se, ainda, a falta de material básico como, por exemplo, cadernos e canetas (*ibid.*:206), bem como de recursos humanos capazes de suportar esta árdua tarefa, o que fez com que o sistema não proporcionasse as melhores condições de aprendizagem aos alunos. Assim, o PAIGC com o intuito de suprir a falta de material básico teve que contar com o suporte externo - como aconteceu com o MPLA e a FRELIMO - da Suécia (Rudebeck, 1974). Acrescente-se ainda que, para aumentar o número de quadros, e desta forma colmatar a baixa percentagem de professores, tornou-se necessário recrutar os melhores quadros políticos do movimento. Assim, “*gradualmente, a proporção de professores formados pelo PAIGC cresceu para os 50% em 1972*” (*ibid.*:210). Este crescimento só foi possível graças à criação, em Conacri, do Centro de Aperfeiçoamento de Professores e da Escola Piloto, onde os professores tinham a oportunidade de aprimorar as técnicas pedagógicas e redigir os livros (*ibid.*:210).

De facto, a Escola Piloto que funcionava em 1964, recebendo cerca de 100 alunos por ano, acabou por operar como um centro de inovação pedagógica, onde cerca de 7 professores universitários, em 1972, foram aplicando, consistentemente, alguns princípios que deveriam reger os alunos, tais como: i) a participação dos estudantes nas escolas do PAIGC; ii) a participação no trabalho comunitário, cozinhar e limpar, por exemplo (*ibid.*: 212). Os estudantes mais aplicados acabavam por ir estudar para o estrangeiro, principalmente nos países do leste da Europa (*ibid.*: 212). À semelhança do que acontecia, precisamente, com os militantes da FRELIMO e do MPLA. O método de ensino visava, claramente, a construção de uma nova consciência política nos indivíduos cidadãos que se encontravam nas zonas libertadas, como acontecia também nas zonas libertadas da FRELIMO e do MPLA. Para além disso, a educação servia para fortalecer o espírito de guerrilha, visto que estudantes e professores faziam parte das organizações militares anti-coloniais, tais como as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP) e a Forças Armadas Locais (FAL) (Rudebeck, 1974:221).

A educação nas zonas libertadas serviu, igualmente, para alfabetizar política e ideologicamente à população adulta. De facto, os adultos guineenses, a exemplo dos angolanos e

moçambicanos, nunca tiveram a oportunidade de estudar durante a dominação portuguesa. Neste sentido, coube ao movimento nacionalista guineense a tarefa de ensinar as primeiras letras a esse segmento populacional. O sistema de ensino do PAIGC procurou difundir o amplo conhecimento da língua portuguesa junto a toda a população escolar, principalmente as crianças guineenses. Como escreve Rudebeck (1974:215), “*as crianças são ensinados a ler e a escrever em português, a fim de ligá-las à cultura universal da humanidade, sem complexos de inferioridade colonial*”. Esta opção de ensinar a língua portuguesa nas escolas do PAIGC nunca foi consensual no seio do movimento, havendo mesmo uma facção interna que defendia a utilização do crioulo (Cabral, 1990:59).

Esta reivindicação acabou por desvanecer uma vez que Cabral (1990) se manifestou contra tal, visto que o mesmo considerava que *o português (língua) é uma das melhores coisas que os tucas nos deixaram, porque a língua não é prova de mais nada, senão um instrumento, para os homens se relacionarem uns com os outros, é um instrumento, um meio para falar, para exprimir as realidades da vida e do mundo (ibid.:59)*. Para além disso, Cabral acreditava que, somente, o português era capaz, naquele momento da luta, de permitir o progresso científico ao povo guineense (ibid.:60). Ainda assim, o sistema escolar do PAIGC não conseguiu, de facto, projectar a língua portuguesa nas zonas libertadas, considerando, para o efeito, o *índice de analfabetismo, do ponto de vista linguístico*, era de cerca 90% em véspera da transição política (Freire, 1977:12). Mesmo depois do enorme esforço político efectuado pelo PAIGC, no sentido de reduzir este índice e aumentar o número de pessoas formadas. Como bem salienta Freire (1977:18), [o PAIGC conseguiu], *em 10 anos, de 1963 a 1973, formar muito mais quadros do que em cinco séculos de colonialismo*. E, de acordo com Motta e Pereira, *em 10 anos, de 1963 a 1973, foram formados os seguintes quadros do PAIGC: 36 com o curso superior, 46 com o curso técnico médio, 241 com cursos profissionais e de especialização e 174 quadros políticos e sindicais. Em contrapartida, desde 1471 até 1961 [período temporal do colonialismo português], apenas se formaram 14 guineenses com curso superior e 11 ao nível do ensino técnico*” (Freire, 1977:18).

Por sua vez, o crioulo que nunca obteve o reconhecimento formal das autoridades afectas ao PAIGC, manteve-se informalmente inserido no sistema escolar guineense. Por exemplo, no período de luta algumas canções em crioulo estavam nos livros para crianças (Rudebeck, 1974:215). Por isso, a literatura que analisa a expansão do crioulo a partir do centro urbano para

a periferia reconhece o facto da luta de libertação guineense ter servido como uma espécie de locomotiva para a difusão da língua, porque a mobilização e consciencialização política forçaram a utilização de uma língua franca, precisamente, o crioulo. Como salienta Couto e Embaló (2010b:37), *os principais responsáveis pelo início da disseminação do crioulo pelo interior do país foram os independentistas liderados por Amílcar Cabral*. Além disso, o crioulo acabou por servir, ainda, como a *única opção linguística para apagar as arestas das diferenças étnicas*. Por isso, *os nacionalistas não titubearam em usá-lo como meio básico de comunicação veicular* (ibid.:38). E, foi utilizado para difundir cartilha ideológica do PAIGC nas zonas libertadas. Como descreve Kohl (2011a:19), *“durante a guerra, o crioulo foi empregado como a língua de treinamento para os recrutas. (...) Além disso, o PAIGC também começou a transmitir as suas mensagens propagandistas e a sua ideologia em crioulo na Rádio Libertação”*.

Para suprir esta elevada taxa de analfabetismo em termos linguísticos, o sistema educacional guineense do pós-independência que foi alargado para todo o território guineense, somente, após ao reconhecimento formal de Portugal do processo de independência da Guiné-Bissau, no dia 10 de Setembro de 1974. Como tal, os guineenses celebraram a sua independência no dia 24 de Setembro de 1973, momento em que o PAIGC declarou unilateralmente a independência em Medina de Boé (Lopes, 1982; Miller, 1975; Rosas; 2004; Rudebeck, 1974). Por conseguinte, antes desse reconhecimento, as escolas PAIGC encontravam-se confinado às zonas do interior, isto é, às zonas libertadas. Sendo certo que estas zonas estavam sobre constantes ameaçadas pelas acções promovidas pelas forças militares portuguesas. Por isso, as escolas do PAIGC, à semelhança das escolas da FRELIMO e do MPLA, apresentavam um aspecto bastante rudimentares, funcionado, muitas vezes, debaixo das árvores para não serem localizadas. Como se pode observar nas imagens contidas na obra de Freire (1977).

Como sabemos, a extensão do sistema escolar guineense não sofreu nenhum tipo de conturbação político-militar na sua fase pós-independência, contrariamente aos casos de Angola e Moçambique, onde as guerras se tornaram num aspecto condicionador da sedimentação e extensão da rede escolar. Além disso, o PAIGC, como a FRELIMO, dispunha da máxima autoridade política no país, visto ter sido a única força política que estava em condições de reclamar o poder. Por isso mesmo, quando esta decidiu que o sistema educacional guineense apenas deveria difundir a língua portuguesa quer nas escolas públicas, quer no processo de alfabetização dos adultos não sofreu nenhum tipo de contestação política ou social (Freire,

1977). No entanto, esta opção política não deixou de motivar um reparo crítico por parte do pedagogo brasileiro Paulo Freire que considerava que o crioulo deveria ser desenvolvido para se tornar na língua nacional, relegando, por conseguinte, o português, para um papel secundário. Como fica patente na afirmação de Freire (1977:136): *o crioulo deve estar para o português como este para o latim*. Mais uma vez, uma posição favorável à introdução do crioulo no sistema de ensino acabou por não ser bem-sucedida, mantendo-se, com isto, o português como a única língua do sistema escolar guineense.

De acordo com Couto e Embaló (2010b:41), *apesar [do crioulo estar] oficialmente proibido, os professores têm que fazer uso dele nos primeiros anos, oralmente, porque se falam em português não são entendidos pelas crianças. Nesse caso, como poderiam alfabetizar? Na verdade, nos primeiros anos os professores dão aulas em crioulo para alfabetizar em português*. Como salienta também Achinger, *nem a escola oficial nem a corânica tiveram êxito no fornecimento de meios gerais de comunicação. Isto só pode ser efectivado por uma escola que ensine a ler e escrever em ‘crioulo’, a língua franca da Guiné-Bissau, que atingiu a sua importância como língua nacional durante a luta de libertação* (Couto e Embaló, 2010b:41). Por isso, *hoje não existe nenhuma tabanca na Guiné-Bissau, onde a população mais jovem não fale ou pelo menos não compreenda crioulo*” (Achinger 1986: 12 Apud Couto e Embaló, 2010b:41). Não obstante, o português continua sendo usado, *“banindo oficialmente o crioulo das escolas”*. *Com isso estão tapando o sol com a peneira, uma vez que “apesar de não oficial é a comunicação normal entre professores e alunos”* (ibid.:13).

A importância do crioulo acaba por ser, muito bem, descrito por Bicari: *os cerca de trinta povos da Guiné começaram a sentir-se um só povo que, por exigência de luta unitária, escolheu uma língua, o ‘Criol’, a língua que nasceu com a colonização mas que se transformou em ‘Língua da Libertação’.*” (Couto e Embaló, 2010b:38).

Alguns contributos teóricos e conclusões

O primeiro trabalho a ser analisado é de Herbst (2000) que consiste no estudo sobre a extensão das estruturas internas do Estado, bem como do poder do Estado em África. Este estudo começa por analisar as dificuldades apresentadas pela geografia-política africana. Assim, Herbst (2000) sustenta a tese de acordo com a qual os países de tamanho médio ou pequeno, como o caso da Guiné-Bissau, têm uma geografia favorável à institucionalização de um Estado

“forte”, visto que os recursos necessários para o controlo e para a expansão do poder do Estado do centro político (urbano) para a periferia (rural) são menores em comparação com os Estados Africanos de maiores dimensões geográficas. Para além disso, Herbst (2000:111) argumenta que o fraco investimento na expansão da administração dos Estados de maiores dimensões deve-se, em grande medida, ao facto dos regimes “[d]os grandes países como a Etiópia, Zaire e Angola, em vários momentos [poderem] perder o controlo de parte dos seus territórios para os seus adversários. Mas, a comunidade internacional, reconheceu-os sempre como líderes inquestionáveis desses territórios basta para tal controlarem [as capitais políticas]” – esta ideia sobre a inflexibilidade do sistema internacional e a sua importância na manutenção de diversos regimes africanos encontra-se, igualmente, desenvolvida nas obras de Clapham (1996), Hyden (2006), e Jackson e Rosberg (1992). Herbst (2000) procura, ainda, demonstrar na sua análise que os custos e os riscos políticos ou, melhor dizendo, as ameaças de perda de poder são menores nos países de maiores dimensões geográficas, atendendo ao sistema internacional e ao regional, pois são, de certa forma, poucos flexíveis aos golpes de Estado. Por conseguinte, os dirigentes dos Estados africanos de maiores dimensões acabam, necessariamente, por estar menos pressionados politicamente, para estenderem a sua administração estatal de forma a controlarem politicamente todo o território. Contrariamente, aos Estados de menores dimensões que estão mais pressionados em tal processo de extensão das estruturas internas do Estado.

A lógica funcional contida na obra de Herbst faz todo o sentido. Realmente, é mais dispendioso económica, social e politicamente estender e assegurar as estruturas de um Estado de maiores dimensões geográficas, comparativamente com um Estado de menores dimensões, mas isto em teoria, entenda-se. A realidade tem mostrado que esta lógica funcional de Herbst (2000) não tem sustentação, isto porque a Guiné-Bissau (de geografia favorável, na terminologia de Herbst) demonstra as mesmas ou maiores dificuldades que Angola e Moçambique, por exemplo, sendo estes dois países de geografia desfavorecida, na terminologia do autor. Note-se, a título de exemplo, que as autoridades coloniais portuguesas sempre revelaram dificuldades em penetrar na realidade rural da Guiné-Bissau, tendo, como tal, sempre recorrido às autoridades tradicionais, nomeadamente os fulas e os mandingas para governarem os balantas (Cardoso, 2002; Forrest, 2003), numa lógica administrativa conhecida de *indirect rule*, onde as autoridades tradicionais são inseridas dentro da administração colonial.

Herbst (2000), na sua análise, parte do pressuposto de acordo com o qual o processo de extensão do poder do Estado para a periferia política só tem um único momento/sentido. Ou seja, o autor estuda incisivamente a dinâmica política das entidades centrais do Estado no processo de extensão e de consolidação das estruturas do Estado, acabando, assim, por desprezar outras dinâmicas internas fora do centro do poder central. Ao passo que, no presente trabalho, sustentamos que todos os sujeitos investidos de mecanismos coercivos, que controlam uma área substantiva do território e sobre esta exercem um poder efectivo, devem ser considerados como agentes promotores da construção do Estado. Portanto, de acordo com o estudo, o Estado Africano não é só produto das entidades centrais, mas também das entidades periféricas que podem produzir, perfeitamente, uma unidade linguística. Assim, como aconteceu-se, por exemplo, com o Estado do PAIGC que acabou por ser constituído, inicialmente, nas zonas libertadas no interior do país, sendo mesmo, em Medina de Boé, no interior que se declarou unilateralmente a independência do Estado do PAIGC (Chabal, 1998; Rudebeck, 1974). E, contrariamente ao que afirma Herbst (2000), este Estado do PAIGC conseguiu ser reconhecido internacionalmente, em 80 países e, rapidamente, foi admitido como um Estado na OUA (Lopes, 1982; MacQueen, 2004; Rosas, 2004; Rudebeck, 1974).

Por causa das questões de dupla soberania, actualmente, o Direito Internacional Público (DIP) passou a consagrar a figura jurídica dos beligerantes⁴¹, entidades que detêm, de facto, o controlo e exercem um poder efectivo sobre uma determinada população circunscrita num determinado território, de acordo com o princípio das nacionalidades. Ao abrigo deste estatuto, por exemplo, os movimentos rebeldes como a UNITA e a RENAMO puderam assinar os acordos com os respectivos Governos: os acordos de Bicesse (1991) e de Lusaca (1994), no caso angolano, e o acordo de paz assinado em Roma em 1992, no caso moçambicano.

A análise de Herbst acerca da realidade societal africana tem merecido um reparo crítico de diversos autores, sendo um dos mais incisivos pertencentes a Forrest (2003:8) que sustenta que: “*o estudo de Herbst falhou por não fornecer a devida atenção à responsabilidade histórica dos actores sociais e às estruturas dentro das zonas do interior rural africano*”. De facto, esta crítica apresenta-se como extremamente útil, a nosso ver, isto porque no processo de construção do Estado, no interior, é necessário atender ao papel das autoridades tradicionais. Caso contrário,

⁴¹ Estatuto jurídico de um beligerante: o movimento nacional ou libertação nacional que age em nome de um povo, pretendendo substituir um Estado por outro Estado ou criar um novo Estado (Miranda, 2005:226-232).

verificar-se-á uma confrontação ou um bloqueio neste processo, tal como aconteceu em Moçambique onde as entidades tradicionais rejeitaram o regime da FRELIMO, muitas estrategicamente, prestando o seu apoio à RENAMO (vide, especialmente as obras de Florêncio, 2002; Geffray, 1991; Lourenço, 2005a, 2005b, 2007; Meneses, 2009; Orre, 2008). Hyden (2006) critica, por sua vez, Herbst (2000) por considerar que “*Herbst uma comparação com a Europa que não é muito útil, porque o processo de consolidação do Estado em África tem sido muito diferente (ibid.:68)*”. De facto, no estudo de Herbst (2000) procura-se estabelecer uma comparação entre o processo de formação do Estado europeu e do Estado africano.

Como acabamos de estudar, nem sempre o processo de construção e, principalmente, de solidificação das estruturas depende das autoridades centrais do Estado. Por exemplo, a construção da entidade nacional guineense faz-se hoje, muito mais, à custa das entidades rurais que preservam o crioulo como um *instrumento* de comunicação e identidade nacional. Como salienta Achinger “*não existe nenhuma tabanca na Guiné-Bissau, onde a população mais jovem não fale ou pelo menos não compreenda crioulo*” (Couto e Embaló, 2010b:41). Isto explica, perfeitamente, como o Estado guineense, dado como fracassado em termos institucionais, apresenta uma sólida unidade linguística.

Assim sendo, a abordagem iminente comparativista entre a realidade africana e europeia, como a de Herbst, que não considera os aspectos divergentes das realidades em análise, pode dificultar um entendimento mais amplo sobre o fenómeno de consolidação das estruturas internas do Estado africano. Principalmente, no que diz respeito ao processo de construção de uma suposta identidade nacional tendo por base uma língua comum. Isto porque, Herbst considera que a guerra inibe ou condiciona todo o processo de construção das estruturas internas na periferia. De facto, as africanas têm lugar, maioritariamente, nas zonas mais frágeis do próprio Estado, como aconteceu em Angola, com a UNITA, em Moçambique, com a RENAMO, e na Guiné-Bissau, com o PAIGC. Mas, isto não impossibilitou a construção de uma unidade linguística, pelo que nessa fase podem surgir fenómenos de maior unidade ou proximidade linguística, visto que a guerra força, necessariamente, a movimentações territoriais quer dos militares quer das populações. Como frisa bem Cahen (2005:60), *poderíamos afirmar, e com razão, que a guerra de libertação, apesar da intensidade da sua duração, teve efeitos de unificação: a mistura de guerrilheiros de origens diferentes, as deslocações das populações, etc., teve necessariamente efeitos identitários.*

A segunda perspectiva teórica diz respeito ao estudo de David Laitin (1992) que observa qual é a situação linguística africana e como esta acaba por influenciar a construção do Estado Africano. Este estudo começa por traçar um perfil dos países africanos em termos linguísticos, a saber: i) *“Estados africanos que terão no futuro somente uma língua oficial/nacional, embora por razões diferentes das que trouxeram a racionalização aos Estados Europeus, com isto só uma língua que desempenha o papel de língua franca e de oficial dos assuntos do Estado e da educação. (...) Os Estados africanos que se movem, nesse sentido, incluem a Somália, Tanzânia, Botswana, Suazilândia, Lesoto, Ruanda, Burundi”* (Laitin, 1992:18); ii) países africanos que não institucionalizaram 3 ± 1 línguas, *“[como] a situação da Índia, onde os 3 ± 1 foi um resultado, claramente, definido. No entanto, alguns países africanos – Nigéria, Zaíre, Quênia e Etiópia – caminham nesse sentido. Este resultado tem uma forte possibilidade de acontecer em muitos outros países africanos (Gana, Senegal, Congo, Serra Leoa, Libéria, Mali, Malawi, Gabão, Benim, Chade, Níger, Burkina Faso e Zâmbia) (ibid.:18);* iii) países africanos que têm duas línguas nacionais/nativas fortes, ainda assim, os cidadãos conseguem comunicar entre si (relações interétnicas), usando para o efeito uma língua comum ou internacional (entre os países que se encaixam nesse perfil se encontra Angola, Moçambique e África do Sul) (Laitin, 1992:19).

Laitin (1992) defende a ideia segundo a qual *“os governantes têm interesse em “racionalizar a língua” (ibid.:9), isto porque, Laitin (1992:9) defende que a “racionalização da língua” “como a especificação territorial de uma língua para fins de eficiência administrativa e estabelecimento de regras”. Isto leva, precisamente, Laitin a considerar, de acordo com a teoria do jogo/ escolha racional que suporta o seu estudo, que “os burocratas têm uma estratégia dominante: sabendo isto, o KANU⁴² não teve só que escolher entre o domínio inglês ou a divisão da elite central. O resultado deste jogo no Quênia – como em tantos países africanos no pós-colonial – continua a haver um domínio do idioma oficial do regime colonial” (ibid.:107). Laitin (1992:7) conclui, assim, que “esta matriz explica a escolha das línguas coloniais como o único idioma oficial. Porque os políticos perdem no jogo de estabelecimento da língua oficial-idioma para os burocratas”.*

O estudo de Laitin acaba, necessariamente, por estar contaminado pela perspectiva ou pela realidade europeia, no que diz respeito ao processo de oficialização ou de racionalização de

⁴² União Nacional Africana do Quênia

uma só língua oficial, visto que, normalmente, essa língua acabava por representar, em muitos casos, o nome do país e do povo, respectivamente. Por isso, esta escolha serviu, muitas vezes, para a afirmação de um novo poder, como aconteceu, precisamente, com a revolução francesa, onde a construção de novas estruturas forçou a racionalização de uma língua (Laitin, 2007; Skocpol, 1985). Assim, Laitin focaliza-se, essencialmente, no papel dos actores políticos e burocratas africanos e como estes influenciam o processo de racionalização da língua. Como fica patente na seguinte afirmação de Laitin (1992:19): *“A natureza burocrata do Estado pós-colonial tem desempenhado um papel-chave na construção do Estado Africano independente, capaz de subverter os objectivos sobre a língua das lideranças políticas. Além disso, o envolvimento do Estado no processo de educação das massas trouxe para a arena da discussão sobre a política linguística os administradores escolares e os pais, interessados na construção do Estado que nunca tinham confrontado o Estado nesse processo nos séculos anteriores. Novos jogadores amarrados aos interesses que têm conduzidos à constituição de novos jogos. A dinâmica desses jogos têm empurrado muitos Estados africanos não em direcção à racionalização, mas em direcção a um resultado em termos linguístico de 3 ± 1 ”*.

No entanto, no nosso estudo ficou demonstrado que não é suficiente nem se quer decisivo a capacidade ou interesse manifestado pelos velhos ou novos actores inseridos no processo de construção das estruturas do Estado em África para a oficialização de uma língua, normalmente ocidental, como supõe Laitin (1992). Por exemplo, a liderança de Cabral no PAIGC sempre manifestou uma forte inclinação pela escolha da língua portuguesa como a língua do movimento e foi mesmo usada nas suas escolas, visto que essa era considerada como sendo a única língua que garantia o progresso. E, como sabemos, esta força política dispôs durante o processo revolucionário de uma elevada capacidade coerciva face ao MPLA e à FRELIMO, a tal ponto de, em 1996, ter promulgado a *Lei da Justiça* que *“não definiu só os princípios pelos quais muitos dos crimes deviam ser julgados. Funcionou também como um quadro de referência para os responsáveis na tarefa de julgar os delitos menores de acordo com a lei tradicional consuetudinária”* (Rudebeck, 1974:138). Contudo, esta língua nunca conseguiu impor-se como a língua dos povos guineenses, porque, de facto, a língua portuguesa era um *objecto* estranho a tais povos. Assim sendo, um estudo sobre a política linguística deve atender, necessariamente, ao contexto histórico e, principalmente, ao processo de difusão ou penetração da língua, algo que não acontece no estudo de Laitin (1992).

Assim, Laitin (1992) chega mesmo a sugerir que *“em Moçambique e Angola, o português é uma língua nacional, talvez porque muitos dos líderes revolucionários anticolonialistas eram de ascendência portuguesa e africana”*. Esta observação, contudo, não se aplica no caso da Guiné-Bissau, onde, como podemos observar, a língua oficial é o português. Por isso, a escolha da língua oficial não está ligada à ascendência dos elementos da elite, mas sim com o facto *“do termo identidade nacional em África ter dois significados diferentes: o primeiro está relacionado com a população e o seu sentimento de pertença para com o Estado-nação, e o segundo é a identidade individual de um Estado-nação dentro da ordem internacional”* (McLaughlin, 2008:79). De facto, todos países africanos de língua oficial portuguesa não têm a língua portuguesa como a língua mais falada, talvez o caso angolano caminhe nesse sentido, proximamente.

De salientar ainda que os jogadores tantas vezes referenciados na obra de Laitin (1992) só entram na cena da política linguística numa altura avançada desse processo. Visto que a educação básica das crianças africanas acaba, na maioria das vezes, por ser fornecida pelas pessoas mais chegadas da sua família, isto fez com que, por exemplo, em Angola, as crianças europeias nascidas na altura da dominação portuguesa aprendessem as línguas africanas através das suas amas negras. Por isso, quando as crianças são inseridas no sistema escolar já possuem uma língua de casa/materna, contrariamente ao caso europeu, onde estes actores entram bastante cedo na arena, dado que as crianças entram no sistema de educação em tenra idade, aprendendo, portanto, a língua da comunidade geral.

O estudo Hobsbawm (1992), por sua vez, sugere que *“as línguas nacionais são, no entanto, quase sempre um semi-artifício construído ocasional e virtualmente inventado. Eles são uma oposição ao que a mitologia nacionalista supõe ser, nomeadamente, a fundação primordial da cultura nacional e a matriz da mente nacional”* (Hobsbawm, 1992:51). Por conseguinte, o autor alega que *“o aspecto político-ideológico é um elemento evidente no processo da construção-língua, que pode variar desde uma mera “correção” ou estandardização de uma literatura e das cultura-línguas existentes, através da formação complexa de uma língua ou do dialecto fora do uso, ou mesmo a ressuscitação da morte ou de quase extinta de uma língua que se eleva para a invenção virtual de uma nova língua”* (ibid.:111).

Estas considerações de Hobsbawm (1992) acabam por resultar da observação do processo de constituição do nacionalismo judaico, onde, segundo Hobsbawm (1992), as questões

relacionadas com a comunicação e a cultura não foram cruciais, uma vez que o movimento nacionalista judaico (sionista) optou pela língua “*hebraica moderna que ninguém falava até então, e de uma pronúncia diferente da usada nas sinagogas europeias. Rejeitando o iídiche, falado por 95% dos judeus ashkenazim provenientes da Europa do leste e os emigrantes do oeste*” (Hobsbawm, 1992:110). Mas, esta observação cinge-se aos casos onde os movimentos nacionalistas não estão em conflito, porque, como acabamos de estudar, a necessidade comunicacional pode, muito bem, superar a vontade das elites políticas. Como sucedeu, exactamente, no caso guineense com o crioulo a conseguir estabelecer-se contra a orientação da cúpula dirigente do PAIGC.

Portanto, a escolha ou política da língua na realidade africana não resulta, somente, dos actores políticos, mas, também, dos actores periféricos que podem servir como disseminadores da unidade linguística nacional, quando estes nos seus lares optam por ensinarem uma língua neutral às crianças, como tem acontecido, precisamente, em Angola e na Guiné-Bissau. Por isso, são raros os casos de combates étnicos nessas duas realidades. Como retrata Hodges (2002:47-48), *actualmente, é comum encontrar jovens angolanos, sobretudo em Luanda, que não falam nenhuma língua africana – uma situação sem paralelo na África Subsariana. A implicação é clara: quase metade das crianças está hoje a ser criada para falar o português como primeira língua, o que faz com ele pareça estar destina a ultrapassar todas as línguas africanas, incluindo o umbundo. Embora isto possa, a longo prazo ameaça a diversidade cultural de Angola, pode ter também o efeito positivo de ajudar a desenvolver uma identidade nacional mais forte, à custa do particularismo étnico.*

BIBLIOGRAFIA

Livros:

Abrams, Phill (1988) “Notes on the Difficulty of Studying the State (1977)”. *Journal offhistorical Sociology*, 1 (1), pp. 58-89.

Adam, Yussuf & Dyuti, Alumasse (1993) “O Massacre de Mueda: Falam Testemunhas”. *Arquivo*, (14), pp. 117-128.

Adão, Áurea & NORÉ, Alfredo (2003) “O ensino colonial destinado aos “indígenas” de Angola. Antecedentes do ensino rudimentar instituído pelo Estado Novo”. *Revista Lusófona de Educação*, (1), pp. 101-126.

Africa Report (2008) “Guinea-Bissau: In Need of a State”. (142), pp. 1-30.

Agualusa, José E. (2004/5) “A língua portuguesa em Angola: Língua materna *versus* Língua madrasta. Uma proposta de paz”. *Imaginário*, 10 (10), pp. 27-33.

Alexandre, Valentim (1979) *Origens do Colonialismo Português Moderno*, 1.^a ed. Lisboa: Sá da Costa.

Alexandre, Valentim (1993) “Ideologia, economia e política: a questão colonial na implantação do Estado Novo”. *Análise Social*, 123-124 (4-5), pp.1117-1136.

Alexandre, Valentim (2006) – “A Descolonização Portuguesa em Perspectiva Comparada”, in *Portugal, os Estados Unidos e África Austral*. (coord.) Manuela Franco. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento IPRI – Instituto Português das Relações Internacionais, pp. 31-59.

Ali, Ali, El-Batahani, Atta & Elbadawi, Ibrahim (2005) “Sudan’s Civil War Why Has It Prevailed for So Long”, in *Understanding civil war: evidence and analysis*, vol. I: *Africa*. (eds) Paul Collier & Nicholas Sambanis. Washington DC: The World Bank, p.193-219.

Almeida, Cláudia & SANCHES, Edalina (2010) “«Das balas aos votos»: um estudo comparado das primeiras eleições pós-guerra civil em Angola e Moçambique”, in *PALOP: Investigação em Debate*. (org) Marzia Grassi. Lisboa: ICS, pp. 119-139.

Anderson, Benedict (1983) *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. Londres: Verso.

Jon-And, Anna (2011) *Variação, contato e mudança linguística em Moçambique e Cabo Verde: A concordância variável de número em sintagmas nominais do português*. Tese de doutoramento, Universidade de Estocolmo

- Appleyard, David & Orwin, Martin (2008) “The Horn of Africa: Ethiopia, Eritrea, Djibouti, and Somalia” in *Language and National Identity in Africa*, 1.^a ed. (ed.) Andrew Simpson. Oxford: Oxford University Press, pp. 267-290.
- Arriola, Leonardo R. (2009) “Patronage and Political Stability in Africa”. *Comparative Political Studies*, 42 (10), pp. 1339-1362.
- Augel, Moema Parente (2006) “O crioulo guineense e a oratura”. *Scripta*, 10 (19), pp.69-91.
- Aurélio, Diogo Pires (1990) “A questão nacional em Angola e Moçambique”. *Estratégia: Revista de Estudos Internacionais*, (7), p.77-104.
- Azam, Jean-Paul (2007) “The political geography of redistribution”, in *The Political Economy of Economic Growth in Africa, 1960–2000*, vol. I. (eds.) Benno J. Ndulu, Stephen A. O’connell, Robert H. Bates, Paul Collier & Chukwuma C. oludo. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 225-248.
- Barros, Miguel, Sangreman, Carlos, Sousa, Fernando Jr. & Zeverino, Guilherme (2005) “A evolução política recente na Guiné-Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil”. *Centro de Estudos sobre África do Desenvolvimento (CESA) do ISEG*, (70), pp. 1-43.
- Baldé, Saico Djibril (2010) “Da exclusão a auto-exclusão da população muçulmana no sistema educativo guineense”. 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, pp. 1-17.
- Bastião, Maria (2012) “Redes Mercantis e Expansão Territorial na Ilha de Moçambique de Setecentos”. *Actas do Congresso Internacional saber tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*, pp. 1-16.
- Bates, Robert (2005) “Political Insecurity and State Failure in Contemporary Africa”. Center for International Development at Harvard University, (115), pp.1-53.
- Bates, Robert (2007) “Africa Failure”. *The Annual Review of Political Science*. Disponível em: <http://polisci.annualreviews.org> (acedido a 4 de Fevereiro de 2013).
- Bates, Robert (2008) “Political conflict and state failure”, in *The Political Economy of Economic Growth in Africa, 1960–2000*, vol. I. (eds) Benno J. Ndulu, Stephen A. O’connell, Robert H. Bates, Paul Collier & Chukwuma C. oludo. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 249-296.

- Bedogni, Úrsula (2008) “Pensamento e Obra. O Sistema de Lógica indutiva e dedutiva”, in *John Stuart Mill: Vida, pensamento e obra* (coleção Grande Pensadores). Lisboa: Jornal Público, pp. 71-80.
- Bender, Gerald J. (1972) “The Limits of Counterinsurgency: An African Case”. *Comparative Politics*, 4 (3), pp. 331-360.
- Berman, Bruce J. (2010) “Ethnicity and Democracy in Africa”. *Japan International Cooperation Agency Research Institute, Working Paper* (20), pp. 1-37.
- Benot, Yves (1969) *Ideologias das Independências Africanas*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco.
- Billon, Philippe Le (2000) “The political economy of resource wars” in *Angola’s War Economy: The Role of Oil and Diamonds*. (eds.) Jakkie Cilliers & Christian Dietrich. Pretoria: Institute of Security Studies, pp. 21-42.
- Birmingham, David (2008) “Wagon Technology, Transport and Long-distance Communication in Angola 1885-1908”, in *Angola em Movimento: Vias de Transporte, Comunicação e História*. (eds.) Beatrix Heintze & Achim von Oppen. Frankfurt am Main Gesamtherstellung: Druckerei und Verlag Otto Lembeck Frankfurt am Main und Butzbach, pp. 52-62.
- Bittencourt, Marcelo (1997) “A criação do MPLA”. *Estudos Afro-Asiáticos*, (32), pp. 185-208.
- Bokamba, Eyamba G. (2008) “D. R. Congo: Language and “Authentic Nationalism””, in *Language and National Identity in Africa*, 1.^a ed. (ed.) Andrew Simpson. Oxford: Oxford University Press, pp. 214-234.
- Boletim Oficial da República de Cabo Verde (1998) “5º Suplemento”, I Série, (48), de 31 de Dezembro, pp. 17-23.
- Boone, Catherine (1994) “State and ruling classes in postcolonial Africa: the enduring contradictions of power” in *State Power and Social Forces: Domination and Transformation in the Third World*. (eds) Joel Samuel Migdal, Atul Kohli & Vivienne Shue. Cambridge: Cambridge University Press, p. 108-140.
- Boone, Catherine (2003) *Political Topographies of African States: Territorial Authority and Institutional Choice*, 1.^a ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Bordonaro, Lorenzo I. (2009) “Guinea-Bissau Today: The Irrelevance of the State and the Permanence of Change”. *African Studies Review*, 52 (2), pp. 35-45.

- Bowman, Joye L. (1986) "Abdul Njai: Ally and Enemy of the Portuguese in Guinea-Bissau, 1895-1919". *The Journal of African History*, 27 (3), pp. 463-479.
- Brandão, Pedro Ramos (2004) *A Igreja Católica e o Estado Novo em Moçambique*, 1.^a ed. Cruz Quebrada: Editorial Notícias.
- Braga, Manuel Maria (2005) "Os Partidos Políticos Africanos no Virar do Milénio: um ensaio preliminar". *Cadernos de Estudos Africanos*, (7-8), pp. 53-77.
- Bragança, Aquino & WALLERSTEIN, Immanuel (1982) "Introduction: The Anatomy of Colonialism", in *The African Liberation Reader*. (eds.) Aquino Bragança & Immanuel Wallerstein. London: Zed Press, pp. I-34.
- BRATTON, Michael (1994) "Peasant State relations in postcolonial Africa: patterns of engagement and disengagement", in *State Power and Social Forces: Domination and Transformation in the Third World*. (eds.) Joel Samuel Migdal, Atul Kohli & Vivienne Shue. Cambridge: Cambridge University Press, p. 231-254.
- Brück, Tilman (1998) "Guerra e desenvolvimento em Moçambique". *Análise Social*, 149 (5), pp. 1019-1051.
- Bruijn, Mirjam & Dijk, Han van (2005) "Natural Resources, Scarcity and Conflict: A Perspective from Below", in *Is Violence Inevitable in Africa?: Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention*, vol. I: *African-Europe Group for Interdisciplinary Studies*. (eds.) Patrick Chabal, Ulf Engel & Anna-Maria Gentili. Leiden: Brill Academic Publisher, p. 55-74.
- Cabral, Amílcar (1973) *Return to the Source: Selected Speeches of Amilcar Cabral*. New York e London: Africa Information Service.
- Cabral, Amílcar (1974) *Análise Princípios do Partido*. Lisboa: Ed. Seara Nova.
- Cabral, Amílcar (1990) "A questão da língua". *Pápia*, 1 (1), pp. 59-61.
- Cahen, Michel (1999) "The Mueda Case and Maconde Political Ethnicity". *Africana Studia*, (2), pp. 29-46.
- Cahen, Michel (2005) "Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico: o caso das colónias portuguesas e de Moçambique, em particular". *Africana Studia*, (8), pp. 39-67.

- Calleen, Lúcia (2010) “O Português como elemento de integração: O caso de Moçambique”. *Aspectos da Lusofonia: A Língua Portuguesa. Elo de Ligação e de Integração* (Colóquio na Universidade de Heidelberg), pp. 52-62.
- Cann, Jones (1998) *Contra-Insurreição em África: o modo português de fazer a guerra*, 1.^a ed. Lisboa: Edições Atenas.
- Capela, José (2010) *Moçambique pela sua História*, 1.^a ed. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
- Cardoso, Carlos (1994) “A transição democrática na Guiné-Bissau: um parto difícil”. *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, (17), pp. 5-30.
- Cardoso, Carlos (2002) “A Formação da Elite Política na Guiné-Bissau”. *Occasional Paper series*, (5). Lisboa: Centro de Estudos Africanos (CEA-ISCTE).
- Cardoso, Carlos, Macamo, Elísio & PESTANA, Nelson (2002) “Da possibilidade do político na África Lusófona: Alguns subsídios teóricos”. *Cadernos de Estudos Africanos*, (3), pp. 7-25.
- Cardoso, Carlos (2003) “As tendências actuais do islão na Guiné-Bissau”, in *O Islão na África Subsariana*. (org.) António Gonçalves. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 45-56.
- Castelo, Cláudia (2007) *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com os Naturais da Metrópole (1920-1970)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Cillers, Jakkie (2000) “Resource wars: a new type of insurgency”, in *Angola's War Economy: The Role of Oil and Diamonds*. (eds.) Jakkie Cilliers and Christian Dietrich. Pretoria: Institute of Security Studies, pp. 1-24.
- Coelho, João P. B. (1993) “O Estado Colonial e o Massacre de Mueda: Processo de Quibirite Divane e Faustino Vanombe”. *Arquivo*, (14), pp. 129-154.
- Coelho, João P. B. (2003) “Da Violência Colonial Ordenada à Ordem Pós-Colonial Violenta: Sobre um Legado das Guerras Coloniais nas Ex-Colónias Portuguesas”. *Lusotopie*, pp 175-193.
- Collier, Paul & Hoeffler, Anke (1998) “On economic causes of civil war”. *Oxford Economic Papers*, (50), pp. 563-573.
- Collier, Paul, Hoeffler, Anke & Soderbom, Mans (2001) “On the Duration of Civil War.” Paper presented at the Workshop on Civil Wars and Post-Conflict Transitions (University of California) May 18-20 2001.

- Collier, Paul & Hoeffler, Anke (2002) "Greed and Grievance in Civil War". *Working Paper*, (1), Oxford: Centre for the Study of African Economies Oxford.
- Collier, Paul, Hoeffler, Anke & Sambanis, Nicholas (2005) "The Collier-Hoeffler Model of Civil War Onset and the Case Study Project Research Design", in *Understanding civil war: evidence and analysis*, vol. I: *Africa*. (eds.) Paul Collier & Nicholas Sambanis. Washington DC: The World Bank, pp. 1-33.
- Collier, Paul & Gunning, JanWillem (2007) "Sacrificing the future: intertemporal strategies and their implications for growth", in *The Political Economy of Economic Growth in Africa, 1960–2000*, vol. I. (eds.) Benno J. Ndulu, Stephen A. O'connell, Robert H. Bates, Paul Collier & Chukwuma C. oludo. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 202-224.
- Cornwell, Richard (2000) "The war for independence", in *Angola's War Economy: The Role of Oil and Diamonds*. (eds.) Jakkie Cilliers and Christian Dietrich. Pretoria: Institute of Security Studies, pp.43-67.
- Couto, Hildo Honorio (1990) "Política e planejamento lingüístico na Guiné-Bissau". *Papia*, 1 (1), pp. 46-58.
- Couto, Hildo Honorio (1991) "Unidade versus diversidade linguística na Guiné-Bissau". *Papia*, 1 (2), pp. 42-48.
- Couto, Hildo H. & Embaló, Filomena (2010a) "Introdução". *Papia*, (20), pp. 15-27.
- Couto, Hildo H. & Embaló, Filomena (2010b) "A Situação Linguística". *Papia*, (20), pp. 28-44.
- Couto, Hildo H. & Embaló, Filomena (2010c) "A Língua Portuguesa". *Papia*, (20), pp. 45-59.
- Cunningham, David (2005) "Veto Players and Civil War Duration". Presented at the 101st Annual Meeting of the American Political Science Association, September 1-4.
- Cá, Lourenço O. (2000) "A Educação Durante a Colonização Portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973)". *Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins*, 2 (4), pp. 1-19.
- Có, João R. B. (2010) "Representação e confinação de estruturas sociais na Guiné-Bissau: uma abordagem sobre conflitos e consensos". *SOCIUS* (Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações), (11), pp. 4-26.
- Chabal, Patrick (1981) – "The Social and Political Thought of Amílcar Cabral: A Reassessment". *The Journal of Modern African Studies*, 19 (1), pp. 31-56.

- Chabal, Patrick (1986) “Introduction: Thinking about politics in Africa”, in *Political Domination in Africa: Reflections on the limits of power*. (ed.) Patrick Chabal. Cambridge: Cambridge University Press, pp 1-16.
- Chabal, Patrick (1986) “Revolutionary democracy in Africa: the case of Guinea-Bissau”, in *Political Domination in Africa: Reflections on the limits of power*. (ed.) Patrick Chabal. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 84-108.
- Chabal, Patrick & Daloz, Jean-Pascal (1999) *Africa words: disorder as political instrument*, 1.^a ed. Londres: Indiana University Press.
- Chabal, Patrick (1993) “O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa”. *Soronda: Revista de Estudos Guineenses*, (15), pp. 37-55.
- Chabal, Patrick (2005) – “Introduction Violence, Power and Rationality: A Political Analysis of Conflict in Contemporary Africa”, in *Is Violence Inevitable in Africa?: Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention*, vol. I: *African-Europe Group for Interdisciplinary Studies*. (eds.) Patrick Chabal, Ulf Engel & Anna-Maria Gentili. Leiden: Brill Academic Publisher, pp. 1-16.
- Charles, Arlindo J. & SÁ, Lucilene A. C. M. (2011) “Cartografia Histórica da África: Mapa cor de Rosa”. I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica (Passado Presente nos Velhos Mapas: Conhecimento e poder), pp. 1-16.
- Chivava, Sérgio (2008) “Uma Província “Rebelde” o Significado do voto Zambeziano a favor da RENAMO”, in *Cidadania e Governação em Moçambique*. (org.) António Francisco, Carlos Castel-Branco, Luís Brito e Sérgio Chichava. Maputo: Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), pp. 14-48.
- Clapham, Christopher (1976) *Liberia and Sierra Leone: An Essay in Comparative Politics*, 1^a ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Clapham, Christopher (1996) – *Africa and the international System: The politics of state survival*. 1.^a ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Cramer, Christopher (2005) “Angola and the Theory of War”, in *Is Violence Inevitable in Africa?: Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention*, vol. I: *African-Europe Group for Interdisciplinary Studies*. (eds.) Patrick Chabal, Ulf Engel & Anna-Maria Gentili. Leiden: Brill Academic Publisher, pp.17-34.

- Cruz e Silva, Teresa (1998) “Educação, identidades e consciência política A Missão suíça no Sul de Moçambique (1930-1975)”. *Lusotopie*, pp. 397-405.
- Cruz e Silva, Teresa (2012) “Educação, identidades e consciência política: a Missão Suíça no Sul de Moçambique (1930-1975), um texto revisitado, in *Os Outros da Colonização: Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*. (org.) Cláudia Castelo, Omar Ribeiro, Thomaz Sebastião Nascimento & Teresa Cruz e Silva. Lisboa: ICS, pp. 103-116.
- Dias, Eduardo Costa (1999) “Protestantismo e proselitismo na Guiné-Bissau: Reflexões sobre o insucesso do proselitismo no Oio e na província Leste”. *Lusotopie*, pp. 309-318.
- Dietrich, Christian (2000) “Inventory of formal diamond mining in Angola”, in *Angola’s War Economy: The Role of Oil and Diamonds*. (eds.) Jakkie Cilliers & Christian Dietrich. Pretoria: Institute of Security Studies, pp. 141-172.
- Dijk, Han van & Hesselin, Gerti (2005) “Administrative Decentralization and Political Conflict in Mali”, in *Is Violence Inevitable in Africa?: Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention*, vol. I: *African-Europe Group for Interdisciplinary Studies*. (eds.) Patrick Chabal, Ulf Engel & Anna-Maria Gentili (eds.). Leiden: Brill Academic Publisher, pp. 171-192.
- Diniz, Maria J. & Gonçalves, Perpétua (2010) “A língua portuguesa no ensino primário”, in *Português no Ensino Primário: Estratégias de Exercícios*. (orgs.) Perpétua Gonçalves e Maria João Diniz. Maputo: Instituto Nacional do Desenvolvimento da Educação, pp. 1-13.
- Doornbos, Martin (2011) “Researching African Statehood Dynamics: Negotiability and its Limits”, in *Negotiating Statehood: Dynamics of Power and Domination in Africa*, 1.^a ed. (eds.) Tobias Hagmann & Didier Péclard. Reino Unido/USA: Blackwell Publishing Ltd, pp. 200-221.
- Ellis, Stephen (2003) “Violence and History: a Response to Thandika Mkandawire”. *The Journal of Modern African Studies*, 41 (3), pp. 457-475.
- Embaló, Filomena (2008) “O Crioulo da Guiné-Bissau: língua nacional e factor de identidade nacional”. *Papia*, (18), pp. 101-107.
- Emizet, Kisangani F. & Ndikumana, Léonce (2005) “The Economics of Civil War: The Case of the Democratic Republic of Congo”, in *Understanding civil war: evidence and analysis*, vol. I: *Africa*. (eds.) Paul Collier e Nicholas Sambanis. Washington DC: The World Bank, pp. 63-87.
- Engel, Ulf (2005) “Violent Conflict and Conflict Prevention in Africa: An Alternative Research Agenda”, in *Is Violence Inevitable in Africa?: Theories of Conflict and Approaches to Conflict*

- Prevention*, vol. I: *African-Europe Group for Interdisciplinary Studies*. (eds.) Patrick Chabal, Ulf Engel & Anna-Maria Gentili. Leiden: Brill Academic Publisher, pp. 213-234.
- Fanon, Frantz (1980) *Em defesa da revolução africana*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco.
- Fearon, James D. & Laitin, David D. (2002) "Ethnicity, Insurgency, and Civil War. *American Political Science Review*, 97 (1), pp. 75-90.
- Fearon, James D. (2004) "Why Do Some Civil Wars Last So Much Longer Than Others?". *Journal of Peace Research*, 41 (3), pp. 275-301.
- Ferreira, Eduardo de Sousa (1977) *África Austral: O Passado e o Futuro*. Lisboa: editora Seara Nova.
- Ferreira, Manuel Ennes (1999) *A Indústria em tempo de guerra (Angola, 1975-1991)*, 1ª ed. Lisboa: Edições Cosmos/Instituto de Defesa Nacional.
- FIRMINO, Gregório. 2008. *A situação do português no contexto multilíngue de Moçambique*. São Paulo: FFLCH/USP. Disponível em: www.fflch.usp.br/dlcv/lport/pdf/mes/06.pdf. (Acedido a 1 de Dezembro de 2014).
- Foran, John & Goodwin, Jeff (1993) "Revolutionary Outcomes in Iran and Nicaragua: Coalition Fragmentation, War, and the Limits of Social Transformation". *Theory and Society*, 22 (2), pp. 209-247.
- Foran, John, Goodwin, Jeff & Khattri, Jaswinder (1999) "Caught in a Winding, Snarling Vine: The Structural Bias of Political Process Theory". *Sociological Forum*, 14 (1), pp. 27-54.
- Foran, John & Goodwin, Jeff (1999) "Trouble in Paradigms". *Sociological Forum*, 14 (1), pp. 107-125.
- Forrest, B. Joshua (1987) "Guinea-Bissau since Independence: A Decade of Domestic Power Struggles". *The Journal of Modern African Studies*, 25 (1), pp. 95-116.
- Forrest, B. Joshua (2003) *Lineages of State Fragility: Rural Civil in Guinea-Bissau*, 1ª ed. Oxford/Athens: James Currey/Ohio University Press.
- Forrest, B. Joshua (2004) *Subnationalism in Africa: ethnicity, alliances, and politics*, 1ª ed. Colorado: Lynne Rienner Publishers.
- Florêncio, Fernando (2002) "Identidade étnica e práticas políticas entre os vaNdau de Moçambique". *Cadernos de Estudos Africanos* (3), pp. 39- 63.

- Francisco, Laudemiro & Weinstein, Jeremy M. (2005) “The Civil War in Mozambique: The Balance Between Internal and External Influences”, in *Understanding civil war: evidence and analysis*, vol. I: *Africa*. (eds) Paul Collier e Nicholas Sambanis. Washington DC: The World Bank, pp.157-192.
- Freire, Paulo (1977) *Cartas à Guiné-Bissau: registros de uma experiência em Processo*, 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gadotti, Moacir (2010) “Paulo Freire na África: Notas sobre o encontro da pedagogia freiriana com a práxis política de Amílcar Cabral”, in *VII Encontro Internacional do Fórum do Paulo Freire – Paulo Freire e Amílcar Cabral: Por uma releitura da Educação e da Cidadania Planetária*. Praia (Cabo Verde), pp. 1-20.
- Gasperini, Lavinia (1989) *Moçambique: educação e desenvolvimento rural*. Roma: Lavoro/Iscos.
- Geffray, Christian (1991) *A Causa das Armas. Antropologia da Guerra Contemporânea em Moçambique*. Porto: Edições Afrontamento.
- Gellner, Ernest (1983) – *Nations and Nationalism*. Oxford: Blackwell.
- Gellner, Ernest (1997) – *Nationalism*, 1.ª ed. Londres: Phoenix.
- Gentili, Anna-Maria (2005) “Ethnicity and Citizenship in Sub Saharan Africa”, in *Is Violence Inevitable in Africa?: Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention*, vol. I: *African-Europe Group for Interdisciplinary Studies*. (eds.) Patrick Chabal, Ulf Engel & Anna-Maria Gentili. Leiden: Brill Academic Publisher, pp. 35-54.
- Githiora, Chege (2008) “Kenya: Language and the Search for a Coherent National Identity”, in *Language and National Identity in Africa*, 1.ª ed. (ed.) Andrew Simpson. Oxford: Oxford University Press, pp. 235-251.
- Gonçalves, Perpétua (2012) “Lusofonia em Moçambique: com ou sem Glotofagia?”, in *II Congresso Internacional de Linguística Histórica Homenagem a Ataliba Teixeira de Castilho*. São Paulo, pp. 1-9.
- Goodwin, Jeff (1994) “Toward a New Sociology of Revolutions”. *Theory and Society*, 23 (6), pp. 731-766.
- Goodwin, Jeff (2001) *No Other Way Out: States and Revolutionary Movements, 1945-1991*, 1.ª ed. Cambridge: Cambridge University Press.

- Governo da República de Angola (2011) *Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação*. Luanda: Ministério da Educação e Cultura.
- Gleijeses, Piero (2006) “Conflicting Versions: Cuba, the United States and Angola”, in *Portugal, os Estados Unidos e África Austral*. (coord.) Manuela Franco. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento IPRI – Instituto Português das Relações Internacionais, pp. 119-135.
- Hagman, Tobias & Péclard, Didier (2011) “Negotiating Statehood: Dynamics of Power and Domination in Africa”, in *Negotiating Statehood: Dynamics of Power and Domination in Africa*, 1.^a ed. (eds.) Tobias Hagmann & Didier Péclard. Reino Unido/USA: Blackwell Publishing Ltd, pp. 1-24.
- Hall, Peter A. & Taylor, Rosemary C.R (2003) “As três versões do neo-institucionalismo”. *Lua Nova*, (58), pp. 193-224.
- Hall, Peter A. (2010) “Historical Institutionalism in Rationalist and Sociological Perspective”, in *Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power*. (eds.) James Mahoney & Kathleen Thelen. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 204-223.
- Harries, Patrick (1998) “Christianity in Black and White: The Establishment of Protestant Churches in Southern Mozambique”. *Lusotopie*, pp. 317-333.
- Herbst, Jeffrey (1990) “War and the State in Africa”. *International Security*, 14 (4), pp. 117-139.
- Herbst, Jeffrey (2000) – *States and Power in Africa: Comparative Lessons in Authority and Control*. New Jersey: Princeton University Press.
- Herbst, Jeffrey (2004) “African Militaries and Rebellion: The Political Economy of Threat and Combat Effectiveness”. *Journal of Peace Research*, 41 (3), pp. 357–369.
- Heywood, Linda M. (1989) “Unita and Ethnic Nationalism in Angola”. *The Journal of Modern African Studies*, 27 (1), pp. 47-66.
- Heywood, Linda M. (1998) “Towards an Understanding of Modern Political Ideology in Africa: The Case of the Ovimbundu of Angola”. *The Journal of Modern African Studies*, 36 (1), pp. 139-167.
- Heywood, Linda M. (2002) “Portuguese into African: The Eighteenth-Century Central African Background to Atlantic Creole Cultures”, in *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*, 1^a ed. (ed.) Linda M. Heywood. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 91-103.

- Hobsbawm, Eric J. (1992) *Nations and Nationalism since 1780*, 2^a ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hodges, Tony (2002) *Angola: Do Afro-Estalinismo ao Capitalismo Selvagem*. 1^a ed. Cascais: Edições Principia.
- Humpherys, Macartan & Mohamed, Habaye ag (2005) “Senegal and Mali”, in *Understanding civil war: evidence and analysis*, vol. I: *Africa*. (eds.) Paul Collier & Nicholas Sambanis. Washington DC: The World Bank, pp. 247-302.
- Humpherys, Macartan & Weinstein, Jeremy M. (2008) “Who Fights? The Determinants of Participation in Civil War”. *American Journal of Political Science*, 52 (2), pp. 436-455.
- Hutchful, Eboe (1992) – “Os Militares e o Militarismo em África”, in *Ciências Sociais em África*, p. 169-195.
- Hyden, Goran (2006) – *African Politics in Comparative Perspective*, 1^a ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Idriss, Shamil (2005) “Principles for Conflict Transformation: Practitioners in Africa”. in *Is Violence Inevitable in Africa?: Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention*, vol. I. (eds.) Patrick Chabal, Ulf Engel & Anna-Maria Gentili. Leiden: Brill Academic Publisher, pp. 193-212.
- Iglésias, Olga (2006) “Reorganização do Espaço na Colónia de Moçambique: Estudo do fenómeno urbano”. *Africana Studia*, (9), pp. 299-333.
- Inverno, Liliana (2009) “A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal”, in *Português em contacto*. (ed.) Ana M. Carvalho. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana /Editorial Vervuert, pp. 87-106.
- Jackson, Robert H. & Rosberg, Carl G. (1982) “Why Africa's Weak States Persist: The Empirical and the Juridical in Statehood”. *The Journal of Modern African Studies*, 35 (1), pp. 1-24.
- Kesse, Alexander (2003) ““Proteger os pretos”. Havia uma mentalidade reformista na administração portuguesa na África Tropical (1926-1961)?”. *Africana Studia* (6), pp. 97-125.
- Kesse, Alexander (2004) “Dos abusos às revoltas? Trabalho forçado, reformas portuguesas, política tradicional e religião na Baixa de Cassange e no Distrito do Congo (Angola), 1957-1961”. *Africana Studia* (7), pp. 247-276.

- Kimenyi, Mwangi S. & Ndung'u, Njuguna S. (2005) "Sporadic Ethnic Violence: Why Has Kenya Not Experienced a Full-Blown Civil War?", in *Understanding civil war: evidence and analysis*, vol. I: *Africa*. (eds.) Paul Collier & Nicholas Sambanis (eds.). Washington DC: The World Bank, pp.123-156.
- Kohl, Christoph (2011a) "National Integration in Guinea-Bissau since Independence" *Cadernos de Estudos Africanos*, (20), pp. 1-17.
- Kohl, Christoph (2011b) "Integração Nacional "por baixo": A contribuição do associativismo em Guiné-Bissau". *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, 22 (2), pp. 7-40.
- Kuperman, Alan J. (2008) "Ripeness revisited: the perils of muscular mediation", in *Conflict Management and African Politics: Ripeness, bargaining, and mediation*, 1.^a ed. (ed.) Terrence Lyons & Gilbert M. Khadiagala. USA/Canada: Routledge, pp. 9-21.
- Laitin, David (1992) *Language repertoires and state construction in Africa*, 1.^a ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Laitin, David (2007) – *Nations, States, and Violence*, 1.^a ed. Oxford: Oxford University Press.
- Lake, David A. & Rothchild, Donald (1996) "Containing Fear: The Origins and Management of Ethnic Conflict". *International Security*, 21, (2), pp. 41-75.
- Lalá, Anícia & Ostheimer, Andrea (2003) *Como limpar as nódoas do processo democrático? Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990 – 2003)*. Maputo: Konrad Adenauer-Stiftung.
- Linz, Juan; Stepan, Alfred & Yadav, Yogendra (2011) *Crafting State-Nations: India and other multinational democracies*, 1.^a ed. Baltimore/Maryland: The Johns Hopkins University Press.
- Lobato, Manuel (2013) "Entre Cafres e Muzungos. Missionação, Islamiza o e Mudança de Paradigma Religioso no Norte de Moçambique nos Séculos XV A XIX", in *Actas do Congresso Internacional saber tropical em Moçambique: História, Memória e Ciência*. Lisboa: Instituto de Investiga o Científica e Tropical, pp. 1-14.
- Lopes, Carlos (1982) *Etnia, Estado e Relações de Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Edições 70.
- Lopes, Carlos (2003) "Construção de Identidades nos rios de Guiné do Cabo Verde". *Africana Studua*, (6), pp. 45-64.
- Lourenço, Vítor Alexandre (2005a) "Estado, Autoridades Tradicionais e Legitimidade Política: os parâmetros de um "casamento de conveniência" em Mandlakazi". *Cadernos de Estudos Africanos*, (7-8), pp. 79-104.

- Lourenço, Vítor Alexandre (2005b) – “Estado(s) e Autoridades Tradicionais em Moçambique: Análise de um processo de transformação política”. *Occasional Papers*, (14), Lisboa: CEA.
- Lourenço, Vítor Alexandre (2007) “Do Conceito de *Campo Político* em África: Contornos teóricos e exercícios empíricos”. *Cadernos de Estudos Africanos*, (13/14), pp. 49-80.
- Lyons, Terrence & Khadiagala, Gilbert M. (2008) “Conflict management and African politics: framing the links”, in *Conflict Management and African Politics: Ripeness, bargaining, and mediation*, 1.^a ed. (eds.) Terrence Lyons e Gilbert M. Khadiagala. USA/Canada: Routledge, pp. 1-5.
- Lyons, Terrence (2008) “Post-cold war conflict in West Africa: a subordinate state system in collapse?”, in *Conflict Management and African Politics: Ripeness, bargaining, and mediation*, 1.^a ed. (eds.) Terrence Lyons e Gilbert M. Khadiagala. USA/Canada: Routledge, pp. 83-94.
- Macagno, Lorenzo (2009) – “Fragmento de uma Imaginação Nacional”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 24 (70), pp. 17-35.
- Macamo, Elísio (1996) “A nação moçambicana como comunidade de destino”. *Lusotopie*, pp. 355-364.
- Macamo, Elísio (2002) “A Transição Política em Moçambique”. *Occasional paper*, (4), Lisboa: CEA.
- MacQueen, Norrie (2004) “As Guerras Coloniais”, in *A Transição Falhada*. (eds.) Fernando Rosas & Pedro Aires Oliveira. Braga: Círculo de Leitores, pp. 301-300.
- MacQueen, Norrie (2006) “Marcelismo, Africa, and the United Nations”, in *Portugal, os Estados Unidos e África Austral*. (coord.) Manuela Franco. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento IPRI – Instituto Português das Relações Internacionais, pp. 101-117.
- Macuácu, Lázaro (2006) “Mozambique”, in *Budgeting for the Military Sector in Africa: The Processes and Mechanisms of Control*. (eds.) Wuyi Omitoogun & Eboe Hutchful. Oxford: Oxford University Press, pp. 137-153.
- Mahoney, James & Snyder, Richard (1999) “Rethinking Agency and Structure in the Study of Regime Change”. *Studies in Comparative International Development*, 34 (2), pp. 3-32.
- Mahoney, James (2000) “Path Dependence in Historical Sociology”. *Theory and Society*, 29 (4), pp. 507-548.

- Mahoney, James & Thelen, Kathleen (2010) "A Theory of Gradual Institutional Change", in .), *Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power*. (eds.) James Mahoney & Kathleen Thelen. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 1-37.
- Malaquias, Assis (2000) "Ethnicity and conflict in Angola: prospects for reconciliation", in *Angola's War Economy: The Role of Oil and Diamonds*. (eds.) Jakkie Cilliers & Christian Dietrich (eds.). Pretoria: Institute of Security Studies, pp. 95-113.
- Malaquias, Assis (2007) *Rebels and Robbers Violence in Post-Colonial Angola*. Stockholm: Nordiska Afrikainstitutet.
- Malbrough, Monica & Manning, Carrie (2009) "Learning the Right Lessons from Mozambique's Transition to Peace". *Taiwan Journal of Democracy*, 5 (1), pp. 77-91.
- Manjate, Lucílio (2011) "Narrativa e moçambicanidade: uma ponte possível de afectos entre duas gerações". *Via Atlantica*, (16), pp. 93-104.
- Mamdani, Mahmood (1996) *Citizen and Subject: Contemporary Africa and legacy of late colonialism*. New Jersey: Princeton University Press.
- Mark, Peter (1999) "The Evolution of 'Portuguese' Identity: Luso-Africans on the Upper Guinea Coast from the Sixteenth to the Early Nineteenth Century". *The Journal of African History*, 40 (2), pp. 173-191.
- Mateus, Dalila Cabrita (1999) *A Luta pela Independência: A Formação das Elites Fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*. Mem Martins: Editorial Inquérito.
- Mehler, Andreas (2005) "Area Studies, the Analysis of Conflicts and the Evaluation of Preventive Practice in Africa", in *Is Violence Inevitable in Africa?: Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention*, vol. I. (eds.) Patrick Chabal, Ulf Engel & Anna-Maria Gentili. Leiden: Brill Academic Publisher, p. 99-123.
- Meneses, Maria P. (2009) "Poderes, direitos e cidadania: O 'retorno' das autoridades tradicionais em Moçambique". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (87), pp. 9-41.
- Meneses, Maria P. (2010) "O 'Indígena' Africano e o 'Colono' Europeu: A Construção da Diferença por Processos Legais". *e-Cadernos do Centro de Estudos Sociais*, (7), pp. 68-93.
- Mensah-Fred, Ben K. (2008) "African conflict "Medicine": an emerging paradigm shift in African conflict resolution?", in *Conflict Management and African Politics: Ripeness, bargaining, and mediation*, 1.^a ed. (eds.) Terrence Lyons e Gilbert M. Khadiagala. USA/Canada: Routledge, pp. 135-144.

- Mesthrie, Rajend (2008) “South Africa: The Rocky Road to Nation Building”, in *Language and National Identity in Africa*, 1.^a ed. (ed.) Andrew Simpson. Oxford: Oxford University Press, pp. 314-338.
- Migdal, Joel Samuel (1994) “The State in Society: An Approach to Struggles for Domination”, in *State Power and Social Forces: Domination and Transformation in the Third World*. (eds.) Joel Samuel Migdal, Atul Kohli & Vivienne Shue. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 7-36.
- Miller, Joseph C. (1975) “The Politics of Decolonization in Portuguese Africa”. *African Affairs*, 74 (295), pp. 135-14.
- Miller, Joseph C. (2002) “Central Africa During the Era of the Slave Trade, c. 1490s–1850s”, in *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*, 1.^a ed. (ed.) Linda M. Heywood. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 21-69.
- Minter, William (1994) *Apartheid's Contras: An Inquiry into the Roots of War in Angola and Mozambique*, 1.^a ed. Londres: Zed Books.
- Miguel, Edward (2004) “Tribe or Nation?: Nation Building and Public Goods in Kenya versus Tanzania”. *World Politics*, 56 (3), pp. 327-62.
- Moita, De Luís (1979) *Os Congressos da FRELIMO, do PAIGC e do MPLA: Uma análise comparativa*. LISBOA: Edição Ulmeiro/CIDAC.
- Muária, José Mateus (1989) “Angolanização de culturas ou aculturação de Angola: o espaço linguístico e a perspectiva de Neto”, in *A Voz Igual: Ensaaios sobre Agostinho Neto*. Porto : Fundacao Eng. Antonio de Almeida, pp. 331-360.
- Mbembe, Achille (1992) “Provisional Notes on the Postcolony”. *Journal of the International African Institute*, 62 (1), pp. 3-37.
- Mbembe, Achille (2010) “Formas Africanas da Escrita em si”. *Artafrica*. Disponível em: <http://www.artafrica.gulbenkian.pt> (acedido a 10 de junho de 2012).
- Mcdam, Doug, Tarrow, Sidney & Tilly, Charles (2004) *Dynamics of Contention*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Mclaughlin, Fiona (2008) “Senegal: The Emergence of a National Lingua Franca”, in *Language and National Identity in Africa*, 1.^a ed. (ed.) Andrew Simpson. Oxford: Oxford University Press, pp. 79-97.

Mkandawire, Thandika (2002) “The terrible toll of post-colonial ‘rebel movements’ in Africa: towards an explanation of the violence against the peasantry”. *The Journal of Modern African Studies*, 40 (2), pp. 181-215.

Mkandawire, Thandika (2003) “Rejoinder to Stephen Ellis”. *The Journal of Modern African Studies*, 41 (3), pp. 477-483.

Neto, Manuel B. (2005) “História e Educação em Angola: Do Colonialismo ao Movimento Popular de Libertação de Angola”. Diss. Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000377847>> (acedido a 11 de Novembro de 2013).

Newitt, Malyn (1997) *Historia de Moçambique*. Nem Martins: Publicações Europa-América.

North, Douglass C. & Weingast, Barry R (1989) “Constitutions and Commitment: The Evolutions Institucional Governing Public Choice in Seventeenth-Century England”. *The Journal of Economic History*, 49 (4), pp. 803-832.

Ndulu, Benno J. N. & O’connell Stephen A. (2008) “Policy plus: African growth performance, 1960–2000”, in *The Political Economy of Economic Growth in Africa, 1960–2000*, vol. I. (eds.) Benno J. Ndulu, Stephen A. O’connell, Robert H. Bates, Paul Collier & Chukwuma C. oludo. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 3-75.

Ngaruko, Floribert & NKURUNZIZA, Janvier D. (2005) “Civil War and Its Duration in Burundi”, in *Understanding civil war: evidence and analysis*, vol. I: *Africa*. (eds.) Paul Collier & Nicholas Sambanis. Washington DC: The World Bank, pp. 35-61.

Ngoenha, Severino El. (1999) “Os missionários suíços face ao nacionalismo moçambicano Entre a tsonganidade e a moçambicanidade”. *Lusotopie*, pp. 425-436.

Oliveira, Mário António de (1968) *Luanda: Ilha Crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar.

OliveiraR, Pedro Aires (2002) “Uma mão cheia de nada? A política externa do Marcelismo”, in *Penélope*, (26), pp. 93-122.

Oliveira, Pedro Aires (2004) “A Política Externa”, in *A Transição Falhada*. (eds.) Fernando Rosas & Pedro Aires Oliveira. Braga: Círculo de Leitores, pp. 301-331.

Olsen, Johan P. 2007. “Understanding Institutions and Logic of Appropriateness: Introductory Essay.” *Arena working paper*, (13), Oslo: Centre for European Studies (Universidade de Oslo).

Olson, Mancur (1998) *A Lógica da Acção Colectiva (Bens Públicos e Teoria dos Grupos)*. Oeiras: Celta Editora.

- Omitoogun, Wuyi (2006) "Introduction", in *Budgeting for the Military Sector in Africa: The Processes and Mechanisms of Control*. (eds.) Wuyi Omitoogun & Eboe Hutchful. Oxford: Oxford University Press, pp. 1-13.
- Orre, Aslak (2008/2009) "Fantoches e cavalos de Tróia? Instrumentalização das autoridades tradicionais em Angola e Moçambique", *Cadernos de Estudos Africanos* (16/17), pp. 139–178.
- Paige, Jeffrey (1975) *Agrarian revolution: social movements and export agriculture in the underdeveloped world*. Nova York: Free Press.
- Paleman, Johan (2000) "The logistics of sanctions busting: the airborne component", in *Angola's War Economy: The Role of Oil and Diamonds*. (eds) Jakkie Cilliers & Christian Dietrich. Pretoria: Institute of Security Studies, pp. 295-316.
- Paredes, Margarida (2011) "Deolinda Rodrigues, da Família Metodista à Família MPLA, o Papel da Cultura na Política". *Cadernos de Estudos Africanos*, (20), pp. 11-26.
- Pestana, Nelson (2003) "As Dinâmicas da Sociedade Civil em Angola". *Occasional Paper Series*, (7), Lisboa: CEA.
- Perreira, Zélia (2000) "Os jesuítas em Moçambique: Aspectos da acção missionária portuguesa em contexto colonial (1941-1974)". *Lusotopie*, pp. 81-105.
- Péllissier, René & Wheeler, Douglas (2009) *História de Angola*, 1.^a ed. Lisboa: Edições Tinha-da-China.
- Potgieter, Jakkie (2000) "Taking aid from the devil himself", in *Angola's War Economy: The Role of Oil and Diamonds*. (eds.) Jakkie Cilliers & Christian Dietrich. Pretoria: Institute of Security Studies, pp. 255-273.
- Plank, David N. (1993) "Aid, Debt, and the End of Sovereignty: Mozambique and Its Donors Plank". *The Journal of Modern African Studies*, 31 (3), pp. 407-430.
- Raemaekers, Timothy (2011) "Protection for Sale? War and the Transformation of Regulation on the Congo–Ugandan Border", in *Negotiating Statehood: Dynamics of Power and Domination in Africa*, 1.^a ed. (eds.) Tobias Hagmann & Didier Péclard. Reino Unido/USA: Blackwell Publishing Ltd, pp. 24-48.
- Renan, Ernest (1990) "What is a nation?", in *Nation and Narration*, 1.^a ed. (ed.) Homi K. Bhabha. London and New York: Routledge, pp. 8-22.

- Reno, William (2000) “The real (war) economy of Angola”, in *Angola’s War Economy: The Role of Oil and Diamonds*. (ed.) Jakkie Cilliers & Christian Dietrich. Pretoria: Institute of Security Studies, pp. 219-235.
- Reno, William (2011) *Warfare in Independent Africa: New Approaches to African History*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Rizola, Maria Inácia (2004) “As Forças Armadas, os Capitães e a Crise Final do Regime”, in *A Transição Falhada*. (eds.) Fernando Rosas & Pedro Aires Oliveira. Braga: Círculo de Leitores, pp. 339-361.
- Rodrigues, Luís Nuno (2006) “Os Estados Unidos e a Questão Colonial Portuguesa na ONU (1961-1963)”, in *Portugal, os Estados Unidos e África Austral*. (coord.) Manuela Franco. Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento IPRI – Instituto Português das Relações Internacionais, pp. 61-100.
- Rosa, Fernando (2004) “Prefácio – Marcelismo: ser ou não ser”, in *A Transição Falhada*. (eds.) Fernando Rosas & Pedro Aires Oliveira. Braga: Círculo de Leitores, pp. 7-22.
- ROSS, Michael (2002) “Natural Resources and Civil War: An Overview with Some Policy Options”. Apresentado na conferência “The Governance of Natural Resources Revenues,” patrocinada pelo Banco Mundial e pela Agência Francesa de Desenvolvimento. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/INTCPR/1091081-1115626319273/20482496/Ross.pdf> (acedido a 11 de Junho de 2013).
- Ross, Michael L. (2004) “How Do Natural Resources Influence Civil War? Evidence from Thirteen Cases”. *International Organization*, 58, (1), pp. 35-67.
- Rothchild, Donald (2005) “Assessing Africa’s Two-Phase Peace Implementation Process: Power-sharing and Democratization”, in *Is Violence Inevitable in Africa?: Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention*. (eds.) Patrick Chabal, Ulf Engel & Anna-Maria Gentili. Leiden: Brill Academic Publisher, pp.147-169.
- Rudebeck, Lars (1974) *Guinea-Bissau. A Study of Political Mobilization*. Uppsala: Scandinavian Institute of African Studies.
- Rudebeck, Lars (2001) *Colapso e Reconstrução Política na Guiné-Bissau 1998-200: Um Estudo de Democratização Difícil*, Uppsala: The Nordic Africa Institute.
- Ruigrok, Inge (2011) “Facing Up to the Centre: The Emergence of Regional Elite Associations in Angola’s Political Transition Process”, in *Negotiating Statehood: Dynamics of Power and*

Domination in Africa, 1.^a ed. (eds.) Tobias Hagmann & Didier Péclard. Reino Unido/USA: Blackwell Publishing Ltd, pp. 96-115.

Sambanis, Nicholas (2005) “Conclusion: Using Case Studies to Refine and Expand the Theory of Civil War”, in *Understanding civil war: evidence and analysis*, vol. I: *Africa*. (eds.) Paul Collier & Nicholas Sambanis. Washington DC: The World Bank, pp.303-334.

Santos, Catarina Madeira (2008) “Escrever o Poder: Os Autos de Vassalagem e a Vulgarização da Escrita entre as Elites Africanas Ndembu”, in *Angola em Movimento: Vias de Transporte, Comunicação e História*. (eds.) Beatrix Heintze & Achim von Oppen. Frankfurt am Main Gesamtherstellung: Druckerei und Verlag Otto Lembeck Frankfurt am Main und Butzbach, pp. 173-181.

Sartori, Giovanni (1970) “Concept Misformation in Comparative Politics”. *The American Political Science Review*, 64 (4), pp. 1033-1053.

Silva, Duarte (1995) “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)”. *Análise Social*, 130 (1), pp. 5-50.

Simpson, Andrew (2008) “Introduction”, in *Language and National Identity in Africa*, 1.^a ed. (ed.) Andrew Simpson. Oxford: Oxford University Press, pp. 1-25.

Sogge, David (2009) “Angola: “Estado fracassado” bem-sucedido”. *Fundación para las Relaciones Internacionales y el Diálogo Exterior, Worker Paper*.

Somerville, Keith (1986) *Angola: Politics, Economics and Society*. 1.^a ed. London: Pinter Publishers.

Subuhana, Carlos (2008) “Minha história/trajetória de vida inserida na problemática da construção da cidadania e da nação moçambicana”. Casa das Áfricas. Disponível em: <<http://www.casadasafricas.org.br/site/img/upload/749450.pdf>> (Acedido a 12 janeiro de 2013).

Sumich, Jason (2008) “Construir uma nação: ideologias de modernidade da elite moçambicana”. *Análise Social*, 43 (2), pp. 319-345.

Sumich, Jason (2011) “The Party and the State: Frelimo and Social Stratification in Post-socialist Mozambique”, in *Negotiating Statehood: Dynamics of Power and Domination in Africa*, 1.^a ed. (eds.) Tobias Hagmann & Didier Péclard. Reino Unido/USA: Blackwell Publishing Ltd, pp. 134-153.

Scott, Catherine V. (1988) “Socialism and the 'Soft State' in Africa: An Analysis of Angola and Mozambique”. *The Journal of Modern African Studies*, 26 (1), pp. 23-36.

- Schafer, Jessica (2001) “Guerrillas and Violence in the war in Mozambique: de-socialization or re-socialization?”. *African affairs*, 100 (399), pp. 215-237.
- Schmitter, Philippe C. (1998), *Portugal do Autoritarismo à Democracia*. Lisboa: ICS, pp. 179-210.
- Skattum, Ingse (2008) “Mali: In Defence of Cultural and Linguistic Pluralism” in *Language and National Identity in Africa*, 1.^a ed. (ed.) Andrew Simpson. Oxford: Oxford University Press, pp. 98-121.
- Skocpol, Theda (1985) *Estados e Revoluções Sociais: Análise comparativa, da França, Rússia e China*. Lisboa: Editorial Presença.
- Slater, Dan (2010a) *Ordering Power: Contentious Politics and Authoritarian Leviathans in Southeast Asia*, 1^o ed. Cambridge: Cambridge University Press.
- Slater, Dan (2010b) “Altering Authoritarianism: Institutional Complexity and Autocratic Agency in Indonesia”, in *Explaining Institutional Change: Ambiguity, Agency, and Power*. (eds.) James Mahoney & Kathleen Thelen. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 132-167.
- Smith, Anthony D. (1991) *National Identity*. Londres: Penguin.
- Smith, Anthony D. (2009) *Ethno-symbolism and nationalism: a cultural approach*, 1.^a ed. New York: Taylor & Francis e-Library.
- Stedman, Stephen J. (1997) “Spoiler Problem in Peace Process”. *International Security*, 22 (2), pp. 5-53.
- Tavares, Ana Paula (2008) “A Escrita em Angola: Comunicação e Ruído entre as Diferentes Sociedades em Presença”, in *Angola em Movimento: Vias de Transporte, Comunicação e História*. (eds.) Beatrix Heintze & Achim von Oppen. Frankfurt am Main Gesamtherstellung: Druckerei und Verlag Otto Lembeck Frankfurt am Main und Butzbach, pp. 163-172.
- Tilly, Charles (1975) “Reflections on the History of European State-Making”, in *The Formation of National States in Western Europe*. (ed.) Charles Tilly. Princeton/N.J. : Princeton University Press, 1975, pp. 3-83.
- Tilly, Charles (1990) *Coercion, Capital, and European States, A.D. 990-1992*. Oxford: Blackwell.
- Tilly, Charles (2006) – *Regimes and Repertoires*. Chicago and London: The University of Chicago.

- Topan, Farouk (2008) “Tanzania: The Development of Swahili as a National and Official Language” in *Language and National Identity in Africa*, 1.^a ed. (ed.) Andrew Simpson. Oxford: Oxford University Press, pp. 252-266.
- Tubi, Bernabé L. (1997) *As Missões Centenárias da Diocese de Cabinda 1873-1973*, 1.^a ed. Lisboa: Biblioteca da Diocese de Cabinda.
- Thornton, John K. (2002) “Religious and Ceremonial Life in the Kongo and Mbundu Areas, 1500–1700”, in *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*, 1.^a ed. (ed.) Linda M. Heywood. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 71-90.
- Trefon, Theodore (2005) “The Social Cost of Conflict in the Democratic Republic of Congo”, in *Is Violence Inevitable in Africa?: Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention*. (eds.) Patrick Chabal, Ulf Engel & Anna-Maria Gentili. Leiden: Brill Academic Publisher, pp. 127-146.
- Venâncio, José Carlos (1992) *Literatura e poder na África Lusófona*. Lisboa: Ministério da Educação (Instituto de Cultura e Língua Portuguesa).
- Venâncio, José Carlos (1993) *Uma Perspectiva Etnológica da Literatura*. 2.^a ed. Lisboa: Ulmeiro.
- Vilela, Mário (1999) “A língua portuguesa em África: tendências e factos”. *Africana Studia*, (1), pp. 175-195.
- Vilela, Mário (2001) “Reflexões sobre a Política linguística no PALOP”. *Africana Studia*, (4), pp. 33-48.
- Walraven, Klaas van (2005) “Empirical Perspectives on African Conflict Resolution”, in Patrick Chabal, Ulf Engel Anna-Maria Gentili (edits.), *Is Violence Inevitable in Africa?: Theories of Conflict and Approaches to Conflict Prevention*, vol. I: *African-Europe Group for Interdisciplinary Studies*, Leiden (the Netherlands): Brill Academic Publisher, p. 75-98.
- Weinstein, Jeremy M (2007) *Inside Rebellion: The Politics of Insurgent Violence*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Wheeler, Douglas (1980) “Joaquim Mouzinho de Albuquerque (1855-1902) e a política do colonialismo. *Análise Social*, vol. XVI, n.º 1.º-2.º, pp. 295-318.
- Young, Crawford (1994) *The African Colonial State in Comparative Perspective*, 1.^a ed. New Haven: Yale University Press.

Young, Crawford (2004) "The end of the post-colonial State in Africa?: Reflections on Changing African Political Dynamics". *Africa Affairs*, 103 (410), pp. 23-49.

Zinn, Annalisa (2005) "Theory Versus Reality: Civil War Onset and Avoidance in Nigeria Since 1960", in *Understanding civil war: evidence and analysis*, vol. I: *Africa*. (eds.) Paul Collier & Nicholas Sambanis. Washington DC: The World Bank, pp.89-121.

ANEXO A

Tabela 1:

Índice de proficiência em português (áreas rurais em Angola)	Percentagens
Perfeito	0,1%
Relativamente fluente	0,4%
Razoável	16%
Alguns poucos rudimentos	24%
Nenhum conhecimento	59%

Fonte: Inverno (2009:3)

Tabela 2:

Frequência de uso do português (áreas rurais em Angola)	Porcentagem
Habitual	0,1%
Certa frequência	0,8%
Muito raramente	31%
Nunca	59%

Fonte: Inverno (2009:3)

Tabela 3:

Posição política e social	Angola	Guiné-Bissau	Moçambique
Língua Oficial	LP (Art.º 19º, CRA ¹)	LP ²	LP (Art.º 10º, CRM ³)
Língua franca	LP	CGB	LP
Língua de Cultura	+LP ⁴ /-LNA ⁵	+CGB ⁶ /-LP ⁷	+LNM ⁸ /-LP ⁹
Língua de Ensino	LP	LP	LP e LNM

LNA(s): Línguas Nacionais de Angola; LNM: Línguas Nacionais de Moçambique; CGB: Crioulo da Guiné-Bissau.

¹ Constituição da República de Angola.

² Não há nenhuma referência na Constituição da Guiné-Bissau, ainda assim, atendendo que os documentos oficiais se encontram escritos em português, então tomarem como língua oficial o português.

³ Constituição da República de Moçambique

⁴ Os agentes culturais angolanos fazem na sua grande maioria da língua portuguesa nas suas produções, nomeadamente no âmbito literária. E, actualmente, as musicais são cantadas quase, exclusivamente, em português. Ainda assim, realçamos o facto do estilo musical kuduro de maior popularidade na juventude estar a afirmar um português com forte desvio na norma europeia da língua portuguesa.

⁵ Os agentes culturais angolanos, principalmente os elementos da velha-guarda cantarem em línguas nacionais, como acontece, precisamente, com Barceló de Carvalho (Bonga).

⁶ O crioulo guineense é um elemento que está fortemente presente nas actividades culturais. Por exemplo, o Kumbé é estilo musical guineense de maior expressão e é cantando quase, exclusivamente, em crioulo. E, também, no espectro literário o crioulo tem sido difundido (Augel, 2006; Couto e Embaló, 2010a, 2010b, 2010c).

⁷ O português tem sido difundido através da literatura. Salientamos, por exemplo, autores como o poeta guineense Tony Tcheka e o romancista e dramaturgo Abdulai Sila.

⁸ A música moçambicana como a marrabenta é cantada quase, exclusivamente, em línguas nacionais no país.

⁹ A literatura moçambicana projecta, fortemente, a língua portuguesa, porque os nomes mais reputados e consagrados desse movimento escrevem em português. Por exemplo, o poeta José Craveirinha e Noémia de Sousa ou, ainda, os romancistas como Paulina Chiziane e Mia Couto.

4: Actividade comercial de escravos em Angola¹⁰

Ano	Escravos Exportados
1536	5 000
1577	10 000
1612	10 000
1641	14 500
1710	3 500
1736	12 200
1765	17 200
1790	116 100
1820	10 000
1840	15 000
1850	5 000
1860	1 000

Fonte: Pélissier e Wheeler (2009:73)

¹⁰ A tabela não contempla nos dados apresentados os milhares de africanos enviados na condição de escravos para as ilhas de São Tomé e Príncipe durante os séculos XIX e XX (Pélissier e Wheeler, 2009:73).

Tabela 5: População das Colónias de África na década de 50

Colónias	Número de habitantes	Não civilizados	Civilizados
Angola	4 145 266	4 009 911	135 355
Moçambique	5 732 317	5 640 363	91 954
Guiné-Bissau	510 777	502 457	8 320
Total	10 388 360	10 152 731	235 629

Fonte: Mateus (1999:23)

Tabela 6: Escola primária na década de cinquenta na Guiné-Bissau

Tipo de instituições	Ano escolar	Nº de instituições	Nº de professores	Nº de estudantes
Todas as instituições	1953	60	-	3,150
	1954	122	-	6,811
	1955	145	305	9,573
	1956	136	169	10,178
	1957	161	181	11,142
Primária e escola rural da missão, escola privada	1957	150	150	10,401
Escola primária pública	1957	11	31	741

Fonte: Rudebeck (1974:28)

Tabela 7: Número de inscritos no ensino primário na Guiné-Bissau

Anos de Escola	Número de estudantes inscritos	Idade da População escolar (7-14)	Percentagem de inscrições
1961-62	11, 967	71,451	16.7
1962-63	11, 842	72,166	16.4
1963-64	11, 891	72,887	16.3
1964-65	12, 173	73,616	16.5

Fonte: Rudebeck (1974:27)

Tabela 8: situação escolar no ensino secundário até 1964-65 na Guiné-Bissau

Período	Estudantes inscritos	Estudantes que frequentam	Professores
1959-1960	283	200	8
1960-1961	293	182	9
1961-1962	272	196	10
1962-1963	272	143	10
1963-1964	343	203	11
1964-1965	345	157	14
1965-1966	391	X	10

Fonte: Rudebeck (1974:29)

9: Composição étnica e regional do Conselho Nacional da Renamo de 1981

Nome	Posição	Grupo Étnico	Origem Regional
Afonso Dhlakama	Comandante-in-Chefe, Presidente	Ndau	Centro
Joao Macia Fombe	Deputado, Comandante-in-Chefe	Manica	Centro
Vareia Manje Langwane	Comandante, Segundo Batalhão	Sena	Centro
José Domingos Cunai Calção	Secretário do Departamento de defesa	Manica	Centro
José Luís João	Comandante do Nono Batalhão	Sena	Centro
Raúl Manuel Domingos	Secretário do departamento de defesa	Sena	Centro
José Marques Francisco	Chefe do Departamento de Formação	Sena	Centro
José Manuel Alfinente	Chefe das telecomunicações do Batalhão	Sena	Centro

Mário Franque	Comandante, Terceiro Batalhão	Manica	Centro
Joaquim Rui de Figueiredo Paulo	Deputado, Comandante de Batalhão	Shangaan	Sul
Henriques Ernesto Samuel	Deputado, Comandante de Batalhão	Chope	Sul
Ossufo Momade	Deputado, Comandante de Batalhão	Macua	Norte
Olímpio Osório Caisse Cambona	Chefe do departamento de telemcomunicações	Yao	Norte
Albino Chavago	Chefe do departamento	Ronga	Sul

Fonte: Weinstein (2011:113)

Tabela 10: Número de estudantes, professores, e escolas nas vilas nas zonas libertadas da Guiné-Bissau, de 1965 a 1971

—	1965- 66	1966- 67	1967- 68	1968- 69	1969- 70	1970- 71	1971- 72
Estudantes	13,361	14,386	9,384	8,130	8,559	8,574	14,531
Homens	9, 821	10,865	6,737	5,907	6,232	6,419	10,898
Mulheres	3,540	3,521	2,647	2,223	2,327	2,155	3,633
Professores	191	220	284	243	248	251	258
Escolas	127	159	158	134	149	157	164
% de mulheres estudantes	26	24	28	27	27	25	25
Estudantes/escolas	105	90	59	61	57	55	89
Estudantes/professores	70	61	33	33	35	34	56

Fonte: Rudebeck (1974:206)